



global witness

Global Witness apresenta...

Les juges de l'affaire Falcone réclament des notes classées « secret-défense »

Chargés de l'enquête sur les ventes d'armes vers l'Angola, Philippe Courroye et Isabelle Prévost-Desprez ont demandé au gouvernement la communication de rapports de la DGSE découverts au Quai d'Orsay et d'archives du secrétariat général de la défense nationale

A história devastadora das indústrias petrolíferas e bancárias na guerra privatizada de Angola.

Le milliardaire israélien refuse toujours de répondre à la justice

“OS HOMENS DOS PRESIDENTES”



Estreia Mundial a partir de **Março de 2002**

“OS HOMENS DOS PRESIDENTES”: VERSÃO DO REALIZADOR Um Relatório da Global Witness

Protagonistas principais JACQUES CHIRAC e JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

Co-protagonista BORIS YELTSIN como ele próprio • Participação especial de GEORGE W BUSH e DICK CHENEY • Baseada numa ideia original de CHARLES PASQUA e JEAN-CHARLES MARCHIANI o Falta de transparência pela maioria da INDÚSTRIA INTERNACIONAL PETROLÍFERA E BANCÁRIA Introduzindo a noção de “DIVULGUE O QUE PAGA”

Sem classificação: sem censura pela COMUNIDADE INTERNACIONAL

I Recomendações

As Empresas Petrolíferas devem:

- Adotar uma política de transparência total. Isto implica:
 1. Publicar as contas sobre a totalidade dos impostos e outros pagamentos aos governos de todos os países onde operam. Para além da informação actualmente disponível nos relatórios das empresas subsidiárias, a informação a publicar deverá reflectir os pagamentos líquidos feitos às autoridades nacionais de cada país onde operam e deverá ser incluída nos relatórios anuais consolidados da empresa-mãe e nos relatórios anuais para as autoridades de investimentos.
 2. Os dados devem ser apresentados localmente, na língua nacional de cada país onde a empresa tem operações, para além de na língua do país de origem da empresa.
 3. As empresas-mãe devem tornar públicos os nomes e lugares de registo de todas as empresas subsidiárias e os países onde realizam as suas actividades.
- Abraçar uma posição unificada de inteira transparência relativa a pagamentos aos governos nacionais por parte de todas as empresas no sector petrolífero, em todos os países onde operam.
- Facilitar a publicação do estudo do Diagnóstico do Petróleo para Angola.
- Adotar uma política de auditorias independentes e transparentes a programas sociais, que tenha em conta o objectivo e os custos do projecto.

Os Bancos Comerciais envolvidos em empréstimos a países com graves problemas de corrupção (como Angola) devem:

- Publicar todos os detalhes dos empréstimos proporcionados, incluindo detalhes de quantias entregues, beneficiários, taxas de juro, datas de validade e propósito do empréstimo.
- Certificar-se de que existem sistemas internos capazes de prevenir empréstimos que violem os limites de empréstimos acordados internacionalmente, tal como o limite de 269 milhões de dólares para 2001 acordado entre Angola e o FMI.
- Esclarecer que medidas foram tomadas para verificar que os gastos actuais correspondem àqueles previstos e indicados nos documentos do banco e insistir para que tais gastos possam ser verificados, fazendo disso uma condição necessária para o concedimento do empréstimo.
- Diagnosticar e implementar mecanismos para assegurar transparência fiscal em empréstimos internacionais em conjunção com instituições multilaterais de crédito. Isto implica condicionalidade na atribuição do empréstimo: empréstimos devem ser aprovados quando o uso de empréstimos anteriores tenha sido verificado e aprovado por um comité reconhecido; a forma como os fundos são utilizados deve ser monitorizada e as irregularidades punidas através da não atribuição de empréstimos futuros.

- Assegurar que qualquer empréstimo futuro a Angola seja pagável através de uma via governamental única com fiscalização apropriada, em vez da actual situação onde existem uma variedade de vias paralelas.
- Adotar imediatamente as directrizes de anti-lavagem de dinheiro de Wolfsberg. Os signatários de Wolfsberg – particularmente ABN Amro, Citibank e Société General que já emprestam dinheiro a Angola – não devem conceder nem colaborar na concessão de nenhum empréstimo se alguma das partes não demonstrar inteira transparência quanto aos fins e gestão desse empréstimo.
- Bancos como o Lloyds Bank de Londres, que administra o Trust de Cabinda, devem publicar actualizações regulares detalhando os recursos dos Trusts e respectivos encargos.

Agências de Crédito-Exportação Bilateral devem:

- Impor transparência total por parte de todos os participantes como condição para futuros acordos de crédito à exportação.

Os Governos Nacionais devem:

- Assegurar que as suas empresas petrolíferas nacionais adoptam critérios de transparência total nas suas operações no estrangeiro. Os governos nacionais devem exigir-lhes que adoptem uma posição comum de força nesse campo. Os governos francês e americano em particular, devem incentivar as suas indústrias petrolíferas a praticar transparência. Na qualidade de exploradores principais no off-shore de Angola, a apatia total da TotalFinaElf, Chevron e Exxon neste aspecto é lamentável.
- Insistir para que os reguladores financeiros das bolsas internacionais obriguem legalmente as empresas a submeter nos relatórios de contas do grupo e das subsidiárias todos os pagamentos feitos a governos nacionais.
- Insistir para que as suas agências de financiamento à exportação ajam de forma transparente para poderem criar acordos de crédito, e para que a transparência no que respeita a parceiros e beneficiários seja um requisito imprescindível para a concessão de fundos.
- Avançar rapidamente com o processo de “expor e envergonhar” para isolar instituições que escondem e branqueam dinheiro ilegal e também identificar e confiscar bens de regimes corruptos e com falta de transparência.

O Governo de Angola deve:

- Implementar imediatamente uma política de transparência respeitante às receitas e despesas governamentais. O governo deve também dar explicações sobre as receitas controladas e gastas no estrangeiro, em orçamentos paralelos e/ou pela presidência.
- Aceder ao pedido da sociedade civil para prestação de contas e aumento dos gastos sociais.
- Publicar imediatamente os resultados do diagnóstico do sector petrolífero e permitir também ao FMI a publicação desses dados.

O FMI deve:

- Tornar públicos e acessíveis os resultados do Programa Monitorizado, principalmente o esperado relatório da KPMG sobre o diagnóstico do sector petrolífero.

A comunidade internacional deve:

- Instaurar investigações nacionais adequadas sobre a compra de influências na atribuição de acesso às reservas de petróleo e desvio de receitas por parte da indústria petrolífera angolana; colaborar com a investigação francesa sobre o Angolagate. Quem sabia o quê e quando?
- Insistir para que a indústria petrolífera e o mundo das finanças implementem uma política de transparência total respeitante às receitas e empréstimos a Angola e a outros regimes corruptos e neo-autoritários.
- Providenciar um mandato para requerer ao FMI, uma análise retrospectiva das receitas do petróleo desde 1993 como parte de um esforço internacional para identificar e repatriar o capital estatal desviado, após o escândalo Angolagate, e insistir para que o FMI torne pública a informação obtida com o Programa Monitorizado.
- Fazer com que os actuais esforços de paz da ONU, concentrados no financiamento da guerra pela UNITA se ampliem para incluir também a falta de transparência nas receitas governamentais do petróleo para assim avançar o processo de paz e a desmobilização. A ONU deve também incluir a sociedade civil na implementação de qualquer acordo de paz.
- Reconhecer que a definição de comportamento aceitável por parte das corporações implica práticas de negócio transparentes e a apresentação de informação sobre pagamentos a governos nacionais e aos cidadãos desses países. Programas reguladores futuros e códigos voluntários de conduta terão que passar a incluir como “parte interessada” a população geral do país, em cujo nome se exploram os recursos territoriais. A sociedade civil tem direito a receber informação adequada para poder pedir contas aos governantes sobre a administração dos “seus” recursos. Chegou a hora de passar do debate sobre a responsabilidade social das empresas à prestação de contas por parte das corporações.

O grupo dos G8, UE, OCDE e a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (New Partnership for African Development – NEPAD) devem:

- Acabar com os acordos secretos entre governos e multinacionais, e iniciar a publicação de normas contratuais definindo e legislando um conjunto de regras para a “boa prática” de empreendimentos multinacionais, estruturando condições financeiras transparentes com os governos em questão. Esta iniciativa requer que para o G8 e outras organizações, seja uma prioridade fazer com que constitua um requisito legal para as autoridades reguladoras nacionais, a transparência total das empresas e dos pagamentos aos governos nacionais.

Índice

1	<i>Recomendações</i>	1
2	<i>Os Homens dos Presidentes – introdução</i>	3
<i>Primeira Parte: O Escândalo</i>		
3	<i>História de um saque estatal e de uma guerra privatizada – resumo</i>	5
4	<i>Angolagate – a história completa</i>	11
Pierre Falcone e a Sofremi 11		
<i>A rede da Brenco e os negócios com Angola 15</i>		
O império de negócios de Gaidamak 18		
Os negócios e as ligações da Brenco noutros países 21		
A quem pertencem os biliões nesta conta? 22		
<i>O Angolagate alcança os Estados Unidos? 22</i>		
<i>Começam as buscas e detenções 26</i>		
Jean-Christophe Mitterrand 27		
Jacques Attali 28		
Angolanos ligados ao Angolagate 32		
O Presidente E. dos Santos confirma suspeitas sobre o Angolagate 32		
<i>Parte Dois: A Cumplicidade das Empresas Petrolíferas</i>		
5	<i>Introdução</i>	33
Progresso da indústria petrolífera angolana 34		
As dez principais empresas petrolíferas em Angola 35		
Práticas correntes nas declarações de pagamento de impostos 37		
6	<i>Diálogo com as empresas</i>	37
Rabo de elefante ou elefante? – a realidade das contribuições das empresas petrolíferas para as receitas do estado angolano 38		
O FMI em Angola 39		
7	<i>Progressos até à data</i>	41
Programas sociais de empresas 44		
Responsabilidade social das empresas – sentimento genuíno ou simples relações públicas? 45		
8	<i>Regulando a divulgação de pagamentos</i>	47
Riscos de cumplicidade 48		
9	<i>A verdade sobre o pagamento de impostos ao governo angolano em 2000 – mais um caso de desaparecimento de fundos?</i>	48
Cumplicitómetro 49		
10	<i>A cumplicidade das empresas petrolíferas – conclusão</i>	50
<i>Parte Três: O Financiamento</i>		
11	<i>Introdução – empréstimos internacionais a Angola</i>	51
12	<i>A torneira do crédito continua aberta ...</i>	52
Novos empréstimos desde Dezembro de 1999 53		
Princípios Wolfsberg – directivas contra o branqueamento de dinheiro para a banca privada 55		
Fechar a lavandaria dos ditadores 57		
13	<i>Conclusão</i>	59
<i>Referências 61</i>		
<i>Agradecimentos 62</i>		

2 Os Homens dos Presidentes – introdução

OS HOMENS DOS PRESIDENTES é o resultado de dois anos de investigações e apresenta uma actualização da campanha a favor de transparência total nos sectores bancário e petrolífero. Dá prosseguimento às revelações iniciadas em Dezembro de 1999 com o relatório *Um Despertar Cru*, sobre o mecanismo de saque estatal generalizado em Angola.

Ponto fulcral deste tema é a enorme discrepância: o empobrecimento progressivo do país durante quase quatro décadas de guerra civil foi acompanhado pelo aumento das receitas do petróleo. Apesar de receber cerca de 3-5 biliões de dólares da venda do petróleo no ano passado (cerca de 87% das receitas do estado), o desenvolvimento social e económico de Angola continuou a deteriorar. Três quartos da população é actualmente forçada a viver em pobreza absoluta com menos de um dólar por dia; uma em cada três crianças angolanas morre antes dos cinco anos de idade e criança morre agora cada três minutos devido a doenças evitáveis e desnutrição (480 por dia);¹ a esperança média de vida é de apenas 45 anos; e cerca de 3,1 milhões de civis foram forçados a abandonar as suas casas desde que a guerra recomeçou em Janeiro de 1998.²

As receitas, cada vez maiores, do petróleo foram desviadas para os orçamentos paralelos do estado sombra. A informação que emerge de economistas envolvidos na análise do sector petrolífero angolano, sugere que 1,4 biliões de dólares em receitas e empréstimos bancários – quase um terço das receitas estatais – terão desaparecido durante o ano de 2001. Apesar de o montante exacto das verbas desaparecidas ser discutível – a informação sobre empréstimos e pagamentos revelada neste relatório sugere que esta quantia poderá ser substancialmente inferior à real – este valor contrasta marcadamente com os 200 milhões de dólares que a ONU conseguiu juntar a muito custo para alimentar cerca de 1 milhão de refugiados dentro de Angola totalmente dependentes de ajuda alimentar internacional.

As investigações da Global Witness sobre estas verbas desaparecidas culminaram na descoberta do método usado pelos funcionários governamentais para ganhar dinheiro com o processo de compra de material bélico a preços exagerados, chegando a lucrar com praticamente todos os artigos consumidos na luta contra a UNITA. Foi descoberta a existência de uma conta de 1 bilião de dólares nas Ilhas Virgens Britânicas ligada a este processo; entre os signatários da conta encontram-se dois indivíduos que circulam nas altas esferas da vida pública angolana.

Apesar de a Global Witness não negar que a maioria dos membros do governo angolano deseja uma paz genuína, é evidente que o caos político e económico que a guerra civil criou foi deliberadamente usado pela elite dirigente para se enriquecer. Enquanto isso, o conflito tem sido apontado como causa da incapacidade do estado angolano em cuidar dos seus cidadãos. A morte do líder sociopático da UNITA, Jonas Savimbi, a 19 de Fevereiro de 2002 talvez represente o fim desta desculpa; a comunidade internacional deve aproveitar esta oportunidade para pedir contas ao governo angolano sobre a utilização das receitas do petróleo.

PRIMEIRA PARTE – O ESCÂNDALO é uma sequência do caso Angolagate que veio à luz em França a finais do ano 2000. Revela que aquilo que começou como o exercício legítimo do direito a auto defesa por parte de um governo reconhecido internacionalmente que se via ameaçado por forças rebeldes, se tornou numa apropriação e branqueamento a grande escala de bens estatais, através de orçamentos paralelos, compras de armamento a preços exagerados e endividamento



O país de rastos. O efeito devastador da guerra privatizada de Angola.

através da hipotecação da produção petrolífera futura. A culpabilidade e cumplicidade de intervenientes políticos e económicos em França e Angola chegou aos escalões mais altos; entrevêm-se laços significantes com a actual administração norte-americana, Israel, Rússia, Europa e principalmente com um grupo de pressão no Parlamento Europeu.

O recente e espectacular desmoronamento da Enron constitui uma lição clara sobre os perigos da rede de “compra de influência”: as doações políticas da Enron compraram a substancial reformulação da política nacional de energia e uma diminuição de regulamentação. É, por isso, impossível não nos preocuparmos com a “assessoria” procurada através das principais doações para a campanha eleitoral de George W Bush (subsequentemente devolvidas) por uma empresa alegadamente fulcral no Angolagate. Se o impacto dessa compra de influência pode ser tão severo para os empregados e investidores americanos – teoricamente uma audiência doméstica – imagine-se o seu efeito no povo da remota Angola.

SEGUNDA PARTE – A CUMPLICIDADE DAS EMPRESAS PETROLÍFERAS estabelece a cumplicidade das multinacionais de petróleo que operam em Angola nos abusos económicos da elite governamental por optarem pela não publicação das quantias pagas ao estado angolano. Estas empresas afirmam que não se querem envolver na política dos países onde operam; no entanto o facto de decidirem ocultar informação sobre os pagamentos feitos ao estado, quando esta informação poderia ser facilmente publicada (e isso acontece normalmente nos países desenvolvidos) constitui por si só uma declaração política.

Segundo a lei angolana, “todos os depósitos de hidrocarbonetos líquidos ou gasosos ... pertencem ao povo angolano”;³ é por isso vergonhoso que não se permita aos seus donos saber – e são activamente impedidos de descobrir – quanto valem os “seus” recursos. Ao não “publicar as quantias que pagam”, as empresas petrolíferas estão a demonstrar uma diferença de comportamento que seria inaceitável no Norte e que impossibilita os cidadãos angolanos de pedir contas ao seu governo sobre as receitas provenientes dos recursos que se supõe serem administrados em nome da população em geral. Em vez disso, as receitas petrolíferas são desviadas em negócios escuros de compra de armas e outras mercadorias.

Apesar da oposição das empresas petrolíferas e do governo angolano à apresentação pública de contas, a Global Witness

“[Pergunta: Acha que vai haver paz em Angola?] Não. Eu já deixei de acreditar

tem o prazer de apresentar essa informação pela primeira vez, respeitante ao ano 2000. A ChevronTexaco e a TotalFinaElf ocupam os primeiros lugares da lista de contribuidores ocultos: estas duas empresas são também famosas por se recusarem a tomar parte em discussões sobre transparência. É preocupante o facto de, tal como demonstram os dados, entre o Ministério do Petróleo e o Ministério de Finanças haver uma discrepância de cerca de 770 milhões de dólares, indicando que o dinheiro desaparecido em 2001 faz parte de uma sequência prolongada de abuso económico.

TERCEIRA PARTE – O FINANCIAMENTO, debruça-se sobre a forma como o sector bancário internacional tem proporcionado paraísos offshore para bens e tem recebido pagamentos lucrativos por facilitar, sem grandes dificuldades, a concessão de empréstimos garantidos pelas reservas de petróleo. Os empréstimos assegurados pelas reservas de petróleo representam uma fonte adicional do estado de obter de receitas pouco transparentes. As investigações levadas a cabo pela Global Witness sugerem que o governo angolano contraiu empréstimos num valor superior a 3,55 biliões de dólares através da hipoteca da futura produção de petróleo a taxas de juro altíssimas entre Setembro de 2000 e Outubro de 2001. Estes empréstimos foram concedidos por vários bancos sem garantia alguma de que essas verbas seriam usadas para os fins indicados nas aplicações. Se estes dados forem correctos, a estimativa de 1,4 biliões de dólares desviados pode estar muito abaixo da verdadeira quantia. Os bancos internacionais obviamente deram pouca importância ao facto de excederem largamente o limite de 260 milhões de dólares acordados com o FMI para o ano de 2001. Agências de Crédito à Exportação do Norte são culpadas de uma falta de cuidado similar: o dinheiro público de países do norte está a ser usado para garantir acordos financeiros de exportação pouco responsáveis, em países altamente corruptos e sem incluir qualquer cláusula de transparência.

Apesar desta necessidade urgente de abertura e transparência no sector dos recursos naturais no que respeita a pagamentos a regimes autoritários, nota-se uma falta de pressão extraordinária por parte da comunidade internacional. Angola, por exemplo, registou um afastamento em grande escala de políticas externas objectivas viradas para o país: reconhecendo a importância da produção de petróleo futura, os esforços diplomáticos têm no mínimo evitado importunar e, no pior caso, têm mesmo colaborado nas operações dos seus interesses industriais. O relacionamento político com o governo angolano tem-se concentrado resolutamente nas sanções à UNITA com o objectivo de forçar o grupo a respeitar as suas obrigações de acordo com o Protocolo de Lusaka de 1994. Apesar de esse esforço ter sido louvável – na realidade a Global Witness contribuiu de forma importante ao expor o financiamento da UNITA através do comércio de diamantes, e continua agora a promover o Processo Kimberley para resolver o problema dos diamantes no conflito – a comunidade internacional falhou ao não examinar as falhas por parte do governo, incluindo a sua clara incapacidade em garantir as necessidades básicas mínimas à sua população devido a corrupção.

Sem o apoio de uma aliança internacional a favor de mudança, as empresas petrolíferas que funcionam no país ficam numa posição difícil – mesmo que queiram agir de forma correcta e publicar os pagamentos feitos ao governo angolano, sofrem represálias por parte daqueles que têm interesse em manter o *status quo*. É significativo o facto de que quando a BP anunciou que iria adoptar uma política de transparência recebeu imediatamente uma resposta violenta por parte da Sonangol, através de uma carta confidencial que apresentamos mais à frente neste relatório, e que demonstra o aparente desprezo com que o governo encara este tema. É evidente que uma empresa sozinha não pode dar esse importante passo, o que obriga a um esforço conjunto, racional e bem coordenado por parte das principais empresas que operam no país, as quais, segundo as respectivas sonantes

declarações de missão corporativa, são todas parceiras dedicadas ao desenvolvimento igualitário e justiça social. A comunidade internacional deve actuar decisivamente para garantir que todas as empresas possam concorrer em pé de igualdade, tornando obrigatória a publicação dos pagamentos a governos por parte das multinacionais no sector de recursos em todos os países onde operam. Isto pode facilmente ser feito através da inclusão obrigatória dessas verbas nos relatórios anuais aos principais reguladores financeiros internacionais.

A comunidade internacional deveria também identificar e congelar os bens saqueados de Angola depositados no estrangeiro, para serem repatriados mais tarde. Este relatório revela como o sistema de saque e branqueamento dos bens estatais tomou uma dimensão global. A destruição do World Trade Centre, criou um clima de urgência para confrontar o tráfico de armas, o crime internacional e o branqueamento de fundos. Essa mesma resolução para procurar e confiscar os bens de grupos terroristas, deve ser também aplicada contra os mecanismos usados pelos governos corruptos e neo-autoritários para saquear os bens estatais.

Tal como escreveu o Presidente do Banco Mundial James Wolfensohn após 11 de Setembro de 2001, “ponto fulcral para a prevenção de conflitos e consolidação da paz devem ser as estratégias de promoção de coesão e inclusão social, garantindo a todos a oportunidade de emprego, evitando assim na sociedade grandes diferenças de rendimento que possam pôr em causa a estabilidade social, permitindo aos mais pobres o acesso à educação, saúde e serviços básicos como água potável, saneamento e poder”.⁴

A publicação de todos os pagamentos a governos nacionais por parte das empresas de recursos naturais, é um requisito necessário para se conseguir um desenvolvimento justo e igualitário, e para impedir o aproveitamento descarado da desordem política para lucros pessoais. Este relatório constitui um desafio a todas as partes envolvidas, para avançar criativamente e encarar as forças que estão por detrás de anos de guerra civil angolana, no sentido de obter contas fiscais abertas da riqueza petrolífera angolana para que esta possa finalmente beneficiar os verdadeiros donos.

Indicadores sociais em Angola

População	12.4 milhões
Esperança de vida	48.9 anos
Orçamento nacional	US\$5.1 biliões de dólares
PNB per capita (constante 1995 US \$)	US\$233

Crianças

População com menos de 15 anos	48%
Taxa de mortalidade infantil nos menores de 1 ano	12.4%
Taxa de mortalidade infantil nos menores de 5 anos	
	masculino 20.9%
	feminino 19.2%
Taxa de matrícula escolar, Ensino Primário	37.5%
Menores de 5 anos de idade a sofrer de desnutrição	35%
Crianças com deficiências de peso	42%
	(14% grave)

Estatísticas relativas à pobreza

População a viver em pobreza absoluta e relativa	82.5%
Taxa de mortalidade materna em 1996	1.9%
População sem acesso a água potável	62%
População sem acesso a saneamento adequado	56%
População sem acesso a cuidados de saúde	76%
Pessoas que necessitam de auxílio alimentar	3.2 milhões
Taxa de desnutrição grave (estimativa)	13%
Pessoas deslocadas no próprio país (estimativa)	3.5 milhões
Taxa de desemprego	80%
Taxa de alfabetização nos adultos	42%

Minas terrestres

Vítimas de deficiências causadas por minas terrestres	86.000
---	--------

nisso. Veja, a guerra aqui em Angola é como um emprego ... O governo não faz

PARTE I: O ESCÂNDALO

3 História de um saque estatal e de uma guerra privatizada – resumo

APÓS O RELATÓRIO *Um Despertar Cru* de Dezembro de 1999, a Global Witness prosseguiu com as investigações sobre o financiamento da máquina bélica angolana. O resultado revela como um direito legítimo de auto defesa contra a UNITA se transformou numa conspiração que envolve as mais altas esferas políticas e individuais em Angola e não só, para roubar as riquezas do país através de comissões ocultas relacionadas com acordos de compra de armas a preços exagerados, financiados com empréstimos garantidos pela produção petrolífera.

As investigações indicaram que certos indivíduos beneficiam financeiramente com o processo de aquisição de material militar, e com praticamente todos os artigos consumidos na guerra contra a UNITA. Isto leva a uma conclusão preocupante: a desordem política e social e uma ausência total de transparência nas receitas petrolíferas governamentais, são as condições necessárias para o funcionamento deste sistema de comissões ocultas e desvio de fundos. Após a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, o desejo de alcançar a paz parece ter recebido um grande impulso e esta oportunidade deve ser aproveitada por ambas as partes no conflito. O actual cessar-fogo é a primeira indicação de que as negociações para a paz poderão tornar-se uma realidade. Contudo, ainda não é claro como é que se alcançará uma paz genuína. Ao continuarem a instabilidade e o conflito, a riqueza de Angola continuará a ser desviada através de uma variedade de centros e corporações off-shore, graças ao sistema bancário global, enquanto a grande maioria dos despojados em Angola fica à mercê de caridade internacional.

Os Homens dos Presidentes revela um escândalo internacional que abrange um processo global de controlo do petróleo e a natureza predadora dos sistemas internacionais bancário e financeiro. A variedade de jogadas sujas mencionadas nesta secção demonstra a forma como a comunidade internacional procurou vantagens mútuas na situação de falta de transparência do governo angolano para garantir fornecimentos futuros de petróleo. Do ponto de vista dos interesses petrolíferos, é um sucesso, mas tem sido um desastre para os cidadãos angolanos, que pagam um preço devastador pelo acesso aos recursos que estão a ser explorados em seu nome.

Uma ilustração do saque estatal em Angola?

Angolagate é o nome dado pelos *media* franceses e internacionais ao escândalo que envolveu, entre outras coisas, a detenção em Dezembro de 2000 de Jean-Christophe Mitterrand, filho do ex-presidente francês François Mitterrand. A revista *Fortune Magazine* comentou, “os escândalos de corrupção franceses são, por norma, muito complicados” e, até ao momento, o escândalo discutido pela imprensa implica apenas alegações de compra de influência, tráfico de armas e abuso da confiança pública por parte de uma rede complexa de indivíduos durante o fornecimento de armas a Angola entre 1993 e 1994.

As investigações da Global Witness revelaram



Promessas quebradas. Terá E. dos Santos feito o seu “melhor para Angola”, tendo em conta a corrupção que rodeia as receitas do petróleo e os empréstimos garantidos com exploração petrolífera futura?

A África é vista pela França como ‘terra-de-ninguém do ponto de vista judicial que, em nome de interesses políticos mútuos, será ser eternamente uma terra de crimes sem punição.’

Reuters, citando um editorial do Le Monde, Dezembro 2002⁹²

informação adicional que, juntamente com o material publicado, não deixa dúvidas de que o caso Angolagate e os eventos relacionados de 1993/4 são apenas uma pequena parte de um escândalo internacional muito mais vasto que envolve figuras importantes dos negócios e da política internacional. Na realidade, a verdadeira história incide sobre a privatização da guerra em Angola e a organização do saque estatal numa escala comparável ao de Mobutu e Abacha. Até que ponto chega este escândalo e que outros líderes políticos internacionais estão implicados é difícil de determinar. No entanto, tal como explicou Philippe de Villiers, ex-vice presidente do partido *Rassemblement pour la France (RPF)* do antigo ministro do interior francês Charles Pasqua, “posso confirmar de forma bem explícita que o caso Mitterrand-Pasqua [Angolagate] é um caso de estado muito sério com ramificações intercontinentais ...”

Esta secção introdutória apresenta um resumo e uma base para o caso global e explora as implicações internacionais mais extensas. A história completa começa na secção intitulada “Angolagate – a história completa”. A Global Witness gostaria de salientar que não está a tentar culpar nenhuma das partes e que os indivíduos que são nomeados ainda não foram julgados por nenhum tribunal. No entanto, convidamos desde já essas pessoas implicadas a clarificar as suas acções.

nada pelo povo angolano. Eles ficam com o dinheiro para as escolas e para os



O início de compra de influência francesa em Angola.

Em 1993, apesar de ter ganho as eleições de 1992 o Presidente dos Santos estava a perder a guerra contra a UNITA que tinha voltado ao conflito armado após a derrota eleitoral, e que nessa altura controlava cerca de 80% do país. O governo não tinha armas nem finanças para lhe fazer frente.

O pedido de ajuda de Eduardo dos Santos foi dirigido a contactos favoráveis dentro da presidência francesa de Mitterrand em Paris. Isto parecia trazer a solução para a crescente paranóia francesa acerca do controlo total do sector petrolífero angolano por parte dos EUA, após a decisão da administração americana de Bill Clinton de cortar o apoio à UNITA. Havia no entanto um obstáculo no caminho da ajuda francesa ao governo angolano, devido ao facto de o Presidente Mitterrand estar no seu segundo mandato a partilhar o poder com o governo de centro-direita do Primeiro-ministro Edouard Balladur. Qualquer ajuda militar do governo francês a Angola teria que ser aprovada pelo ministro da defesa francês que na altura era um dos principais apoiantes da UNITA em Paris. Os canais oficiais de apoio encontravam-se assim fechados.

Segundo se alega, Jean-Christophe Mitterrand apresentou então o empresário Pierre Falcone para dar solução a este problema. Falcone encabeçava um grupo de empresas sob o nome de “Brenco International”, ao mesmo tempo que exercia as funções de “assessor chave” para a Sofremi, uma empresa de exportação de segurança que era controlada pelo Ministério do Interior francês, que na altura era chefiado pelo Ministro Charles Pasqua.

A equipa de Pasqua viu imediatamente a oportunidade de fazer frente ao domínio americano no petróleo de Angola. Segundo a imprensa, apesar de Falcone ter sido envolvido graças à ala política francesa de esquerda, era agora apoiado pela Direita através da equipa de Pasqua, e ficou encarregado de proporcionar uma solução para as necessidades financeiras e de armamento de Angola, com a condição de os fornecimentos não partirem directamente de França.

De acordo com numerosos artigos na imprensa francesa, Falcone formou então uma sociedade com o emigrante empresário Russo Arkadi Gaidamak (que também se escreve “Gaydamac”). Em conversa telefónica com a Global Witness, Gaidamak afirmou que nessa época, ele e Falcone viajaram a Angola onde lhes foram entregues passaportes diplomáticos angolanos, o que lhes permitiu operar como autênticos oficiais angolanos. Durante essa conversa e em artigos de imprensa anteriores, Gaidamak afirmou que o objectivo dessa colaboração estava relacionado com o concedimento de empréstimos a Angola garantidos com o petróleo, e negou que tivessem estado envolvidos no fornecimento de armas. Durante uma conversa posterior com a Global Witness, Gaidamak admitiu que tinham sido fornecidas armas, embora tenha negado o seu envolvimento directo. A sua justificação para essa acção foi que os acordos tinham sido feitos com um governo legítimo.

Artigos na imprensa francesa descrevem uma série de contractos supostamente organizados por Falcone e Gaidamak, para o fornecimento de armas a Angola durante 1993 e 1994, totalizando cerca de 633 milhões de dólares. Foram publicados documentos com pormenores de certos aspectos destes contractos e apesar de parecer que contém a assinatura de Falcone, Gaidamak faz-se notar pela sua ausência.

Segundo o *L'Express*, Falcone e Gaidamak eram “o tandem que forneceria armas ao regime de Angola” e para isso, eles tomaram “o controlo de uma empresa, ZTS-Osos, com sede na Eslováquia.”⁵ O jornal refere-se a armas incluindo “tanques, mísseis, helicópteros, veículos

A cena que se desenrola perante os nossos olhos é esmagadora. No coração do Estado [França], as redes socialista e neo-gaulista uniram forças para se enriquecer ao facilitar a venda de armamento pesado russo a um país devastado pela guerra e pela miséria.

Reuters, citando um editorial do Le Monde, Dezembro 2002⁹²

de combate e de transporte de tropas, todos manufacturados na Rússia”, entregues após contractos de 1993 e 1994, e que as negociações “tinham lugar em Paris e o dinheiro passava pelo Banque Paribas na capital francesa.”⁵

O Banque Paribas, que foi comprado e faz agora parte do grupo BNP-Paribas, foi também um dos principais bancos envolvidos na concessão de empréstimos a Angola garantidos pelas reservas de petróleo. Segundo Gaidamak, tanto ele como Falcone tinham recebido controlo sobre os fundos provenientes desses empréstimos, exercendo assim as funções de verdadeiros representantes do governo angolano.²¹ Será que algum dos empréstimos concedido pelo Banque Paribas foi usado para obter armas seguindo os parâmetros mencionados antes? Quer a resposta seja ou não afirmativa, isso levanta outra questão: tendo em conta os riscos bancários associados com empréstimos não pagos, porque razão estava o Banque Paribas disposto a conceder empréstimos substanciais a um governo que na altura estava longe de ter a sua sobrevivência garantida?

Será que Angola fez um bom negócio?

Não se pode dizer com certeza que os contratos representam um bom negócio para Angola. Não se duvida que nesta altura o governo recebeu armamento de qualidade suficiente para mudar o rumo do conflito, permitindo-lhe voltar a uma posição de igualdade com a UNITA o que, por sua vez, levou aos acordos do protocolo de Lusaka em 1994. No entanto, o tema do fornecimento de armas e outras mercadorias a Angola durante a década de 90 tem recebido acusações de falta de qualidade. Estas acusações vão desde a importação de carne podre, com a única finalidade de pagamento de comissões, à entrega de tanques de guerra e outro equipamento pesado, cuja qualidade era tão baixa que tinham que ser retirados do navio com correntes e transportados directamente para “cemitérios de tanques” nos arredores de Luanda.

A situação em África

O tipo de situação acima descrita não é comum apenas em Angola. Investigações levadas a cabo pela Global Witness em vários pontos do continente africano onde há conflitos, sugerem que em muitos casos os negócios de armas constituem um mau negócio se se tiver em conta a qualidade e o preço do artigo. Por exemplo, em vários acordos foram fornecidas armas que valem apenas uma fracção do valor pago. Numa ocasião, o governo em questão pagou aproximadamente 35% do valor nominal do contrato e recebeu depois armas no valor de 25% do valor nominal do contrato, gerando imediatamente um lucro de 10% no acordo. Como se isso não fosse suficiente, os fornecedores arranjam depois financiamento adicional por parte de vários bancos, garantidos pelos rendimentos da extracção de recursos naturais, pelo restante valor do contrato. Estes fundos adicionais, totalizando 65% do valor nominal do contrato, foram adicionados aos 10% de lucro no pagamento inicial.



Como resultado, o país em questão obteve armamento no valor de um quarto daquilo que pagou, gerando enormes lucros para todos os envolvidos nos acordos.

Mais além do Angolagate – tráfico de armas após 1993/4

As investigações da Global Witness revelaram que pelo menos um outro contrato de fornecimento de armas foi organizado com a ZTS-Osos em 1995 ou 1996. Apesar de a data do contrato ser incerta, é possível que este contrato, de um valor aproximado de 44 milhões de dólares, tenha sido acordado aproximadamente na mesma altura em que o Paribas concedeu o empréstimo de 135 milhões de dólares, a 19 de Setembro de 1996.

É interessante que a assinatura de Gaydamak (assim escrito) parece ter sido incluída junto com a de Falcone no contrato de 1995/6 com a ZTS-Osos, como se pode ver na página 16. Fontes fidedignas revelaram que era muito raro Gaidamak assinar documentos. No entanto com base em existentes provas documentais, a assinatura de Falcone parece ser genuína; se assim for, então Gaidamak, no mínimo deve explicar como é que o seu nome aparece no documento.

As investigações revelaram também que para além de armas, um modo semelhante de financiamento e fornecimento tem sido usado para comida, medicamentos e outros serviços requeridos pelo governo angolano para uso na guerra. Uma das vias utilizadas para fornecer géneros alimentares e medicamentos às forças armadas de Angola é a subsidiária da empresa Brenco International de Falcone, chamada Empresa Angolana de Distribuição Alimentar (CADA), a qual, segundo consta, conseguiu o monopólio de fornecimento às *Forças Armadas de Angola* (FAA) por um período de cinco anos.

O Angolagate continua ...O barco “Anastasia”, apreendido na ilha Gran Canária em Fevereiro de 2001 por posse de documentação falsa e por não ter declarado 636 toneladas de armas e explosivos destinados a Angola.



© EFE / Eivara Urquijo A.

Uma lição em transparência – quem regista contas assim?

As investigações da Global Witness identificaram a existência de uma conta bancária número 15468991 - existente no chamado “First Virgin Bank” nas Ilhas Virgem britânicas (IVB). Esta conta conteve entre 1 e 1,1 biliões de dólares durante 2001, tendo como signatários dois indivíduos que circulam nas mais altas esferas da vida pública angolana. A verdadeira identidade do “First Virgin Bank” constitui um mistério. (Para mais informação ver *A quem pertencem os biliões desta conta?* – página 22.)

Angolagate e processos legais

Após uma série de investigações judiciais, mencionadas mais à frente neste relatório, Pierre Falcone foi detido em 1 de Dezembro de 2000. A sua detenção e as interrogações e buscas levadas a cabo nos escritórios e residências de outros indivíduos alegadamente envolvidos no escândalo, fizeram com que se falasse na imprensa de um Angolagate. Personagens proeminentes incluindo Jean-Christophe Mitterrand, Jacques Attali, antigo conselheiro do Presidente Mitterrand e primeiro director do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, e outros indivíduos menos conhecidos foram depois detidos e acusados de vários delitos. Durante 2001, tanto o antigo Ministro do Interior Francês Charles Pasqua como o seu braço direito, Jean-Charles Marchiani, foram formalmente advertidos e interrogados sobre o caso; estes últimos parecem não ter sido formalmente detidos por usufruírem de imunidade ao serem membros do Parlamento Europeu.

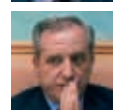
Foi passado um mandato internacional de captura com o número 0019292016, referente a Arkadi Gaidamak em 11 de Janeiro de 2001. No entanto, Gaidamak parece usufruir agora da protecção de Israel. Segundo fontes bem informadas, ele continua a viajar livremente entre Angola e Israel, América do Sul e Reino Unido.

Após numerosos apelos legais, Falcone foi finalmente posto em liberdade em 1 de Dezembro de 2001, após ter passado exactamente um ano na prisão. Saiu após pagamento de uma fiança de 105 milhões de francos franceses (14.351.000 dólares),⁶ um valor dez vezes superior à fiança mais alta de sempre em França. O *Nouvelle Observateur* mencionou que o Tribunal de Recurso reduziu a fiança de Falcone para 5 milhões de Euros (4.309.000 dólares)⁷, que segundo referiu a mesma publicação, será paga pela empresa estatal de petróleo angolana Sonangol, para demonstrar a solidariedade de Angola para com Falcone.⁸

O Grupo Brenco e as ligações com os EUA

Artigos do *Arizona Republic* e da *Newsweek Magazine* sugeriram que Falcone está bem visto nos EUA e que tem fortes ligações com a elite política norte-americana. No final de 2000, Falcone comprou uma mansão imensa em Paradise Valley, Arizona, por uma suposta quantia de 10,6 milhões de dólares, sendo esse o preço mais alto jamais pago por uma propriedade privada na história do Arizona. Entrevistas no *Arizona Republic* com indivíduos que afirmam conhecer de perto Falcone e a sua bela esposa boliviana Sonia, sugeriram que eles levavam uma vida de sonho, frequentando as festas da elite do Arizona e gastando quantias substanciais em vários empreendimentos filantrópicos.⁹

Sonia de Falcone administra Essanté, uma empresa registada no Utah especializada em produtos de beleza





Chefe da Brencos, Pierre Falcone. Uma personagem no centro do Angolagate.

e saúde e ultimamente também em produtos cujo objectivo é aumentar o prazer sexual. A empresa foi incorporada em Delaware em 6 Abril de 1994, constando Sonia e Pierre Falcone na lista dos directores.¹⁰ A Essanté está também ligada ao grupo Brencos no que respeita a accionários e endereços comuns, tanto no Reino Unido como em empresas holding nas Ilhas Virgem britânicas. Segundo a *Newsweek Magazine* e o *Arizona Republic*, e com base em arquivos federais de fundos eleitorais, a Essanté doou 100.000 dólares para a campanha eleitoral de George W. Bush. Esta doação foi devolvida em Janeiro de 2001 e o *Arizona Republic* num artigo citou a *Newsweek* “esse dinheiro foi devolvido para evitar perguntas sobre a tentativa de compra de influência por parte de um comerciante internacional de armamento na administração de Bush.” O *Arizona Republic* comentou que o porta-voz da família Falcone, Jason Rose, “zombou de tal insinuação”. O artigo da *Newsweek* em Janeiro de 2001 referia-se à doação de Falcone e à detenção deste em Dezembro de 2000 na França.⁹

A publicação norte-americana *In These Times* contribuiu para o aumento da polémica sobre a doação da Essanté para a campanha de Bush. Num artigo intitulado “O vizinho comerciante de armas”, a publicação *In These Times* publica afirmações de Sonia Falcone afirmando que “o marido dela não tinha ligações com a Essanté e que a contribuição política da Essanté provinha de lucros corporativos.”¹⁰ O artigo prossegue “mais significativamente, a Essanté, tivera prejuízo nos sete anos prévios e não possuía lucros para fazer contribuições políticas.” O artigo apresenta depois comentários feitos pelo legendário agente de relações públicas de Hollywood, Lee Solters, que supostamente afirmou que a Essanté tinha gasto os primeiros seis anos e 6 milhões de dólares para desenvolver a sua gama de produtos. As vendas tinham apenas começado de uma forma séria em Setembro último, após uma festa de lançamento que durou três dias no Hotel Paris em Las Vegas.¹⁰ *In These Times* conclui citando uma fonte descrita como “familiarizada com a família”, com “a empresa [Essanté] chegou longe com a generosidade de Pierre, mas após alguns anos ele gostaria de ver alguns lucros. Isso não lhe agrada nada, mas devido ao amor que tem pela esposa, ele fá-lo com um sorriso no rosto.”¹⁰

Se a *Newsweek* não tivesse levantado a questão da detenção de Pierre Falcone e da doação da Essanté será que o dinheiro teria sido devolvido pelo comitê da campanha de Bush? Segundo o *In These Times*, “o Partido Republicano devolveu a doação após a detenção de Pierre, – “para evitar dar a impressão de agir de má fé,” segundo um comunicado do Comité Nacional Republicano.”¹⁰

Segundo a Swissinfo, um site de Internet suíço sobre assuntos suíços, em 16 de Março de 2001, “autoridades judiciais do cantão Genebra [...] lançaram outra investigação sobre branqueamento de dinheiro alegadamente relacionado com o tráfico de armas para Angola.” O artigo descreve como esta iniciativa “dava continuação a uma investigação anterior sobre branqueamento de dinheiro também relacionada com o tráfico de armas para Angola que tinha sido iniciada pelo Procurador Supremo de Genebra, Bernard Bertossa, em Janeiro [2001].”¹¹ Segundo a Swissinfo, como parte dessa investigação, “vários bancos de Genebra receberam ordens de revelar se alguns indivíduos ou entidades incluídas na lista [uma lista de indivíduos e empresas enviada ao Procurador de Genebra pelos investigadores franceses] tinham contas neles.” Prosseguia, “se assim fosse, os funcionários deveriam requerer estratos bancários desde 1990, altura em que tinham entrado em vigor leis suíças referentes a branqueamento de fundos.” De acordo com Swissinfo, “um dos mais destacados nomes na lista era o do antigo Ministro do Interior Francês, Charles Pasqua, e o seu filho Pierre Pasqua. O Deputado Europeu Jean-Charles Marchiani e Sonia Falcone, esposa do alegado negociante de armas Pierre Falcone, estão também na lista.”¹¹ Não se pretende inferir que Sonia Falcone esteja sob investigação judicial ou que tenha cometido ilegalidades – presumivelmente a listagem estará relacionada com a investigação em curso sobre o seu marido.

Mais ligações norte-americanas – onde há fumo há fogo?

Pouco antes da detenção de Falcone em Dezembro de 2000, as investigações judiciais em França levaram a um raid ao apartamento da secretária de Falcone. Segundo artigos na imprensa francesa, os investigadores encontraram 26 disquetes, contendo quantidades significantes de documentos com pormenores das actividades, contractos e cartas relacionados com as actividades de Falcone em Angola. Uma vez que estas disquetes forneciam informação de primeira qualidade que levou às primeiras interrogações, e em certos casos, a detenções de entre outros, Jean-Christophe Mitterrand, Jacques Attali, Charles Pasqua e Jean-Charles Marchiani, é lógico supor que a informação que contém é considerada pelos juízes investigadores como sendo de confiança.

Entre estes documentos, está alegadamente uma carta descoberta pelos investigadores, convidando o então candidato a presidente da América, George W Bush para um encontro com o presidente angolano Eduardo dos Santos no rancho de Falcone no Arizona. A Global Witness pensa que este encontro não se realizou, apesar de não se saber ao certo porquê. No entanto, tendo em conta a aceitação por parte da campanha eleitoral de Bush dos fundos doados pela Essanté até serem publicamente confrontados, podemos assumir que o encontro talvez não tenha tido lugar devido a problemas de agenda e não por falta de confiança em Falcone ou da sua iniciativa.

Num artigo da publicação francesa *La Nouvelle Observateur*, publicado no final de Dezembro de 2000, aparecia implícita outra forte ligação entre Falcone e a família Bush. A revista sugere que para além do financiamento da campanha eleitoral, Laura Bush e Sonia Falcone são amigas. Entretanto, a publicação *In These Times*, sugere que tal relacionamento terá acontecido mais devido aos conhecimentos ligados ao senador Bundgaard, do estado de Arizona, e aos fundos doados para a campanha de Bush do que a qualquer amizade real. Independentemente da



realidade de qualquer relacionamento entre as duas famílias, não é difícil imaginar que Falcone estaria em posição de organizar um encontro com o futuro presidente dos Estados Unidos.

Parece provável, no entanto, que a potencial influência de Falcone não se tenha limitado a doações políticas para a campanha de Bush. Segundo a publicação *In These Times* houve um encontro em Junho de 2000 entre Falcone e três executivos de alto nível, não nomeados, da empresa Phillips Petroleum Corporation, uns cinco meses antes da detenção de Falcone em Paris.¹⁰ A Phillips Petroleum Corporation controla 20% do bloco 34, em Angola, obtidos em 2001, mas as negociações em relação a essa quota já estavam bastante avançadas por ocasião do alegado encontro entre Falcone e a empresa. Segundo o artigo, a Phillips recusou-se a pronunciar-se sobre o mesmo.

A Global Witness tentou obter esclarecimentos sobre o papel, se é que teve algum, desempenhado por Falcone na aquisição da quota da Phillips no bloco 34. Bryan Whitworth, Vice-presidente e Assessor Geral da Phillips, respondeu em Janeiro de 2002, afirmando que ele não tinha conhecimento de nenhum encontro em Scottsdale em Junho de 2000, mas que tinha sim havido um encontro em Setembro e outro posteriormente em Washington em Outubro de 2000, “para determinar se a Phillips queria ou não utilizar o Sr. Falcone como consultor [...] tendo-se concluído que o Sr. Falcone não deveria representar a Phillips.” A carta refere ainda que “o Sr. Falcone nunca foi empregado da Phillips Petroleum Company nem representou a Phillips de forma alguma.” Claro que esta resposta levanta a questão de porque é que estava a ser considerada a hipótese de o Sr. Pierre Falcone poder vir a ser um possível consultor, e porque razão chegaram à conclusão de que ele não era a pessoa mais indicada para ocupar esse cargo?

Michael Austin, um amigo da família Falcone com base na Arizona e dono do Website que apoia Falcone escreveu num E-mail enviado à Global Witness, “Pierre recebe muitas receitas relativos ao bloco 33 da Exxon localizado dentro das fronteiras de Angola.” Tendo em conta as aparentes reuniões entre Falcone e a Phillips, e o facto de a ExxonMobil ser operadora do bloco 33 em Angola, a ExxonMobil deveria esclarecer que papel desempenha ou desempenhou Falcone no bloco 33. A ExxonMobil deveria principalmente esclarecer se teve também reuniões com Falcone, e se este último desempenhou algum papel de consultoria ou de mediação na aquisição da licença para explorar o bloco 33. A Global Witness solicitou esclarecimento à ExxonMobil em 23 de Janeiro de 2002, mas até ao momento ainda não obteve resposta.

Após a detenção de Falcone em Dezembro de 2000, o jornal *Sunday Times* deu a entender que poderiam existir ligações entre o vice-presidente Dick Cheney, na sua qualidade de PCA da empresa de serviços petrolíferos Halliburton, e o escândalo Angolagate. O jornal comentou que “na sua qualidade de Secretário da Defesa, Cheney tinha sido um apoiante declarado da UNITA ... encontra-se agora na intrigante posição de ter recentemente liderado uma empresa que procurava obter contractos com o “inimigo” mortal da UNITA.” Segundo o *Sunday Times*, durante a campanha eleitoral americana Cheney, terá aparentemente sido “acusado de usar os seus contactos da época em que era Secretário da Defesa para conseguir contractos para a sua empresa [Halliburton].”⁸⁰ Devido às sugestões do *Sunday Times* de que as “autoridades francesas [ligadas à investigação do caso Angolagate] estão a examinar as actividades de várias empresas petrolíferas que fornecem a Angola a maior parte das receitas vindas do estrangeiro – incluindo a Halliburton Co.,...” levanta-se uma questão fulcral: será que Pierre Falcone teve algum papel importante na

obtenção de contractos por parte da Halliburton? O vice-presidente Cheney deveria esclarecer imediatamente o sucesso da Halliburton em Angola.

O escândalo da Enron demonstra claramente que a compra de influência é um grave problema nos EUA. É interessante como a doação de 100.000 dólares de Kenneth Lay, PCA da Enron, é tão similar à de Falcone (100.000 dólares). Vimos o quanto a Enron conseguiu obter através da sua “doação” – que esperava conseguir Falcone, e mais importante ainda, o que teria obtido se a sua detenção não tivesse obrigado ao reembolso do dinheiro? É urgente levar a cabo uma investigação completa e rigorosa nos Estados Unidos sobre as ramificações do Angolagate. É claramente positivo, para as legítimas preocupações internas dos EUA, que as actuais investigações sobre a Enron conduzam a uma limpeza e a pôr ponto final aos esforços por parte de empresas, de comprar influência em Washington. No entanto, devido às dificuldades da população angolana, que sofrem quase 40 anos de guerra, e à importância estratégica que representa para os EUA devido à riqueza dos seus recursos, é necessário no mínimo uma investigação exaustiva. Que sabiam os principais intervenientes e quando o souberam?

Armamento e dívida à Rússia

Fontes sugerem um grande envolvimento russo na ZTS-Osos, a empresa com base na Eslováquia, fornecedora de armas envolvida no Angolagate; incluindo empresas russas de produção de armamento como accionistas (*Ver secção Interesses estatais russos na ZTS-Osos – página 17*).

Segundo vários artigos na imprensa, Falcone e Gaidamak estiveram ambos envolvidos nos acordos de 1996 para renegociar a dívida angolana de 5,5 biliões de dólares com a Rússia. Segundo um artigo publicado em Genebra por *Le Temps* em Fevereiro de 2002, “em 1996, o par [Gaidamak e Falcone] negociou a reaviseção da dívida angolana para com a Rússia: esta receberia 1,5 biliões de dólares em vez dos 5 biliões de dólares que o governo de Luanda lhe devia.” O jornal prossegue, “os angolanos aceitaram devolver essa quantia graças às receitas provenientes do petróleo.” Comentando sobre os participantes no acordo, o jornal mencionou “empresas suíças participaram na operação: Glencore, em Zug, negociou o petróleo; Paribas (Suíça), juntamente com outros bancos, disponibilizou o dinheiro prometido por Angola.”¹²

O papel desempenhado por Falcone e Gaidamak nesta operação não é claro. No entanto, *Le Temps* comentou que “Pierre Falcone estava encarregado de distribuir as receitas provenientes da reaviseção da dívida entre dignitários angolanos enquanto Gaidamak fazia o mesmo na parte russa.”¹² Tanto Falcone como Gaidamak fizeram comentários sobre estes acordos, e Falcone sugeriu que tinha apenas ganho uma modéstia quantia “inferior a 15 milhões de dólares,”¹³ pelos serviços prestados – ironicamente, uma quantia próxima daquela que foi preciso pagar como fiança em 1 de Dezembro de 2001. Gaidamak vangloriou-se: “na realidade, eu cheguei até a supervisionar as relações entre Rússia e Angola, defendendo os interesses de ambas as partes.”¹⁴

Seja qual for a verdade neste caso, é claro que o FMI se preocupa com aquilo que na realidade terá acontecido. Em Dezembro de 2001, o FMI ainda não tinha conseguido obter nenhum esclarecimento sobre este assunto, nem em Luanda nem em Moscovo. Chegou o momento, não só para que os governos de Angola e Rússia serem transparentes em relação a este assunto, mas também para que todos os bancos que participaram nos empréstimos financiados pelo petróleo a Angola desde 1996, abram o jogo sobre o que sabem sobre esta situação.



A ligação francesa

Vários artigos pormenorizados da imprensa francesa levam o leitor à conclusão de que no início do programa de financiamento e fornecimento de armas em 1993/4 descrito anteriormente, um certo número de altos oficiais ligados aos círculos do então presidente Mitterrand e do partido do Primeiro-ministro Balladur, estavam perfeitamente ao corrente do que se passava.

Há várias questões que se colocam. Que aconteceu após terminar o mandato do presidente Mitterrand? Até que ponto e quando tomou conhecimento destes factos o sucessor de Mitterrand, Jacques Chirac? Estas perguntas têm grande relevância uma vez que os empréstimos continuaram a ser concedidos, juntamente com os fornecimentos de armas e de outros serviços a Angola, já no período do mandato de Chirac.

Falcone escreveu pessoalmente ao presidente Chirac em 1997 e em 1998. Estas cartas continham descrições pormenorizadas de projectos em curso. As fontes afirmam ainda que durante a visita do presidente Chirac a Angola em 1998, realizou-se em Luanda, pelo menos uma reunião entre Chirac e dos Santos, na qual Falcone esteve presente.

Outro ponto preocupante relaciona-se com a libertação em 1995 de três pilotos franceses que tinham sido feitos prisioneiros na Bósnia em 1995. Segundo artigos na imprensa, o General Gallois, que era o principal negociador, tinha já assegurado a libertação dos pilotos, quando foi obrigado a terminar as negociações antes de as completar. Algumas semanas depois, Gaidamak entrou em cena para “assegurar” a liberdade dos pilotos, o que fez com que estes chegassem a Paris nas vésperas da conferência de paz post-Dayton sobre a Bósnia presidida pelo recentemente eleito presidente Chirac.

Segundo *Le Monde*, o antigo presidente da câmara de região de Var, Jean-Charles Marchiani, condecorou Gaidamak com a Ordem de Mérito, como agradecimento pela sua participação na libertação dos reféns.” No entanto, um artigo do jornal *Le Monde* em Janeiro de 2002 salientava que o General Gallois lamentava a existência de “negociações paralelas” e afirmava que ele “não compreendeu a razão da intervenção de Gaidamak e Marchiani depois da sua, pois não serviu para nada. Conseguiram apenas retardar a libertação dos reféns.”¹⁵

Num artigo sobre a acusação de Jean Charles Marchiani em 22 de Maio de 2001, *Le Monde* comunicou que, “o antigo presidente da câmara de Var está também sob suspeita de ter recebido compensação financeira pela atribuição da condecoração *Ordre Nationale du Mérite* em 1996 a Gaidamak, a qual teria sido atribuída com o consentimento do Presidente da República Jacques Chirac.”¹⁶ *Le Monde* salientou que Marchiani negou vigorosamente todas as alegações feitas contra ele.¹⁶

Tendo em conta artigos recentes sobre corrupção e o caso *Travelgate* durante o período em que Chirac foi presidente da câmara de Paris, qualquer possível envolvimento de Chirac, ou o seu conhecimento sobre o tráfico de armas e o saque estatal em Angola, constitui grande preocupação. Até hoje, o presidente Chirac tem-se



Chirac e dos Santos. Quando é que os presidentes e os seus homens abrirão o jogo ?

esquivado a todas as perguntas relacionadas com o período em que foi presidente da câmara, citando imunidade presidencial. Isto leva, por exemplo, à situação bizarra no caso *Travelgate*, em que outros membros da família Chirac foram chamados a responder a perguntas feitas pelos juizes investigadores, enquanto que o próprio presidente pode guardar silêncio.

Chegou o momento da verdade

A essência da corrupção em Angola é que em vez de quantias relativamente pequenas, ou benefícios pessoais insignificantes como era característico no *Travelgate*, deparamo-nos com pilhagem estatal do nível de Mobutu e de Abacha. Este processo tem estado intimamente ligado ao desenrolar da guerra em Angola e tem sido perpetuado pelas elites nas mais altas esferas com o objectivo de obter benefícios

pessoais e políticos. Cabe à população de Angola pagar o terrível preço – que inclui mais de 500.000 mortos entre 1992 e 1998, cerca de 480 crianças mortas por dia de doenças curáveis, um quarto da população deslocada e mais de um milhão de cidadãos que dependem inteiramente de auxílio alimentar de emergência. Estas condições, apesar do cessar-fogo, parecem mais provável que se deterioreem até começarem a melhorar.

É imperativo tomar decisões a nível internacional para garantir que os eventos e as acções referidos neste documento não se voltem a repetir. Parte deste processo de mudança poderia muito facilmente ser posto em prática através das acções recomendadas neste relatório com um mínimo de esforço ou sacrifício por parte de qualquer interesse corporativo ou nacional, excepto para aqueles que efectivamente lucram com o estado sombra angolano.

Neste aspecto, é necessário que os líderes responsáveis digam a verdade sobre aquilo que sabem a respeito do fornecimento de armas e financiamento da máquina bélica angolana. Por exemplo, o presidente Chirac vai enfrentar o eleitorado Francês em 2002 e o processo democrático na França não pode tolerar este contínuo ocultar de informações vitais necessárias para desvendar estes eventos, principalmente quando a falta de informação diminui a capacidade dos angolanos de pedir ao seu governo que preste contas pelas suas acções. O preço que os angolanos pagam pelos interesses políticos e petrolíferos internacionais em Angola é demasiado alto.

“Esse cavalheiro [Falcone] tratou de assuntos delicados com o consentimento das autoridades francesas e que tiveram grande utilidade para Angola. As suas acções foram interpretadas por nós como um gesto de confiança e de amizade do estado francês e, por este motivo, o meu governo tomou decisões que permitiram um crescimento espectacular na cooperação com a França no campo do petróleo e também económica e financeiramente.”

Presidente dos Santos, confirmando os interesses franceses, por detrás das actividades de Falcone e não só.

porque nunca viveram de maneira diferente. E mesmo que aqueles que



4 Angolagate – a história completa

ANGOLAGATE SURTIU nos *media* internacionais com a detenção de Jean-Christophe Mitterrand, filho do ex-presidente francês François Mitterrand, em 21 de Dezembro de 2000. O encarceramento de Jean-Christophe Mitterrand surge após a anterior detenção de 1 de Dezembro de 2000 do menos conhecido Pierre Falcone, mencionado no relatório de Dezembro de 1999 da Global Witness *Um Despertar Cru* como membro da “oiligarquia” angolana.

A história começou em 1992 quando Jonas Savimbi e a UNITA renunciaram aos compromissos assumidos nos acordos de Bicesse em Maio de 1991, ao não conseguir a vitória nas primeiras eleições nacionais de Angola. A UNITA recomençou a luta armada com sucesso devido ao facto de muitas das unidades de elite não terem sido desmobilizadas e continuarem totalmente armadas e operacionais. Em contraste, as forças armadas do governo (as FAA) tinham sido desmobilizadas desproporcionalmente e estavam portanto comparativamente mais fracas. A UNITA tinha pela primeira vez conseguido cercar e ocupar grandes cidades, capturando cinco das dezoito capitais provinciais, numa das etapas mais brutais da guerra civil que decorria há já trinta anos. A ONU calcula que morreram cerca de 300.000 civis entre 1992 e 1994 devido ao bombardeamento de cidades ou indirectamente por causa de minas ou fome.¹⁷

Na época, devido ao colapso do seu principal apoiante, a União Soviética, o governo não possuía as finanças nem o armamento necessários para dar a volta à situação. Na Primavera de 1993, a guerra estava a decorrer mal para o governo do presidente Eduardo dos Santos e a UNITA controlava grandes partes do país e parecia que ia alcançar a vitória. Segundo o jornal *Le Monde*, para poder virar a sorte a favor do MPLA, o presidente José Eduardo dos Santos decidiu apelar às simpatias socialistas francesas da presidência de François Mitterrand.¹⁸ O antigo perito francês em assuntos do Sul da África, Jean-Bernard Curial, foi contactado em Paris e foi-lhe pedido que viesse imediatamente a Luanda.¹⁸

Na visita, Curial deparou com uma situação militar desesperada. No entanto, conseguir ajuda para Luanda nesta altura de necessidade, não era tarefa simples, segundo o *Le Monde*.¹⁸ A presidência de centro-esquerda de Mitterrand atravessava o seu segundo período de coabitação com o governo de centro-direita de Edouard Balladur. Como seria possível obter ajuda governamental oficial francesa, quando essa ajuda iria requerer na altura o consentimento do Ministro de Defesa francês François Leotard, que na altura tinha fama de ser um dos maiores apoiantes da UNITA em Paris?¹⁸

Após o seu regresso, Curial encontrou-se com o filho do presidente, Jean-Christophe Mitterrand, em Paris.¹⁶ Nessa altura já Jean-Christophe havia deixado o posto de “conselheiro para África” do palácio Elysée. Apesar de já não poder ajudar directamente, Mitterrand sugeriu a Curial que entrasse em contacto com Pierre Falcone, que chefiava um grupo de empresas sob o nome de “Brenco International”, com sede em Paris. Falcone era também um dos principais conselheiros da da “Sofremi” (a “Empresa Francesa para a Exportação de Bens, Sistemas & Serviços”),¹⁸ que era uma organização mista do sector privado e estatal, funcionando sob os auspícios do Ministério do Interior francês, na altura encabeçado pelo ministro do interior Charles Pasqua.

O pedido de ajuda não podia aparecer em melhor

Pierre Falcone e a Sofremi

Sofremi é a sigla francesa da “Empresa Francesa de Exportação de Bens, Sistemas e Serviços”. Foi fundada em 1986, sob a jurisdição do Ministério Francês do Interior, que na altura era chefiado por Charles Pasqua, que tinha sido nomeado pelo então primeiro-ministro, Jacques Chirac.¹²⁵

A Sofremi foi fundada para dar projecção aos serviços do Ministério do Interior Francês no ramo da segurança, e para negociar contractos de venda de equipamento de comunicações e de segurança, a forças policiais estrangeiras.¹²⁶ Esses negócios só se podiam realizar entre a Sofremi e o governo, ou instituições estatais de países alvo, e qualquer acordo daí resultante requeria a autorização final do CIEEMG (Comissão Interministerial para o Estudo do Comércio de Material de Guerra).¹²⁶ Esta abordagem cautelosa tinha como objectivo garantir que a Sofremi não se envolveria no tráfico ilegal de armas. Desde a sua fundação, as actividades da Sofremi variaram consideravelmente, incidindo principalmente na América Latina e no Médio Oriente.

Segundo o *Le Monde*, Pierre Falcone tornou-se num dos principais conselheiros da Sofremi, entre 1989 e 1997, após a sua apresentação à empresa através de um intermediário de Philippe Melchior, que era na altura o director.¹²⁷ Depois das eleições de Março de 1993, o recém-chegado ministro do interior, Pasqua, substituiu Melchior por Bernard Poussier. Poussier continuou como director da Sofremi até 1997.¹²⁷

A 14 de Dezembro de 2000, Poussier foi chamado a comparecer perante os juizes que investigavam o caso *Angolagate*. Segundo o *Le Monde*, foi mais tarde detido e enviado para a prisão de La Santé em Paris, sob acusações de “abuso de benefícios sociais, abuso de confiança, compra de influência, e compra de influência agravada.”^{81,128} Poussier foi posto em liberdade em 12 de Janeiro de 2001.

As alegações contra Poussier parecem incidir sobre um pagamento de cerca de um milhão de francos em dinheiro (167.000 dólares)¹²⁹ feito por Pierre Falcone⁸¹ a Poussier em 1998. Numa entrevista com o *Le Monde* em 17 de Janeiro de 2001, Poussier esclareceu “era [o dinheiro] um empréstimo “de honra” de um amigo a quem confio os meus problemas. Por isso logo que me avisaram no banco que o saldo da minha conta era negativo, eu falei com ele. Ele então deu-me o dinheiro para eu depositar na minha conta.”¹³⁰

Poussier insistiu também que a Sofremi não misturava os seus interesses com os de Pierre Falcone. Ele disse, “nunca esteve envolvida [a Sofremi] de forma alguma com a venda de armamento russo. De qualquer forma, nessa altura o Sr. Falcone dedicava-se mais a financiamentos na indústria petrolífera.”¹³⁰

A 28 de Outubro de 1997, após as eleições, Henry Hurrand foi nomeado como novo chefe da Sofremi. Introduzido por Lionel Jospin, para limpar a empresa, este despediu imediatamente Poussier. Segundo o *Le Monde*, ele ficou surpreendido ao ver que o nome de Falcone “aparece em absolutamente todos os contractos.”¹²⁷ *Le Monde* insinua que o novo director chegou à conclusão que as comissões pagas a Falcone eram “excessivas”, e esta pode ser uma das razões para que a Sofremi tivesse prejuízos entre 1996 e 1997.¹²⁷

A 9 de Janeiro de 2001, *Le Figaro* entrevistou Henry Hurand. Uma das primeiras acções como chefe da Sofremi foi levar a cabo uma auditoria independente. “O ponto mais significativo era a omnipresença de Pierre Falcone,”¹³¹ acrescentando, “a regra geral era que para cada mercado deveria haver um representante diferente, mas a partir de 1992, Falcone tornou-se o único representante da Sofremi. Isto é absolutamente anormal. Ele recebeu quantias escandalosas por cada operação.”¹³¹ Ao ser-lhe colocada a questão de corte do relacionamento entre a Sofremi e Falcone em 1997, ele disse, “após tomar a minha decisão, tivemos uma longa conversa. Eu acho que ele não compreendeu a minha determinação. Na realidade eu penso que ele estava convencido de que nada mudaria, de que os amigos dele o protegeriam sempre e que ele estava acima da lei.”¹³¹ Quando se lhe perguntou que queria dizer com “os amigos dele”, Hurand replicou, “tostou convencido que durante todos estes anos, Falcone terá dado graxa a toda a gente.”¹³¹

Em Fevereiro de 2001, a Sofremi deixou de existir e foi substituída por uma nova estrutura dentro do Ministério do Interior chamada Civipol, que já não estará envolvida na venda de armas.¹²⁷

esperam algo, se falarem sobre isso são mortas ou castigadas. Por isso as



altura, devido à política de Pasqua de promulgação dos interesses franceses em África. Desde o início dos anos noventa que a política dos Estados Unidos para com Angola se ia gradualmente transferindo da UNITA para uma abertura maior com o governo angolano. Parecia muito claro para Pasqua e para a sua equipa que os interesses petrolíferos dos EUA estavam na origem desta mudança. Apesar de a empresa americana Chevron dominar já a produção de petróleo angolana, sentia-se que esta mudança política traria ainda mais benefícios para as empresas americanas, ameaçando seriamente as ambições petrolíferas francesas na região. Por outras palavras, era altura de mudar a posição francesa e aproximar-se mais do MPLA. Após a detenção de Jean-Christophe Mitterrand em Dezembro de 2000, o perito em assuntos africanos e ex-chefe da polícia militar, Paul Barril, confirmou que o fornecimento de armas a Angola constituía parte de uma estratégia para conseguir acesso a uma parte significativa da produção petrolífera angolana.¹⁹

Existem diferentes versões sobre o primeiro encontro entre Jean-Christophe Mitterrand e Pierre Falcone. Segundo o seu advogado, Mitterrand encontrou pela primeira vez Pierre Falcone após a sua saída do palácio Elysée, mas segundo *Le Monde*, um antigo empregado de Falcone afirmou que a primeira visita de Mitterrand aos escritórios de Brenco International, que nessa altura se situavam em 56 Avenue Montaigne em Paris, ocorreu antes de Julho de 1992¹⁸; por outra palavras, quando Jean-Christophe Mitterrand era ainda conselheiro sobre África de seu pai. Fontes indicam que terá sido um tal Sr. Jallabert, na altura o responsável pelos assuntos internacionais da empresa francesa de armamento Thomson CSF, quem apresentou os dois ainda no tempo em que Jean-Christophe trabalhava no palácio Elysée.²⁰

Segundo o *Le Monde*, cerca de uma semana depois do primeiro encontro, Pierre Falcone contactou Curial para o informar que podia ajudar¹⁸. As coisas aceleraram-se. Segundo o *Le Monde*, a 7 de Novembro de 1993, o primeiro acordo com o governo angolano parece ter sido finalizado.¹⁸ Este primeiro acordo, por um valor aproximado de 47 milhões de dólares, incluía a entrega até meados de Dezembro de 1993, de munições, obuses de



A monumental embaixada de Angola na Avenue Foch – uma das mais finas avenidas de Paris.

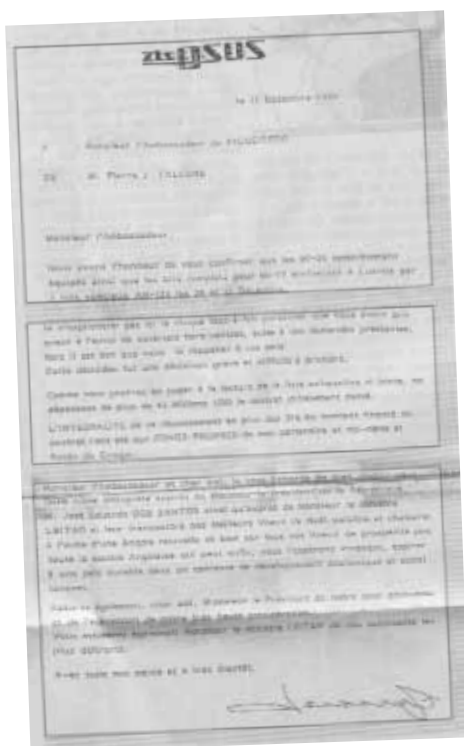
morteiro e várias peças de artilharia.¹⁸ Isso era apenas o início. Segundo uma reportagem do *Le Monde*, em 22 de Abril de 1994, o grau de envolvimento de Falcone com Luanda foi bastante aumentado através de uma “emenda” ou novo acordo no valor de cerca de 463 milhões de dólares.¹⁸ Neste caso, o acordo incluiria tanques e aviões de combate. Nos finais de 1994, segundo o *Le Monde*, Pierre Falcone tinha estado envolvido em vendas de armas a Angola num valor total de 633 milhões de dólares.¹⁸ Fontes indicam que apesar de o valor nominal destes contractos atingir os 633 milhões de dólares, uma parte significativa desta encomenda de armas foi entregue muito mais tarde.

Segundo *Le Monde*, o contacto angolano de Falcone em Paris era Elisio de Figueiredo o qual se tornou no “terceiro embaixador angolano” em Paris através de um pedido formal do presidente dos Santos, para além do embaixador oficial e do representante da UNESCO.¹⁸ Este acordo pouco ortodoxo permitiu a Figueiredo,²⁰ que tinha previamente sido embaixador em Paris, desempenhar o papel de embaixador ambulante, sem pasta, e actuar como intermediário do presidente.

PARTE I



O Escândalo



Esquerda: Cópia da carta, publicada pelo *Le Monde*, enviada a Elisio de Figueiredo, indicando o seu papel de intermediário. Após acusações de que tinha recebido US\$18 milhões de dólares da Brenco, Figueiredo abandonou França. Entretanto, regressou e continua na sua posição de “Embaixador”.

Direita: Contracto de venda de armas da ZTS-Osos no valor de US\$47 milhões de dólares de Novembro de 1993, publicado pelo *Le Monde*, sugerindo que o negócio foi assinado em Paris (repare no endereço, 56 Avenue Montaigne, correspondente nesta data ao endereço da Brenco, visível por cima da assinatura de Falcone em nome da ZTS-Osos.)¹⁸



Fac-símil do primeiro contrato d'armamento, do 7 novembre 1993, dont le lieu de signature – Paris ou Luanda – est controversé.

“pessoas continuam a sofrer porque não podem fazer nada” – homem deslocado, início de

Apresentação de Arcadi Gaidamak – Ele faz parte da Brenco?

Segundo informações, Pierre Falcone não tratou deste processo sozinho. Falcone parece ter-se associado a Arkadi Gaidamak, um emigrante russo que tinha vivido suficiente tempo em Israel para adquirir passaporte israelita antes de passar a residir em França. *Le Monde* sugere que Gaidamak se juntou à empresa de Falcone, Brenco, e juntos tornaram-se representantes da fábrica eslovaca de armamentos, ZTS-Osos, que forneceu a maior parte do armamento a Angola.¹⁸

Um aspecto interessante desta fase da operação é a ausência da assinatura de Gaidamak nos documentos publicados pelo *Le Monde*, o que parece sugerir que Gaidamak não estava envolvido nestes fornecimentos. Gaidamak confirmou à Global Witness numa conversa telefónica que tinha estado envolvido com Pierre Falcone nesta altura, mas que a tarefa deles consistia apenas em conseguir o financiamento de empréstimos garantidos com a produção de petróleo e a sua concessão através do banco francês, Banque Paribas.²¹ Ele nega veementemente que esta operação tenha algo a ver com o fornecimento de armas a Angola.²¹ No entanto, numa conversa posterior, Gaidamak confirmou que de facto tinham sido fornecidas armas, embora negue qualquer envolvimento directo. A sua justificação foi que estas transações tinham sido organizadas com um governo legítimo.³⁵

Mas nem tudo são rosas!

Embora parecesse que estas transações solidificassem a posição de Pierre Falcone e Arkadi Gaidamak em Luanda, ocorreram alguns percalços. A 29 de Novembro de 1994, o braço direito de Charles Pasqua, Jean-Charles Marchiani, alegadamente visitou Luanda para concluir aquilo que *Le Monde* refere como um “acordo global” – um acordo com o presidente dos Santos¹⁸ que abrangia todas as áreas e que serviria não só de base para os futuros fornecimentos de armas e financiamento de empréstimos garantidos pelo petróleo, mas beneficiaria também os interesses de negócios franceses.

O momento escolhido para a visita de Marchiani parece ter desequilibrado o jogo. Devido à proximidade das eleições presidenciais em França, marcadas para Maio de 1995, começaram a aumentar as tensões entre Jacques Chirac, que pensava ser o futuro presidente francês e Charles Pasqua. Segundo o *Le Monde*, Chirac estava há muito tempo convencido de que Pasqua apoiaria oficialmente o seu rival, Edouard Balladur.¹⁸ O jornal prossegue, “se isso acontecesse, ter Angola na mão seria um importante trunfo,” e dando força ao argumento prossegue declarando, “como resultado, e uma vez que Pasqua ofereceu o seu apoio a Balladur, os apoiantes de Chirac forneceram informações vitais ao departamento francês de finanças sobre as actividades de Falcone e Gaidamak.¹⁸ As investigações subsequentes das Finanças constituem ainda hoje um ponto de controvérsia. Segundo o *Le Monde*, “apesar de as armas não terem passado pela França, o Departamento das Finanças está a usar este facto para recuperar impostos não pagos, uma vez que eles insistem que o acordo se fez em Paris.” No entanto Allain Guilloux, o advogado da Brenco em Paris, parece ter afirmado que os acordos foram assinados em Luanda.¹⁸



Arkadi Gaidamak (esquerda) e amigos. A sua vertiginosa acumulação de riqueza continua a despertar atenções.

O congelamento de contas bancárias

Fontes sugerem que a brigada fiscal francesa confiscou cerca de 50.000 documentos em vários escritórios e propriedades relacionadas com Gaidamak e Falcone durante rusgas no princípio de 1996.²⁰ De acordo com *Le Monde*, a primeira rusga aos escritórios da Brenco em 11 de Dezembro de 1996 parece ter causado o encerramento por parte dos serviços fiscais franceses, da conta da Brenco número 0042856Q na sucursal do Banco Paribas na rue d’Antin, Paris, a finais de 1998.²⁰ Um artigo anterior no *Le Monde* afirmou que uma conta na sucursal do banco Paribas, pertencente à ZTS-Osos foi congelada em Dezembro de 1996.²² Não foi possível ainda determinar se os dois casos mencionados se referem à mesma conta ou a duas contas diferentes.

Le Monde explicou noutro artigo que “um inquérito fiscal” sobre a conta da ZTS-Osos no Paribas resultou no “encerramento desta ...em Dezembro de 1996”²². *Le Monde* explicou que o inquérito fiscal revelara “transacções com Angola através de um intermediário da empresa estatal Sonangol, que remunerou a ZTS-Osos através de uma conta aberta em Paris numa sucursal do Paribas em 1994.” Segundo esse artigo, “Falcone e Gaidamak, que retinham uma procuração na conta, não declararam as receitas.” No entanto fontes indicaram que isto pode apenas representar uma simplificação do interesse por parte da brigada fiscal francesa nas actividades de Falcone e Gaidamak. Aparentemente, foram feitas visitas de controlo por parte da Brigada Fiscal em 1992 e 1996, e em 1996, foram descobertas cerca de 80 contas bancárias diferentes.²⁰

A finais de 1998, o serviço fiscal francês exigiu à Brenco um pagamento de impostos retroactivos de um total de 1.256.766,403 francos franceses (aprox. 222 milhões de dólares),²³ o qual, se com êxito, será o maior pagamento retroactivo de impostos jamais pago em França.¹⁸ Uma factura fiscal de 222 milhões de dólares num volume de comércio de cerca de 633 milhões de dólares parece exageradamente alta: ou será que isso indica que os valores do comércio com Luanda durante este período teriam sido bastante mais altos do que está documentado, ou que os fornecimentos substanciais de material teriam continuado após 1994?



O castelo de areia começa a desmoronar-se

Apesar de a detenção de Pierre Falcone ter recebido vasta cobertura nos *media* franceses, só depois da detenção de Jean-Christophe Mitterrand em 21 de Dezembro de 2000 é que a história do *Angolagate* se tornou notícia a nível internacional. O que terá falhado na operação de Falcone e Gaidamak para levar à detenção e até ao encarceramento na prisão parisiense de La Santé, de numerosos indivíduos de prestígio?

Apesar de tanto Gaidamak como Falcone terem sido investigados previamente, esses inquéritos não chegaram a converter-se em acusações formais. Os numerosos artigos deixam claro que ambos tinham aliados políticos de peso.²⁴ Apesar de as fontes e os artigos indicarem que a Brigada Fiscal demonstrou persistência nas investigações,²⁰ estas foram imobilizadas pela oposição política. Na verdade, só depois de se descobrirem dados adicionais sobre alegada ilegalidade em investigações não relacionadas com o caso, é que começou a desaparecer a resistência política.

Até este ponto, o leitor poderá pensar que a história do *Angolagate* é uma história de finanças, fuga de impostos e fornecimento de armas durante 1993 e 1994 – tal como foi apresentada pelos meios de comunicação franceses. No entanto, a Global Witness acredita que a verdadeira história do financiamento da guerra em Angola vai bem mais além de 1993 e 1994, e não se limita a interesses angolanos e franceses; talvez chegue mesmo ao âmago da política internacional de interesses petrolíferos. As secções seguintes fornecem detalhes sobre estes eventos.

A história dos “grandes ouvidos franceses em Angola”

Segundo o *L'Express*, um informante anónimo forneceu um testemunho pormenorizado ao juiz Marc Brisset-Foucault, relacionado com um acordo secreto envolvendo esforços da empresa francesa “Communication et Systèmes” (CS) para exportar equipamento de interceptação (os “grandes ouvidos franceses” do artigo) para Angola; no entanto, o *L'Express* não sugeriu que tivessem sido feitas acusações formais neste campo.²⁵ Parece provável que as rusgas de 9 de Maio de 2000 aos escritórios de Falcone e do vice-presidente da CS, o Ex-General Claude Mouton, como consequência das provas do do informante, tenham proporcionado informações significativas mais recentes sobre as operações mais vastas de Falcone.²⁵ É interessante salientar que, em Julho de 2000 Mouton passou a ocupar o posto de director da Brenco France.²⁶

A rusga aos escritórios da CS parece ter originado um confronto entre a polícia e Raymond Nart (que não está sob investigação), ex-subchefe dos serviços secretos franceses DST, que desempenhava na altura as funções de chefe das relações internacionais da CS.²⁵ Foi Nart quem mais tarde forneceu uma carta de testemunho (ou seja de idoneidade de carácter) para Arkadi Gaidamak durante o processo de difamação deste contra a publicação francesa *La Lettre du Continent* em Setembro 2000.²⁰

Alegadamente, este acordo envolvia dois tipos diferentes de equipamento de interceptação de comunicações: o sistema “Murene” usado para interceptar telemóveis do tipo GSM, e o sistema mais sofisticado, “Menta”, usado para interceptar telefones via satélite.²⁵ Outro relatório acrescenta mais pormenores sobre este equipamento;²⁷ para além da

sua capacidade para interceptar telefones via satélite, o sistema Menta tem a capacidade de fornecer pontos de triangulação, permitindo a localização de determinados utentes desse telefones – um atributo muito útil ao governo angolano nos seus esforços de localizar Jonas Savimbi no mato.²⁷

L'Express comunicou que este segundo acordo, apesar de ter sido aprovado pelo Ministério da Defesa francês, foi realizado sem ter sido aprovado pela Comissão Interministerial para o Estudo do Comércio de Material de Guerra (CIEEMG),²⁵ cuja aprovação constitui um requisito obrigatório para a exportação de material militar delicado. *L'Express* indicou também que uma quantia de 7 milhões de dólares desaparecera, e que “sem dúvida, a estrutura deste acordo não permitia o pagamento de comissões ocultas”.²⁵ Claude Mouton negou qualquer ilegalidade²⁵ e até hoje, a Global Witness não tem conhecimento da publicação de qualquer comentário por parte de Falcone sobre este assunto.

Um caso sem ligação conduz ao Angolagate

Em Novembro de 1999, os juízes investigadores Philippe Courroye e Isabelle Prévost-Desprez herdaram a investigação de um caso de suspeita de lavagem de dinheiro em Marrocos.^{22,28}

Esta investigação cedo os encaminhou na direcção de Alain Guilloux, um conhecido advogado especializado em assuntos fiscais.^{22,29}

Guilloux tinha na sua lista de clientes muitas personalidades conhecidas. Entre eles Jean-Claude Mery que, antes de morrer gravou a agora famosa cassette de vídeo contendo acusações de corrupção relacionadas com o mandato de presidente da câmara de Paris de Jacques Chirac.²⁸ *Le Monde* informou que Guilloux teria representado também Gaidamak e Falcone,²² segundo parece depois de 1996, para tratar do assunto das contas congeladas no Banque Paribas^{18,22} (*Ver secção O congelamento das contas bancárias – página 13*). Segundo *Le Monde*, no seguimento das descobertas pelos investigadores de ficheiros no escritório de Guilloux, relacionados com o caso Brenco/Paribas, a polícia da Brigada Fiscal efectua novas rusgas às instalações da Brenco.

As 26 disquetes e a queda dos poderosos

Segundo o *Le Monde*, uma das rusgas foi realizada em Setembro de 2000 ao apartamento da secretária de Pierre Falcone, Isabelle Delubac,^{22,30} que segundo descobriram os investigadores, tinha escondido cerca de 26 disquetes de computador por ordem de Falcone. As disquetes continham pormenores de todos os acordos realizados entre a Brenco e Angola desde 1997 até 1999, listas de nomes de vários indivíduos e empresas e pormenores relativos a pagamentos específicos.²²

Estas disquetes, juntamente com outras fontes de informação, proporcionaram aos juízes motivos para mais investigações, que por sua vez isso levaram a buscas em várias instalações e ao interrogatório de vários indivíduos cujos nomes estavam nas disquetes. Em certos casos, estes procedimentos originaram a instauração de processos a alguns indivíduos acusados de vários delitos. Antes de discutir as detenções e as acusações feitas pelos juízes investigadores, a próxima secção apresenta mais pormenores sobre negócios com Angola.



A rede da Brenco e os negócios com Angola

QUE TRAMAVAM Falcone e Gaidamak? O grupo de empresas Brenco, Pierre Falcone, o seu relacionamento com Arkadi Gaidamak e a empresa com sede na Eslováquia, ZTS-Osos, têm sido objecto de muita especulação na imprensa desde que rebentou o escândalo *Angolagate* nos finais de 2000. Esta secção junta estas fontes e proporciona informações suplementares.

A principal empresa-mãe do grupo Brenco, parece ter sido a Brenco International, que tinha a mesma sede que a Brenco-France, em vários endereços em Paris. Em Dezembro de 2000, a publicação *Liberation* deu uma ideia do possível número de subsidiárias da Brenco e a sua localização em várias partes do mundo. É provável que não seja uma lista completa, mas incluía:³¹

Brenco Trading Ltd na Ilha de Man, Reino Unido; Brenco Investments em Montreal, Canada; Brenco Ltd em Londres, Reino Unido; Brenco Coren SA em Bogotá, Colômbia; e subsidiárias não nomeadas na Birmânia e Argentina. O artigo menciona operações da Brenco na Colômbia, Guiné, Madagáscar, Rússia e Kazaquistão.³¹

Algumas informações têm sugerido que a Brenco é uma subsidiária da ZTS-Osos, enquanto que outras têm sugerido o contrário. Apesar do facto de parecer haver uma ligação entre as duas empresas, as investigações da Global Witness não puderam descobrir provas documentais que estabelecessem uma ligação formal entre elas.³⁰ No entanto, segundo o *Le Monde*, durante 1996, tanto Gaidamak como Falcone eram signatários da conta bancária da Brenco número 0042856Q na sucursal do Paribas na rue d'Antin.³⁰

Durante os primeiros contractos de armamento entre a ZTS-Osos e Angola em 1993 e 1994, Brenco France situava-se em 56 Avenue Montaigne em Paris. É interessante o facto de este endereço e os números de telefone e fax da Brenco estarem incluídos no contracto inicial de 47 milhões de dólares com a ZTS-Osos, juntamente com a assinatura de Falcone, sugerindo que havia laços fortes entre Brenco e ZTS-Osos. O carimbo da ZTS-Osos, ao lado da assinatura de Falcone, contém a legenda “Negócios Russo-Angolanos”.¹⁸

Em Dezembro de 1996, *L'evenement du Jeudi* publicou uma cópia deste primeiro contracto entre a ZTS-Osos e Angola³² que inclui uma descrição do material fornecido:

- 30 tanques T-62, fabricados entre 1961 e 1972, canhão de 115mm, alcance 500 km.
- 40 veículos blindados BMP-2 com 4 mísseis anti-tanque, canhão de 75mm e uma metralhadora de 7.62 mm.
- 24 howitzers, 2S1 Gvozdika, fixas em chassis de tanques, manufacturadas em 1970.
- Peças de artilharia M-46 (130mm).
- 18 peças de artilharia DCA ZU-23/2 (23mm).
- 12 lançadores múltiplos de rockettes classe P.
- 50 lançadores de granadas anti pessoal AGS-17 Plamya (30mm)
- 250 metralhadoras ligeiras RPK.
- 500 morteiros PKM.
- 150 bazucas Schmel.



O que se terá passado por detrás das portas fechadas da sede da Brenco na prestigiosa Avenue Kléber em Paris?

- 5,500 kalashnikovs: 7.62 mm AKM e 5.45 mm AK-74, com lançador de granadas fixo na parte inferior da arma.
- 13 milhões de munições (7.62mm).
- 750,000 munições (5.45mm).
- 10,000 granadas ofensivas e defensivas.
- 21,000 granadas (30 e 40mm).
- 5,000 obuses de morteiro (82mm).
- 50,000 30 mm obuses de penetração em blindagem.
- 10,700 projecteis (115, 122 e 130mm).
- 1,500 MPB detonadores, B429 e B90.

De acordo com *L'evenement du Jeudi*, especialistas militares sugeriram que esta aquisição seria suficiente para armar uma divisão motorizada de 8.000 homens. No entanto, o jornal sugere que as munições não seriam suficientes para abastecer uma ofensiva prolongada, o que implica outros contractos, e no final de 1994, tal como foi mencionado, o valor total dos contractos com Angola alcançou alegadamente os 633 milhões de dólares.^{18, 32}

O artigo do *L'evenement du Jeudi* referiu-se a outro artigo anterior, publicado dois meses antes, acerca de um carregamento de camiões russos para Angola, afirmando, “*L'evenement du Jeudi* explicou as circunstâncias em que Gaidamak e Falcone venderam... camiões russos para Angola, iguais aos que usa o exército russo”.³² O jornal prossegue, “já na altura mencionamos o contrato [contrato de armamento no valor de 47 milhões de dólares – o tema deste último artigo] entre a Rússia e Angola.³² O jornal menciona que quando o primeiro artigo foi publicado “Falcone e Gaidamak” negaram veementemente estar envolvidos, insistindo que ambos sentiam repugnância pelo tráfico de armas.³²

viesses de dia para as batidas, vinha a UNITA de noite. A certa altura, não



No decorrer do artigo, após publicar os detalhes do contrato de armas no valor de 47 milhões de dólares, o qual demonstrava que Falcone parecia comercializar armas, Falcone terá dito “uma pessoa tem que ler nas entrelinhas desse contrato”, e “vimos socorrer um governo legal, o do presidente Eduardo dos Santos. Temos a moral do nosso lado”.³² Apesar de o artigo sugerir que Gaidamak continuava a negar ter conhecimento do contrato, citou palavras que lhe foram atribuídas “se esse contrato existe, deve notar que ajudou a trazer a paz. Isso é o que interessa”.³²

Após os contratos de 1993 e 1994, a sede da Brenco passou para o prestigioso endereço 64 Avenida Kléber, em Paris, ao lado da embaixada da Argentina, e a curta distância da embaixada angolana na Avenida Foch.

Paris como local de assinatura dos contratos?

Até agora a imprensa tem levantado questões relacionadas com o tráfico de armas para Angola em 1993 e 1994. A imprensa tem também mencionado o facto de a Brenco, Falcone e Gaidamak terem sido investigados pelo não pagamento de impostos referentes a esses contratos.

É importante que se repare nas características nitidamente francesas do primeiro contrato por 47 milhões de dólares que enfraquecem a teoria que as transações foram levadas a cabo em Angola. Para além de o documento estar escrito em francês, terá também sido enviado para Elísio de Figueiredo, sediado em Paris.¹⁸ O endereço da Brenco da altura aparece no contrato, juntamente com o nome de Pierre Falcone, assinado em baixo da inscrição “Pela ZTS-Osos”.^{18,32} São estes aspectos colectivos do documento, juntamente com informação vinda de certas fontes, que sugerem que o contrato terá provavelmente sido assinado na França.²⁰ Presumivelmente, estes factores explicam os esforços da brigada financeira em instaurar processos pelo não pagamento de impostos.

Outro contrato da ZTS-Osos com Angola – Gaidamak junta-se à equipa?

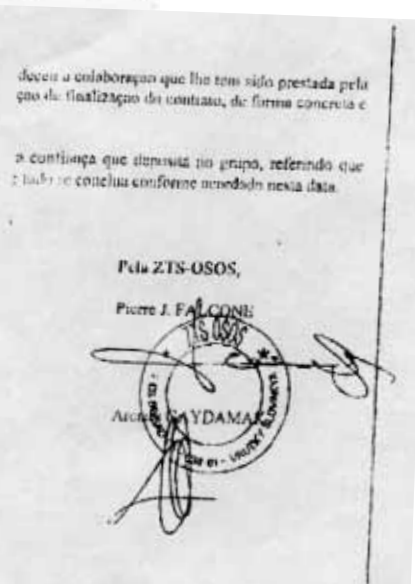
A Global Witness pode agora revelar a existência de outro contrato com o valor de 44.925.000 dólares, com a data de 1995/6³³. É possível que este contrato tenha sido organizado aproximadamente na mesma altura do acordo de 19 de Setembro de 1996 entre o Banque Paribas e a Sonangol para um empréstimo de 135 milhões de dólares, que incluía a empresa petrolífera Glencore International AG, a qual se comprometia a extrair uma quantia específica da produção de petróleo futura para pagar o empréstimo³⁴.

Em conversa telefónica com a Global Witness, Gaidamak salientou que tanto ele com Pierre Falcone passaram a ter cidadania angolana e receberam passaportes diplomáticos, passando posteriormente a ser “signatários das contas” que tinham sido abertas no Banque Paribas para os processos de empréstimos garantidos com o petróleo.²¹ Gaidamak afirmou que ele e Falcone tinham recebido controlo de uma parte significativa dos fundos obtidos através dos empréstimos, que eram na realidade, parte do orçamento de estado de Angola, obtido e gasto fora do território angolano. No decorrer desta primeira conversa, Gaidamak salientou o aspecto financeiro do seu relacionamento com o governo angolano, negando o envolvimento de armas.²¹

O acordo de armamento de 1995/6 contém diferenças estilísticas diferentes do contrato anterior. A mais óbvia é a mudança da língua para português. Desta vez o contrato termina “Pela ZTS-Osos” e os nomes de ambos Pierre J. Falcone e Arcady Gaydamak (assim escrito) aparecem no documento. Junto a estes nomes, estão as assinaturas. Algumas fontes sugerem que Gaidamak muito raramente, ou quase nunca assina documento algum. No entanto a assinatura junto ao nome Pierre J Falcone parece ser genuína se a compararmos com a assinatura original contida nos impressos fiscais anuais das empresas de Falcone com sede no Reino Unido.



Negócio de armas da ZTS-Osos em 1995/1996 no valor de US\$44 milhões de dólares. A assinatura de Falcone no contrato (abaixo) parece ser igual à do relatório apresentado à Companies House no Reino Unido (esquerda).



Acima: Acordo de empréstimo da Banque Paribas à Sonangol em Setembro de 1996, no valor de US\$135 milhões de dólares, tendo como fiador receitas provenientes de produção petrolífera futura.

tínhamos quase nada para comer, por isso decidimos fugir pela mata ...” –Pessoa



O logótipo no selo da empresa neste documento já não é “Negócio Russo-Angolano,” agora tem a nova legenda “Vrutky Slovakia”³³ Desta vez, a lista de compras inclui carros de combate e de transporte de pessoal, está escrita em português [títulos adicionados pela Global Witness] e inclui:³³

Artigo	Quantidade	Custo/Unidade(US\$)	Custo Total (US\$)
Carros de Combate			
BMP-2	35	350.000,00	12.250.000,00
BMD	30	153.000,00	4.590.000,00
Transporte de Tropas & Cargas			
?RAL 4320	100	65.000,00	6.500.000,00
?RAZ 260 ND	200	59.125,00	11.825.000,00
?AZ Cavalos mecanicos	10	80.000,00	800.000,00

Os pontos de interrogação indicam as partes em que o texto está ilegível (ver em baixo).

O documento menciona equipamento adicional (ver em baixo). Apesar de parte do texto estar pouco claro, podem distinguir-se facilmente artigos como “T54/55 E T62”, referindo-se a tanques. Nestes artigos não aparece o preço mas apenas um zero, o que pode sugerir que apesar destes artigos estarem disponíveis, nenhum foi comprado nesta ocasião.

O valor total dos artigos encomendados foi de 35.965.000 dólares, mas o total da factura foi 44.925.000 dólares. A quantia de 8.960.000 foi adicionada entre os dois totais. Não é claro a que se refere essa quantia, mas talvez fosse a comissão no valor de quase um quarto do valor da encomenda.³³

Não é claro se o empréstimo de 135 milhões de dólares do Banque Paribas foi utilizado para financiar este contrato. No entanto, uma vez que os fundos gerados pelos empréstimos garantidos pelo petróleo, nos quais participou o Paribas, foram usados pelo governo para financiamento de armas em 1993 e 1994, e uma vez que Gaidamak e Falcone, segundo disse Gaidamak, se tinham tornado signatários autorizados das contas do Paribas respeitantes aos empréstimos concedidos,²¹ não se pode excluir a possibilidade de que pelo menos parte dos 135 milhões de dólares concedidos tenha sido usada para financiar esta compra de armas. O Banque Paribas deveria fornecer informação aos juizes a cargo da investigação sobre o que sabe sobre a organização destes empréstimos, e que outros contratos se tenham realizado. Deveria também fornecer informação sobre o papel desempenhado por Gaidamak e Falcone durante as negociações dos empréstimos e no controlo das subsequentes transações.

Será que o programa de fornecimento de armas constituiu um bom negócio para Angola?

Para dar uma resposta definitiva a uma pergunta destas não basta simplesmente comparar a lista de pedidos e o valor dos contratos, efectuados com a ZTS-Osos ou outros dos fornecedores de armas a Angola. É também importante considerar a idade dos artigos e a sua condição, para determinar o seu verdadeiro valor. Por exemplo, alguns dos fornecimentos incluíram tanques com quarenta anos de idade [não estamos a referir-nos aqui a armamento fornecido pela ZTS-Osos], os quais não oferecem grande vantagem táctica e podem até ser uma desvantagem em situações de guerra móvel moderna.³⁶

No passado, fontes em Angola falaram da existência de cemitérios de material, cheios de tanques e outro material bélico, nos arredores de Luanda.³⁶ Longe de terem sido vítimas da guerra, estes artigos parecem ter sido trazidos em camiões para o lugar do seu descanso final, pois encontravam-se em tal estado que não puderam sair dos navios pelos seus próprios meios. Isto significa que uma quantidade de comerciantes de armas trouxe para Angola uma série de artigos totalmente inúteis, sobretudo devido às comissões disponíveis àqueles que estavam envolvidos no negócio.

Após investigações adicionais em outros pontos em conflito na África, a Global Witness descobriu que têm sido fornecidas armas a preços exagerados, e em certos casos os países em questão receberam armamento com um quarto ou um quinto do valor que lhe era atribuído. Nestes exemplos, as enormes margens de lucro permitiram o pagamento de luvas a todos os que estavam envolvidos no negócio e este foi o principal motivo para a realização de tais negócios.³⁶

Interesses estatais russos na ZTS-Osos

Num artigo publicado a 22 de Janeiro de 2001, a *CTK Publications*, com sede na República Checa, anunciou que existem significantes interesses estatais russos por detrás da ZTS-Osos.³⁷ Se isso for

verdade, estas ligações ajudam a explicar melhor as ramificações dos interesses em Angola e na sua riqueza petrolífera e seriam consistentes com a aparente disposição da Rússia em renegociar a dívida angolana de 5,5 biliões de dólares. Tais ligações poderiam também sugerir que a política deplorável do presidente Putin de fomentar a venda de armamento a África, pode na realidade ter sido iniciada ainda no regime de Yeltsin.

Segundo um jornalista da *CTK Publications*³⁸, o registo estatal de empresas eslovaca indica uma mudança de nome na “ZTS-Osos Martin” para “Osos Vrutky”, em Dezembro de 1994. Isto explica a mudança do logótipo no selo verificada no contrato posterior (que apresentamos na página 16), e apoia a teoria de que este documento é posterior ao período de 1993/94, ao qual a imprensa francesa denominou *Angolagate*. Segundo a *CTK Publications*, 46% da nova entidade pertence a empresas eslovacas (sem constarem nomes) e a empregados da Osos Vrutky, e 10% à firma checa Marden. O artigo inclui comentários atribuídos ao director-geral da Osos-Vrutky, Jan Valenta, que consta ter dito que “cerca de 44% das acções da Osos Vrutky ...empresa ...pertencem (assim escrito) às empresas russas de armamento Kurganmash e Rosoboronexport.” Valenta terá afirmado que “cerca de 16% das acções da ZTS-Osos Vrutky pertencem à empresa estatal russa de exportação de armas Rosoboronexport,” e 28% à empresa russa Kurganmash.³⁷

Artigo	Quantidade	Custo/Unidade(US\$)	Custo Total (US\$)
Carros de Combate			
BMP-2	35	350.000,00	12.250.000,00
BMD	30	153.000,00	4.590.000,00
Transporte de Tropas & Cargas			
?RAL 4320	100	65.000,00	6.500.000,00
?RAZ 260 ND	200	59.125,00	11.825.000,00
?AZ Cavalos mecanicos	10	80.000,00	800.000,00
OUTRO MATERIAL			
T54/55 E T62	0	0	0
99.1.142.2000.1.12.4320	0	0	0
Outros	0	0	0
			44.925.000,00

O império de negócios de Gaidamak

A imprensa francesa descreveu como Gaidamak começou o seu negócio em Paris através da fundação de uma empresa de serviços de tradução. Muito se tem falado desde então da sua extensiva riqueza e da rapidez como foi gerada.

Gaidamak está listado como o Chefe Executivo de uma holding do Luxemburgo chamada Finegos International SA,⁵⁶ também como Director; juntamente com o seu filho, Alexandre Gaidamak, de uma outra holding do Luxemburgo, Pivoine SA.⁵⁶ A família Gaidamak também parece estar ligada a um número de empresas com sede em Londres. Estas incluem: Monarch Fiduciary Ltd, Mondiale Property Ltd e Mondiale Management Ltd.³⁹ Até há pouco tempo atrás, todas estas empresas com sede em Londres estavam localizadas em 8 Carlos Place. A Mondiale Management Ltd é propriedade de uma holding registada em Jersey, de nome, Tudorose.³⁹ A função e a participação de Tudorose não estão esclarecidas.

Outras duas empresas de Londres, Sonus Ltd e Europitex Ltd, também parecem estar ligadas, pois partilham directorias e accionários, com as empresas acima referidas.⁴⁰ Em "Notas do Relatório Financeiro" da Europitex em 1998, o "Sr. A. Gaidamak" aparece como sendo "a parte controladora da empresa". Tanto a Sonus Ltd como a Europitex Ltd foram dissolvidas em Março e Julho de 2001, respectivamente, e Alexandre Gaidamak deixou de ser director da Mondiale Property Ltd a 24 de Abril de 2001.⁴⁰ Arkadi Gaidamak tornou-se um fugitivo devido a um mandato de captura internacional emitido em 11 de Janeiro de 2001.

Apesar de o estatuto e a função de algumas empresas que parecem ter ligações a Gaidamak, directamente ou indirectamente

Em baixo à esquerda: 8 Carlos Place – um dos centros da rede de interesses empresariais de Alexandre Gaidamak



Voos altos com Arkadi Gaidamak.

através do seu filho Alexandre, não estarem muito claras, algumas parecem estar envolvidas em investimentos imobiliários. No seu portfólio de propriedades, está entre outras, um bloco de apartamentos na exclusiva área de Mayfair em Londres, vendido no final de 2000. Algumas fontes sugeriram também que Gaidamak tem bens imobiliários substanciais em Kensington, outra área exclusiva de Londres.⁵⁶ Em documentos do tribunal do seu processo legal contra a ONG francesa Survie, Gaidamak aparece como residindo no Reino Unido, em "3 A Kensington Garden No 8."⁴¹

Gaidamak em Israel

Em 1998 em Israel, Gaidamak mudou legalmente o seu nome para Arye Barlev. No princípio de 2000, o suplemento do jornal de Tel Aviv, *Yedi'ot Aharonot's Leshabat*, afirmou que 15% das acções da empresa pública de Israel, África Israel, que eram controladas pelo empresário Lev Leviev tinham sido adquiridas por Gaidamak.¹⁴

Em baixo à direita: Gaidamak avança em Mayfair. A sua pasta de posses inclui agora propriedades prestigiosas em Londres.



Segundo parece, Gaidamak havia sido apresentado a Leviev em 1999 por Dani Yatom, ex-chefe dos serviços secretos israelitas Mossad.⁴² Segundo o *Ha'aretz*, em Janeiro de 2002, Gaidamak vendeu de novo a sua parte a Leviev por 75 milhões de dólares, a mesma quantia que ele tinha pago.⁴³

Numa declaração à bolsa, em Janeiro de 2000, a África Israel terá declarado que Gaidamak "é proprietário de numerosas propriedades imobiliárias na Europa Ocidental e de vários outros negócios de infraestruturas, investimentos imobiliários e energia." A declaração acrescenta, "a decisão do Sr. Leviev de vender algumas das acções ao empresário internacional Arkady Gaydamak (assim escrito) foi tomada devido às vantagens que isso implicaria, e que poderiam contribuir para uma melhor realização dos objectivos corporativos da empresa. Leviev acredita que a empresa pode alcançar objectivos a nível internacional no campo da energia, bens imobiliários e investimentos, através da sociedade com Gaidamak."¹⁴ Poucos meses depois, o governo de Angola anunciou que concedia a título exclusivo a venda de diamantes do país à empresa de Leviev. Não se sabe que papel Gaidamak terá desempenhado, se é que esteve envolvido, na concessão da produção de diamantes de Angola a Leviev.

Após esta primeira notícia, a amizade entre Gaidamak e Leviev parece ter-se alastrado a outros sectores de negócios, incluindo a produção de fertilizantes e de urânio no Kazaquistão, e possíveis aventuras futuras na produção de ouro.⁴⁴ Merecedora de referência especial é o caso da aquisição do complexo químico de tratamento de Tselina, conhecido como Kazsabton, que foi alegadamente uma das empresas-chave na produção de armas nucleares na União Soviética.^{42,44} Dadas as informações que Gaidamak vendeu de novo a Leviev a sua quota na África-Israel, não se sabe se continua a reter na sua pasta os investimentos conjuntos Leviev/Gaidamak no Kazakistão.

© REA

PARTE I



O Escândalo

Esta última fabrica o mesmo tipo de veículo blindado para transporte de pessoal mencionado nos contractos de 1993/4 e 1995/6 (BMP-2s e BMP-3s). *CTK* salientou também que Valenta “negou que a ZTS-Osos Martin, ou a Osos Vrutky negociassem em armamento, apesar de, afirmou, a Osos Vrutky possuir uma licença para esse tipo de comércio desde 1998.”³⁷

A *CTK* não conseguiu obter confirmação por parte de nenhuma das empresas russas sobre a respectiva participação na Osos Vrutky, e a Kurganmash negou-se a divulgar o nome dos proprietários.³⁸ No entanto, documentos oficiais do governo eslovaco referem que em Maio de 1993, 18,97% da ZTS-Osos Martin foi vendida à empresa estatal russa *Specvnestekhnika*, que foi precursora da empresa *Rosvoruzhenye*, que por sua vez um dos dois percursos da empresa estatal de armamento russa *Rosoboronexport*, mencionada antes como detentora de 16% das acções da Osos Vrutky.^{37,38} Segundo os jornalistas da *CTK*, outra perspectiva é-nos apresentada pela revista russa, *Moskovskye Novosti*, que em Dezembro de 2000, parece ter publicado a notícia da compra de 67,5% das acções da ZTS-Osos em 1993, pelos serviços secretos russos, através da *Specvnestekhnika*.³⁸

Se forem verdade as insinuações de que há um significativo interesse por parte das empresas estatais russas de produção de armas na ZTS-Osos, isso implica conhecimento, e talvez aprovação, de actividades da empresa e dos seus associados em Angola por oficiais governamentais russos de alto nível. A actual administração russa deve esclarecer o que sabe acerca dessas actividades.

Falcone e Gaidamak dedicam-se à dívida de 5,5 biliões de dólares de Angola à Rússia

Segundo vários artigos na imprensa, Falcone e Gaidamak estiveram envolvidos num acordo de renegociação da dívida angolana para com a Rússia de 5,5 milhões de dólares, em que a Rússia receberia 1.5 biliões através de financiamento obtido com os empréstimos garantidos pelo petróleo.

De acordo com *Le Temps*, um inquérito judicial com sede em Genebra sobre este tema, resultou no congelamento em Abril de cerca de 750 milhões de dólares. *Le Temps*, comunicou que, “o inquérito que se realiza em Genebra permitiu reconstruir os caminhos seguidos por metade do produto desse acordo; isto é [os primeiros] 750 milhões.” *Le Temps* prosseguiu, “em vez de ser depositado a favor do estado russo, que em teoria era o dono da dívida, a maior parte da quantia foi depositada em contas bancárias de altos funcionários dos dois países.”¹²

O jornal *Le Temps* divulgou comentários aparentemente atribuídos a uma fonte próxima do governo angolano, segundo os quais “as contas dos dignatários do regime, algumas das quais estão agora congeladas em bancos suíços, contêm “dinheiro oficial” que estes dignatários foram incubidos de “transportar” em nome do governo”¹²

O *Le Temps* faz referência a “Vitaly Malkin, um bancário que figura entre os dez “oligarcas” mais próximos a Yeltsin, que possuía uma procuração referente a uma conta no USB, em nome de uma empresa chamada Abalone Investments Ltd”. O jornal prossegue, “esta conta, número CO – 101436, foi alegadamente usada como recipiente dos fundos originários da compra da dívida.”⁴⁵

De acordo com o *Le Temps*, “Vitaly Malkin era alegadamente accionista da Abalone, juntamente com outros dois personagens envolvidos no caso [o negócio da dívida], o comerciante de armamento Pierre



Encontro de Yeltsin com dos Santos. Será que Yeltsin concordou em reestruturar a dívida angolana à Rússia?

Falcone, e o bilionário russo Arkadi Gaidamak.”⁴⁵ A sugestão do *Le Temps*, relativa ao relacionamento de negócios entre Gaidamak e Pierre Falcone na Abalone Investments Ltd é interessante, tendo em conta as declarações do primeiro numa entrevista com *Le Parisien*, em que terá afirmado, “Pierre e eu nunca estivemos associados em nenhuma empresa.”⁴⁶ Em Dezembro de 2000, um comunicado de imprensa do *Rossiyskiy Kredit Bank* mencionava, “a recentemente eleita junta do banco reuniu-se e elegeu Arkadiy [assim escrito] Gaidamak como presidente da junta do banco. O anterior presidente da junta, Vitaly Malkin, passa a ser seu delegado”.⁴⁷

Como comentário final, *Le Temps* comentava, “uma pessoa com conhecimento detalhado da investigação sugere que o acordo da readquisição da dívida angolana à Rússia pode ter sido usado para financiar a campanha de reeleição de Boris Yeltsin em 1996.”⁴⁵

CADA, filial da Brenco, é a chave para os fornecimentos médicos e alimentares das FAA

Em 1999, o jornal angolano *Angolense*, publicou um artigo sobre a CADA (Empresa Angolana de Distribuição Alimentar)⁴⁸, sugerindo que esta empresa até então desconhecida, era de facto uma operação conduzida por vários generais (não forneceu nomes) das FAA. O artigo afirmava que o contracto obtido pela CADA tinha um valor de 720 milhões de dólares, e tornava a empresa no único fornecedor de alimentos às forças armadas durante um período de 5 anos.⁴⁸

No entanto, as investigações da Global Witness revelaram que CADA pertence ao grupo de empresas Brenco de Falcone e não está ligada a generais angolanos. CADA parece ter tomado controlo de todos os fornecimentos alimentares, médicos e de uniformes às Forças Armadas Angolanas (FAA).⁴⁹ André de Fiori, director da sucursal da CADA em Londres, conhecida como Companhia Angolana de Distribuição Alimentar Limited (CADA Ltd), apresenta um esclarecimento interessante sobre esta questão numa carta escrita em 1998.⁴⁹

A carta está escrita em papel timbrado da Argo (*ver página ao lado, em cima*), uma empresa com sede em São Paulo, Brasil. O Sr. de Fiori explica que a Argo é representante oficial no Brasil do “Grupo Brenco.” Esclarece ainda que a empresa é “um grupo empresarial com sede na Europa [Brenco Trading Ltd

– BTL – a holding tem sede em Londres, enquanto que a Brenco France – a sede administrativa – está localizada em Paris] especializado em operações que requerem engenharia financeira e comercial em “países difíceis”⁴⁹. Explicou que, “a Brenco tem funcionado com sucesso em países como a China, Mainland (assim escrito), Cazakistan(assim escrito), Rússia, Bulgária, Colômbia, México e Venezuela (assim escrito).”

De Fiori acrescenta ainda, “uma das suas [da Brenco] empresas off-shore, CADA ... assinou recentemente um contrato de abastecimento com uma corporação estatal angolana, e será a empresa que fará a aquisição dos artigos e depois passará a factura aos angolanos. A Argo desempenha o papel de grupo negociador, coordenando a encomenda e as negociações de vários artigos em nome da CADA.”⁴⁹

De Fiori concluiu dizendo que a CADA passaria “cartas de crédito confirmadas à vista, com base em meios de pagamento e garantias concedidas pela Brenco...”⁴⁹

Num artigo de 14 de Janeiro de 2000 ligando o escândalo “Kremlingate” a Angola,⁵⁰ o diário português *Público* fez também comentários sobre a CADA. Para tentar determinar o papel da CADA em Angola, o *Público* fez várias perguntas específicas à presidência angolana. Apesar de vários esforços realizados no sentido de obter respostas, incluindo vários faxes, chamadas telefónicas e emails, não obteve resposta às perguntas.⁵⁰

O *Público* enviou também, entre outras, perguntas a André de Fiori director da CADA Ltd. Não foi recebida nenhuma resposta, excepto um comentário em como a CADA abastecia a empresa estatal angolana Simportex.⁵⁰

Fontes dentro da indústria internacional de géneros alimentares fornecem também uma perspectiva interessante relativamente aos privilégios concedidos à CADA nas suas operações em Angola. Um dos principais problemas encontrados pelas empresas de alimentação em Angola foi o aumento exagerado dos

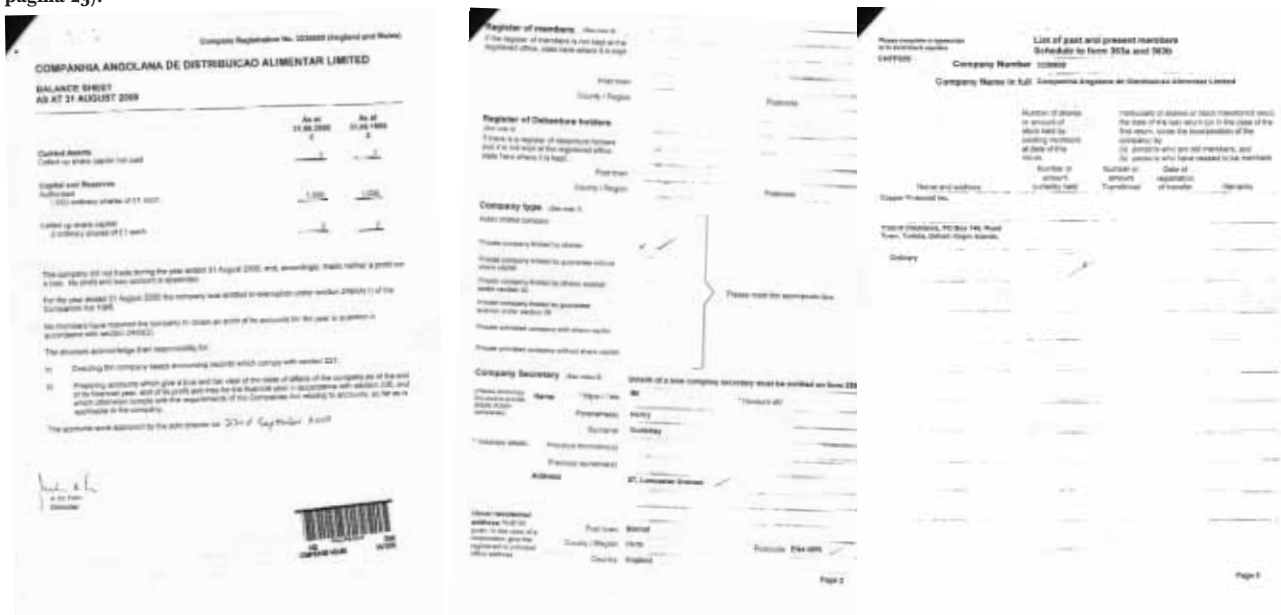


preços de bens na parte angolana da importação em qualquer acordo comercial; ⁵¹ problema que é, até certo ponto, moderado pela presença da empresa suíça SGS encarregada de proporcionar aquilo a que se chama, “Relatório Limpo de Conclusões.”⁵¹ Isto consiste num processo de verificação para assegurar que os produtos fornecidos são de suficiente qualidade e quantidade para justificar o preço pago. Segundo certas fontes, as importações da CADA não estão sujeitas a esta fiscalização. Numa ocasião, um representante da CADA/ARGO declarou, “não se preocupe com a SGS, porque nós não precisamos de nenhum Relatório Limpo de Conclusões.”⁵¹ As empresas de produtos alimentares informaram já a SGS sobre esta situação.⁵¹ Global Witness pede urgentemente à SGS para tornar público aquilo que sabe sobre as operações da CADA em Angola.

Os documentos da *Companies House* demonstram que a CADA Ltd em Londres, está situada em 40 Queen Anne Street, London W1. A CADA Ltd foi criada em 1996, e de Fiori consta como Director. ⁵² A empresa está listada como subsidiária de uma empresa chamada Copper Financial Inc, localizada em Tortola, Ilhas Virgens Britânicas; esta última parece ter sido fundada por um tal Henry Guderley, que também aparece como secretário de empresa da CADA Ltd, com sede em Londres. Guderley aparece também como secretário de empresa na lista da *Companies House* em várias outras empresas afiliadas à Brenco com sede no Reino Unido: Brenco Ltd; Essante Ltd; Invest Time Ltd; Clearhall Ltd; Classdene Ltd; Brenco Aviation Ltd. ⁵³

As pesquisas na *Companies House* não revelaram existir ou ter existido uma empresa chamada Brenco Trading Ltd, apesar da referência de De Fiori a este nome como empresa holding (de participação) do Grupo Brenco. No entanto, a Brenco Trading Ltd estava listada em Douglas, na Ilha de Man em 2000. A publicação onde consta a Brenco Trading Ltd, indica que tanto a Clearhall Ltd como a Invest Time Ltd são sociedades filiais. ⁵⁴ Ambas as empresas estão registadas na *Companies House* em Londres. ⁵⁵ Outra Brenco Trading Limited está localizada em Tortola, Ilhas

Abaixo: Ficheiros da CADA Ltd na Companies House mostram a detenção de acções da empresa, a função de Henry Guderley como secretário e de Fiori como director. A notar: a morada do accionista é a mesma que a de Brenco Trading Ltd, uma empresa accionista da Essante Ltd (ver página 23).



Os negócios e as ligações da Brenco com outros países

A cobertura dada pela imprensa, principalmente depois da detenção de Pierre Falcone em 1 de Dezembro de 2000, dá uma ideia sobre os outros negócios de armas que parecem estar relacionados com Brenco. Para além do facto de os negócios da Brenco se estenderem a países desde a Colômbia e México, até à China e Kazaquistão, tal como disse André de Fiori da Argo na sua carta de 1998 (*Ver secção CADA, filial da Brenco, é a chave para os fornecimentos médicos e alimentares das FAA – página 19*), a Brenco, ou alguns componentes das operações da Brenco/ZTS-Osos parecem estar ligadas a negócios de armas e outro equipamento na Birmânia, Camarões e no Congo-Brazzaville.

A empresa da Brenco, Setraco, entra em acordos com SLORC na Birmânia

Em 1992, a empresa de petróleo francesa Total finalizou o contrato para o gasoduto Yadana na Birmânia, segundo informações, com a assistência de uma filial da Brenco, Setraco, que forneceu 24 helicópteros da era soviética à SLORC, à junta militar da Birmânia.⁵⁸ Os helicópteros foram recondicionados em Varsóvia e fornecidos, após o fracasso na tentativa de conseguir helicópteros do Vietname. Na altura, o cartão de negócios de Jean Pichon, director da Setraco em Rangoon (e ex-adido militar na embaixada da França em Banguecoque), continha não só o endereço da empresa no Vietname e em Viena, mas também o “escritório francês de liaison”, situado no mesmo endereço da Brenco France, que na altura era 56 Avenue Montaigne, Paris.

A posição oficial polaca é que estes helicópteros foram entregues directamente, sem a necessidade de intermediários. No entanto, um diplomata polaco na altura disse, “os birmaneses pagaram-nos com dinheiro da Total.”⁵⁹ Isto não sugere que a Total pagou directamente pelos helicópteros, mas que a SLORC usou os pagamentos do bónus de assinatura da Total para o acordo do gasoduto de Yadana, possivelmente misturados com fundos derivados do envolvimento da SLORC no comércio internacional de heroína, e que estes pagamentos eram depois feitos através de uma conta bancária de joint-venture em Singapura.

Thierry Desmarest, PCA do grupo TotalFinaElf deveria esclarecer até que ponto está informado sobre os preparativos relacionados com o fornecimento de helicópteros ligado ao projecto do gasoduto Yadana.

Transacções com os Camarões

No início de 1994, o país Camarões estava envolvido numa disputa territorial com a Nigéria devido à área petrolífera Bakassi. Segundo uma notícia da AFP publicada em *Jeune Afrique*, uma carta do Pierre Falcone para Edouard Mfoumou Akame, que era então o ministro-adjunto à Presidência dos Camarões, sugere que a ZTS-

Osos obteve um acordo para fornecer armamento aos Camarões.⁶⁰

Segundo a publicação *La Lettre du Continent*, a carta de Falcone em 24 de Março de 1994 em papel com cabeçalho da “ZTS-Osos” apresenta detalhes sobre a aquisição do armamento, supostamente avaliado em 71.608.700 de dólares. O acordo incluía: 19,6 milhões de dólares em mísseis terra-ar IGLA-IE; 9,3 milhões de dólares por três helicópteros de combate; “Faktoria” mísseis anti-tanque no valor de 6,27 milhões de dólares e 2,29 milhões de dólares pelos lançadores desses mísseis; mísseis anti-tanque “Métis” no valor de 5,4 milhões de dólares mais 1,9 milhões de dólares pelos tubos de lançamento desses mísseis; munições no valor de 6,28 milhões de dólares; 10,000 Kalashnikovs no valor de 2,7 milhões.⁶¹ A lista parece ter sido aumentada mais tarde com a inclusão de mais material bélico incluindo lança-foguetes por um preço de 495.000 dólares.⁶¹ O valor total dos artigos na lista atinge 54,24 milhões de dólares, o que sugere que outros artigos foram incluídos ou que foi paga uma comissão elevada.

De acordo com *La Lettre du Continent*, Falcone enviou uma segunda carta a 11 de Abril de 1994 a Akame, pedindo confirmação da transferência de 1.513.300 para a ZTS-Osos, cortesia do banco Moskva.⁶¹ Numa terceira carta a Akame (que na altura já era Ministro das Finanças dos Camarões), com data de 3 de Maio de 1994, alega-se que Falcone escreveu, “ficamos felizes por saber que já receberam a sua encomenda, e como sabem, estamos inteiramente ao seu dispor se precisarem mais tarde de algum apoio logístico.” O artigo prossegue – como auxiliar de memória, Pierre Falcone fala a Akame da “nossa conta” Menatep no Bank of New York.⁶¹

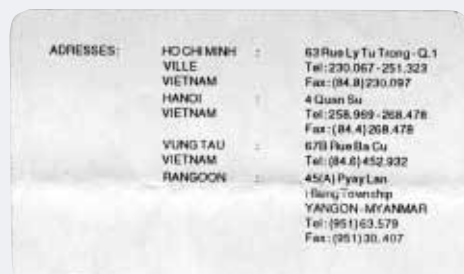
Note-se que foi retirada a licença ao banco russo Menatep em Maio de 1999⁶² e, em Agosto de 1999, após o chamado escândalo do Bank of New York, o banco estava a ser abertamente acusado pela imprensa

de ter servido para branquear dinheiro russo em contas estrangeiras.^{63,64} Cerca de 99% dos accionistas do Menatep votaram a favor de abrir falência em 1999.⁶⁴

Transacções com o Congo-Brazzaville

De acordo com *La Lettre du Continent*, em 15 de Junho de 1995, Martin Mberri, então Ministro de Estado na República do Congo, responsável pelo desenvolvimento e planeamento regional, escreveu a Arcadi Gaydamak (assim escrito), a quem se referiu como “director da empresa ZTS-Osos⁶⁵.” Mberri manifestou o seu interesse em adquirir 150 camiões Ural, “com a condição de que nos envie rapidamente o texto do contrato final ...”⁶⁵. Segundo o artigo, foi redigido um contrato para a aquisição de 100 camiões Ural 420, 25 camiões cisterna Ural 420 para transporte de água e 25 camiões Ural 420 para transporte de combustível.”

50% do valor do contrato seria financiado através de uma entrega de petróleo com uma “garantia de entrega emitida pela República do Congo e apoiada pela Elf Congo.” O artigo conclui, “os advogados de Pierre Falcone e Arkadi Gaidamak protestaram ao departamento de finanças, afirmando que este contrato não fora levado a cabo”⁶⁵. Em vista da falta de transparência neste assunto, a TotalFinaElf deveria esclarecer o que sabe sobre este assunto.



Virgens Britânicas, no mesmo endereço da Copper Financial Inc, a empresa de participação na CADA Ltd em Londres – não está claro que relação existe entre a Brenco Trading Ltd na Ilha de Man e a empresa do mesmo nome nas Ilhas Virgens Britânicas.

Liquidação da Brenco France

Tal como de Fiori descreveu na sua carta de 1998, Brenco France desempenhou um papel chave na administração do grupo. Segundo fontes ligadas à advocacia em Paris, esse facto não passou despercebido àqueles que estavam interessados em que as investigações sobre o *Angolagate* tivessem um fim rápido. Segundo um advogado, “a Brenco France foi posta sob “liquidation judiciaire”, [isto é, abriu falência] em 5 de Fevereiro de 2001, e segundo se consta, desapareceram grandes quantidades de documentos da empresa,” criando mais um ponto de confusão processual para os juizes investigadores. A Global Witness visitou os escritórios da Brenco France em Paris em várias ocasiões, e a falta evidente de actividade, incluído correio não recolhido, parece apoiar estes comentários. A Global Witness também inspeccionou arquivos referentes à empresa na França, e Brenco France aparece na lista como estando sob “Liquidation Judiciaire du 05/02/2001, constando como “Liquidateur” SCP Girard Levy, de Paris.”⁵⁷

A quem pertencem os biliões nesta conta?

As investigações da Global Witness identificaram também a existência de uma conta bancária, número 15468991, aberta no chamado “First Virgin Bank” nas Ilhas Virgem britânicas (IVB). Consta-se que esta conta teve depositados cerca de 1,1 biliões de dólares em 2001 tendo como signatários duas altas individualidades angolanas.⁵⁶

A verdadeira identidade do “First Virgin Bank” continua a ser um mistério. Os inquéritos feitos junto do Inspector de Bancos, Empresas Trust e Gerentes de Empresas nas IVB, tiveram como resposta, “First Virgin Bank não está licenciado ao abrigo do artigo lei de 1990 sobre Bancos e Empresas Trust, para levar a cabo operações bancárias dentro ou fora das Ilhas Virgem”. Se este “banco” não tem licença para operar como banco, então o que é? Fontes sugeriram que a explicação mais provável era que seria uma conta bancária aberta com o nome de “First Virgin Bank”, aberta num banco legítimo das IVB. As autoridades das Ilhas Virgem britânicas deveriam investigar imediatamente a verdadeira natureza da conta.

Tendo em conta também o relacionamento único entre as IVB e o Reino Unido, é necessário que as autoridades relevantes no RU tomem as medidas adequadas para assegurar que as autoridades das IVB levem a cabo uma investigação de fundo. Esta medida é essencial dado que os contribuintes internacionais auxiliam o desenvolvimento de Angola. O não cumprimento deixaria as IVB perigosamente expostas novamente como sendo considerada jurisdição “não respeitadora” dos termos da OCDE no que diz respeito à tentativa de “limpeza” dos paraísos de impostos offshore.

É também necessário, enquanto se discute a influência do Reino Unido neste campo, que as autoridades do Reino Unido e das IVB forneçam toda a informação e assistência necessária às investigações francesas sobre o *Angolagate*. Isto é particularmente importante, devido à miríade de empresas ligadas à Brenco que estão localizadas nas IVB.

O *Angolagate* alcança os Estados Unidos?

A DETENÇÃO e o encarceramento de Pierre Falcone em Dezembro de 2000 causou estranheza na alta sociedade do Arizona onde, segundo a publicação *Arizona Republic*, Pierre Falcone e a sua esposa e ex Miss Bolívia, Sonia, desfrutavam de uma reputação de filantropos vastamente ricos e residentes em part-time. O *Arizona Republic* fez várias perguntas sobre a fonte da sua riqueza, referindo-se ao facto de terem podido “levar a cabo a compra da casa mais cara [aleadamente por 10,6 milhões de dólares] na história do Arizona.”⁹ Segundo o jornal, Al Molina, um conhecido joalheiro local e confidente de Falcone declarou, em resposta ao escândalo, “estou muito aborrecido com o que está a acontecer neste momento ... Conhecendo o homem, é difícil para mim acreditar que ele faria algo que não seja ético.”⁹

O *Arizona Republic* apresenta uma imagem de “filantropia e charme,” juntamente com os amigos e associados que parecem saber muito pouco acerca da família Falcone.⁹ Tal como o jornal afirma, “até a posse da propriedade parece intrigante. Essa residência foi propriedade durante vários anos de uma empresa das Ilhas Virgem britânicas, Gabrielle Investments Ltd, a qual não é possível encontrar. O proprietário da sua nova residência de 10,6 milhões de dólares, na base da montanha Camelback, SPEP LLC, é um trust com o endereço nas Ilhas Turks & Caicos, British West Indies.”⁹

Sonia de Falcone é presidente e co-fundadora/directora da Essanté Corporation, um fornecedor de géneros alimentares para a saúde e profiláticos, com sede em Utah e incorporada em Delaware em 6 de Abril de 1994. A empresa diz ter uma missão: “a palavra Essanté (francês) traduzida para português significa “a essência da saúde total.” Esta é a minha missão, trazer uma saúde vibrante ao mundo através da terapia de alimentação integral.”⁶⁶ Tudo parece razoável e é mesmo uma tarefa admirável. Essanté Corporation até tem o privilégio de ter ao seu dispor os conhecimentos de relações públicas da The Lee Solters

PARTE I



O Escândalo

governo. A minha irmã foi espancada apenas porque tinha em casa sal que

Company, uma agência de Beverly Hills, cuja lista de clientes anteriores e actuais incluem Frank Sinatra, Barbara Streisand, Michael Jackson, Bob Hope e The Harlem Globetrotters.⁶⁷

O Website da Essanté proporciona “biografias corporativas” daqueles cuja missão é ajudar Sonia Falcone na sua missão. Junto com a descrição e a foto do vice-presidente de marketing, Arthur T. Chester, está um resumo e a foto de Henry Guderley, chefe das finanças, descrito como “certificado como Membro do Instituto de Contabilistas no Reino Unido, especializado em Comércio Internacional.”⁶⁸ Infelizmente o Website não informa o leitor sobre o papel de Guderley como secretário de empresa de várias outras empresas do império Falcone (*Ver secção CADA, uma filial da Brenco, é a chave dos fornecimentos alimentares e médicos das FAA – página 19*).

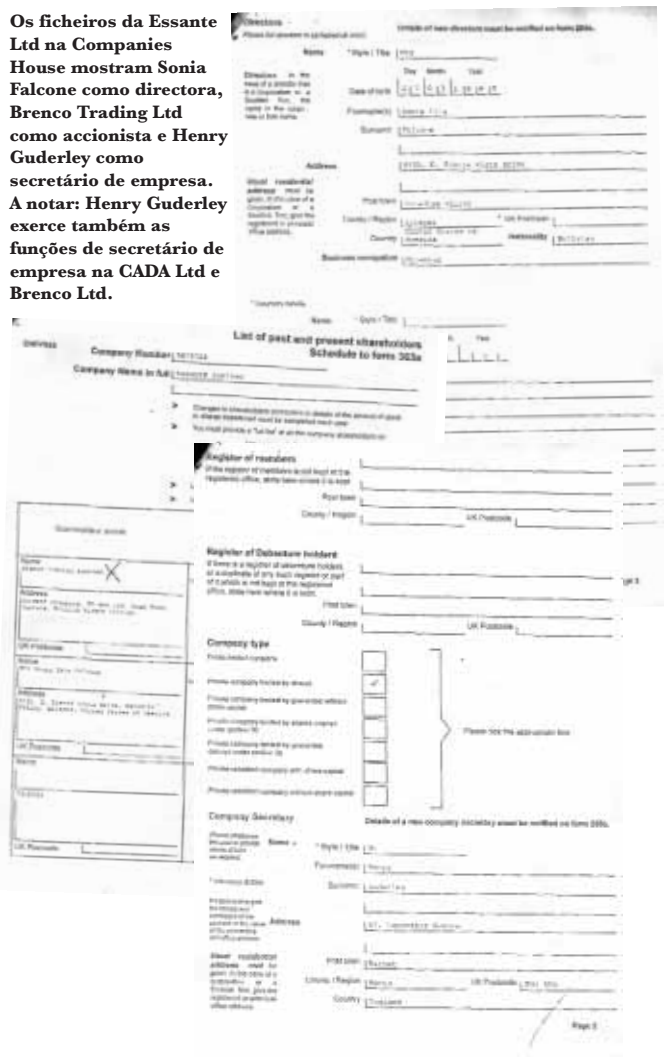
Henry Guderley é também o secretário de empresa da Essante Ltd sediada em Londres, situada em 40 Queen Anne Street, London W1. Sonia Falcone, de Paradise Valley, Arizona, aparece como directora única da empresa. A participação por acções é ainda mais surpreendente: Sonia Falcone aparece como detentora de uma acção ordinária, sendo a detentora da outra acção a Brenco Trading Limited, de Trident Chambers, PO Box 146, Road Town, Tortola, Ilhas Virgem britânicas,⁶⁹ este endereço pertence também a Copper Financial Inc, que está listada como proprietária da CADA Ltd (parte da rede da Brenco em Angola), da qual Guderley é também o secretário da empresa.³²

De acordo com um Website suíço sobre questões de lavagem de dinheiro, o procurador público de Genebra, Bernard Bertossa iniciou investigações em Janeiro de 2001 no sentido de determinar se existiam facilidades bancárias para indivíduos e empresas cujos nomes estavam na lista de procura de informações. “Sonia Falcone” foi um dos nomes alegadamente incluído na lista, embora seja importante salientar que não há qualquer sugestão de que esta tenha sido or possa vir a ser, acusada de qualquer delito assim como não está sob investigação.¹¹ Outros nomes alegadamente contidos na lista incluem o ex-ministro do interior francês, Charles Pasqua, o seu filho Pierre Pasqua, e Jean-Charles Marchiani.¹¹ No momento desta publicação estas investigações estão ainda a decorrer.



Acima: 40 Queen Ann Street – a morada na qual está registada Brenco Ltd, CADA Ltd, Essante Ltd e outras empresas.

Os ficheiros da Essante Ltd na Companies House mostram Sonia Falcone como directora, Brenco Trading Ltd como accionista e Henry Guderley como secretário de empresa. A notar: Henry Guderley exerce também as funções de secretário de empresa na CADA Ltd e Brenco Ltd.



tinha comprado no Kuito ... Isto aconteceu no final de Fevereiro e nós

A moral do caso Enron é que desacredita as regras do jogo. Expõe a corrupção institucionalizada na política dos Estados Unidos – uma troca casual de dinheiro e poder que parece ser a marca registada de Bush.

Julian Borger em 'Bush, the corporations' flag-carrier,' The Guardian, Janeiro 2002⁷⁶



© AFP

Bush e Cheney defendem os interesses da América, mas por que meios? O que sabem sobre Pierre Falcone, e desde quando?

Compra de influência ao estilo EUA?

Em Janeiro de 2001, o *Arizona Republic* deu a notícia da devolução dos 100.000 dólares que haviam sido doados pela Essanté para a campanha de Bush, grande parte dessa quantia fora alegadamente entregue alguns dias após a vitória eleitoral do presidente Bush.⁷⁹ O jornal citou o porta-voz da família Falcone, Jason Rose, dizendo que “qualquer insinuação de que o casal estava a tentar comprar influência é infeliz, falsa e incorrecta.”⁷⁹

In *These Times*⁸⁰ relatou que esta doação tinha sido feita em dois pagamentos; primeiro um de 20.000 dólares em Maio de 2000, e depois um de 80.000 em Novembro de 2000. É interessante que depois do pagamento de Maio, Scott Bundgaard, senador local e apoiante de Bush, conseguiu que Sonia fizesse parte de um grupo selectivo que se iria encontrar com o candidato Bush, na sua chegada ao aeroporto de Phoenix.¹⁰

Sonia Falcone afirmou que as doações eram para “aumentar a consciência latina no Partido Republicano.”¹⁰ Na altura, ela afirmou que Pierre Falcone não estava ligado à Essanté e que as doações eram financiadas pelos lucros da corporação.¹⁰ De facto, a empresa fora incorporada em Delaware a 6 de Abril de 1994 com Sonia e Pierre Falcone na lista de directores.¹⁰



Le Figaro noticiou que entre os ficheiros encontrados nas 26 disquetes da Brenco, encontradas no apartamento da secretaria de Pierre Falcone pelos juízes que investigavam o caso, onde havia referências a pagamentos da Brenco a várias contas codificadas em vários bancos tais como o UBS na Suíça, o Bank Leumi em Tel Aviv e o Banque Rothschild no Mónaco, incluindo uma conta chamada “Essante.”⁷⁵

O *In These Times* sugere que a verdadeira fonte da doação da Essanté para a campanha de Bush foi o próprio Pierre Falcone.¹⁰ Segundo uma fonte anónima, “a empresa [Essanté] tem avançado muito graças à generosidade de Pierre, mas depois destes anos ele gostaria de começar a ver lucros. Não lhe agrada muito, mas ele fá-lo com um sorriso no rosto devido ao amor que tem pela esposa.”¹⁰

Compra de influência da Enron – será que a doação de Falcone segue um padrão?

Sob a barragem de críticas na imprensa global, parece bastante claro que as doações políticas da Enron, 5,8 milhões de dólares em total (73% para os republicanos)⁷¹ durante os últimos 12 anos compraram substancial influência política. É de salientar os 826.000 dólares que a empresa deu a George W Bush durante a sua carreira política, desde o início como governador do Texas até à sua eleição como presidente dos EUA. Dois membros do gabinete de Bush – o secretário do comércio, Donald Evans, e o procurador-geral, John Ashcroft – tiveram que se dissociar de investigações em curso por terem recebido cerca de 100.000 dólares em doações políticas da Enron. O PCA da Enron, “Kenny Boy” como chamava o presidente Bush ao seu grande amigo Kenneth Lay, deu pessoalmente a Bush 100.000 dólares.⁷²

O vice-presidente Dick Cheney, confrontado com a ameaça de litígio civil para quebrar o silêncio sobre o escândalo da Enron, também parece ter fortes ligações com a empresa.⁷³ Parece que os vínculos que unem o chefe da Enron Lay e o vice-presidente Cheney remontam ao tempo em que Cheney era PCA da empresa de serviços petrolíferos Halliburton, quando ambos estavam sedeados em Houston, Texas.⁷⁴ Quando Cheney voltou para o governo como vice-presidente, ele ficou responsável pelo chamado “National Energy Policy Development Group,” que tinha como tarefa organizar as políticas de energia do presidente⁷⁵ – cujo resultado está representado num projecto de lei que agora está perante o Congresso.

Cheney teve seis reuniões com Lay e outros executivos da Enron para discutir o plano energético de emergência da América: o resultado foi que, tal como informou o jornal britânico *The Observer*, o plano “contém 17 pontos detalhados, todos “virtualmente idênticos às posições defendidas pela Enron” – preocupadas principalmente com a diminuição de regulamentos e aumento de capacidade ...”⁷³ O *Washington Post* comenta que Cheney e outros oficiais importantes da administração de Bush, também tentaram pressionar o governo da Índia de forma agressiva a favor da Enron, relacionado com as tentativas da empresa em vender a sua participação num projecto de uma central de energia. A empresa queria arrecadar 2,3 biliões de dólares com a venda, apenas semanas antes de ter aberto falência.⁷⁷



Angolagate e o escândalo da Enron – por natureza, o mesmo problema?

Se alguma coisa ficou clara com o escândalo da Enron, foi que a capacidade de compra de influência e de alcançar benefícios estratégicos com a mudança de legislação não está restrita a países até agora atingidos pelo escândalo *Angolagate*. O costume de compra de influência está bem vivo no seio do sistema político dos EUA.

A Enron levanta outras questões sobre o nível de influência que Pierre Falcone pensaria alcançar através da sua doação. Salta à vista o facto de a doação do chefe da Enron, Kenneth Lay de 100.000 dólares para a campanha de Bush ser um valor tão similar à de Falcone. Se a Enron conseguiu figurar na vanguarda da agenda política e legislativa da equipa de Bush, que esperava a família Falcone com a sua doação? Após a “devolução” da sua doação, a administração tem agora razões para negar qualquer interesse – mas qual seria a situação se *Newsweek* não tivesse chamado a atenção para os problemas associados com esta doação?

Parece no entanto que a potencial influência de Falcone não se ficou apenas por doações políticas para a campanha de Bush. In *These Times* informa que houve uma reunião entre Falcone e três oficiais executivos de alto nível, anónimos, da Phillips Petroleum Corporation em Junho de 2000, cerca de cinco meses antes da detenção de Falcone em Paris.¹⁰ Phillips Petroleum Corporation possui hoje uma quota de 20% no Bloco 34, em Angola, concedida em 2001, mas para a qual já estavam adiantadas as negociações quando a reunião com Falcone teve lugar. O artigo afirmava que a Phillips se tinha recusado a comentar sobre o encontro.¹⁰

O vice-presidente executivo e assessor geral Bryan Whitworth respondeu aos inquéritos da Global Witness em Janeiro de 2002, afirmando que não recordava nenhuma reunião em Scottsdale em Junho, mas tinha havido uma em Setembro e outra complementar em Washington em Outubro de 2000 “para determinar para determinar se a Phillips iria usar o Sr. Falcone como consultor [...] foi concluído que o Sr. Falcone não representaria a Phillips”. Então porque razão tinha sido Pierre Falcone escolhido como possível candidato a consultor, e porque razão tinha a Phillips decidido que ele não era a pessoa indicada para o cargo depois das reuniões?

Um amigo de Pierre Falcone no Arizona, que estabeleceu um Web site apoiando as actividades deste,⁷⁸ informou que “Pierre recebe bastantes receitas do Bloco 33 da Exxon, localizado dentro do território de Angola.”⁷⁹ Apesar de ser difícil interpretar o verdadeiro significado desta declaração, tendo em conta as reuniões entre Falcone e a Phillips, é lógico perguntar até que ponto tem conhecimento a ExxonMobil das actividades de Falcone com respeito ao bloco 33. Terão havido encontros entre a Exxon e Falcone, e será que este desempenhou alguma função de assessoria, facultando a aquisição da licença de operação do bloco 33? A ExxonMobil recusou-se a responder a perguntas.

Em Dezembro de 2000, pouco depois da detenção de Pierre Falcone em Paris, o *Sunday Times* do Reino Unido, manifestou a opinião de que o *Angolagate* estaria directamente relacionado com os Estados Unidos. O jornal sugeria que a investigação francesa sobre *Angolagate* começava a debruçar-se sobre as actividades de várias empresas envolvidas em Angola, incluindo a antiga empresa do vice-presidente Cheney, a Halliburton.⁸⁰

O jornal também insinuou que haveria possíveis ligações entre Falcone e Bush comentando, “Falcone

Eu admito que ao me dar dinheiro, Falcone pensava mais cedo ou mais tarde pedir-me para o apresentar a pessoas que lhe poderiam ser úteis. Cada vez que me dava dinheiro eu sabia que me estava a ligar mais ao Sr. Falcone.

Jean-Noël Tassez comentando em 15 de Dezembro de 2000, sobre o seu relacionamento com Pierre Falcone, publicado no Le Monde⁸⁹

tinha suficiente confiança com o Bush para organizar um encontro entre o candidato presidencial e um dos seus contactos, o presidente marxista de Angola, José Eduardo dos Santos. Foi anunciado nos noticiários franceses da semana passada [a última semana de Dezembro de 2000] que o encontro não chegou a realizar-se, e que a verdadeira dimensão dos contactos entre Bush e Falcone não é conhecida.”⁸⁰

E prosseguia, “Angola foi brevemente mencionada durante a campanha eleitoral americana quando Cheney, que se demitiu do posto que ocupava na Halliburton em Julho [2000], foi acusado de usar os seus contactos da época em que era secretário da defesa para conseguir contractos para a sua empresa.”⁸⁰ Certamente que a Halliburton tem tido bastante êxito em Angola. O jornal declara ainda que “na sua qualidade de secretário da defesa, Cheney tinha sido um apoiante declarado da UNITA ... encontra-se agora na intrigante posição de ter recentemente liderado uma empresa que procurava agressivamente obter contractos com o “inimigo” mortal da UNITA.”⁸⁰ Isto faz-nos perguntar como poderia a Halliburton, chefiada por um conhecido apoiante da UNITA, ter conseguido tanto êxito em Angola?

É essencial que os indivíduos e empresas principais, que aparentam ter ligações com Pierre Falcone, esclareçam a natureza do seu relacionamento com ele. Vimos as implicações de compra de influência no caso da Enron, onde se obtiveram enormes lucros para os altos executivos à custa de enormes perdas públicas, e onde se chegou a originar nova legislação para proveito único da empresa em detrimento de funcionários e accionistas públicos. Se o impacto da compra de influência pode ser tão severo para os funcionários de empresas dos Estados Unidos – uma audiência local – imagine o efeito na população de Angola, que já sofre décadas de conflito, instabilidade e saque estatal em grande escala. Todas as partes envolvidas deveriam esclarecer desde quando e até que ponto, estão a par da situação.

As secções seguintes oferecem pormenores acerca de interrogações formais, e por vezes da e detenção de indivíduos alegadamente no centro do escândalo *Angolagate*. O leitor deve ter em conta que o que vai ler aqui consiste em informações que foram publicadas pelos *media* internacionais, aos quais foram acrescentados dados obtidos através de investigações.



Começam as buscas e detenções

EM 29 DE NOVEMBRO de 2000, a brigada fiscal da polícia fez uma rusga à casa de Jean-Charles Marchiani, que agora é deputado do parlamento europeu (DPE) pelo partido de Charles Pasqua, Rassemblement pour la France (RPF).²² Simultaneamente, os juízes a cargo da investigação juntamente com investigadores do conselho geral de Hautes-de-Seine realizaram buscas no domicílio de Charles Pasqua (que agora é também DPE), e na sede do partido de Pasqua, o RPF.²²

Segundo o *Liberation*, os artigos confiscados na casa de Marchiani, juntamente com informação contida nas 26 disquetes de Falcone, conduziu os investigadores a Jacques Attali, um ex-conselheiro do presidente François Mitterrand e do primeiro director do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD). As mesmas fontes de informação provocaram também interesse em Jean-Christophe Mitterrand.²⁸ Como consequência, Attali e Mitterrand foram interrogados pelos investigadores entre 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2000.³¹

Em 1 de Dezembro de 2000, Pierre Falcone foi “examinado” pelos juízes Courroye e Prévost-Desprez.²² Nesse mesmo dia foi acusado de “tráfico ilegal de armas, fraude fiscal, abuso de benefícios sociais, abuso de confiança e compra de influência,” e foi enviado para a prisão de La Santé em Paris.^{22, 33}

Arkadi Gaidamak e o seu mandato internacional de captura

Ao mesmo tempo, Arkadi Gaidamak recebeu ordem de comparecer perante os juízes investigadores, mas não compareceu. De acordo com a imprensa francesa, a 6 de Dezembro de 2000 foi-lhe passado um mandato internacional de captura.¹⁸

A 8 de Dezembro de 2000, *Le Monde* publicou uma entrevista com Gaidamak, que aparentemente teve lugar no Dorchester Hotel em Mayfair, Londres.³⁴ Na entrevista, Gaidamak declarou que o sistema judicial francês e as autoridades fiscais o perseguiram há anos. Ele afirmou que Londres tinha sido a sua residência habitual nos últimos dez anos e que, apesar de pagar anualmente cerca de seis milhões de francos franceses de impostos às autoridades britânicas, este facto não parecia suficiente para convencer as autoridades francesas de que já não residia em França.³⁴

Gaidamak queixou-se abundantemente das autoridades investigadoras e deu uma imagem de ser vítima de persiguição, insistindo sempre era inocente de qualquer acto ilegal. Para dar força aos seus argumentos, salientou a sua tendência em processar por difamação. Concluindo, Gaidamak declarou que estaria preparado para se encontrar com o juiz Courroye desde que, “ele me garanta que vou ser tratado de forma correcta. De momento,” ele salientou, “isso não acontece.” Esta entrevista apresenta a extraordinária situação em que uma testemunha num processo judicial dita as condições em que estaria disposto a ser interrogado.

Pouco tempo depois da entrevista, fontes sugeriram que Gaidamak saíra do Reino Unido para Israel, o qual possui nacionalidade Israelita.⁵⁶ Parece que após a sua partida, Gaidamak continuou a viajar internacionalmente, visitando Angola pelo menos duas vezes e uma vez um país da América do Sul.⁵⁶ Rumores recentes sugerem que terá mesmo recentemente visitado o Reino Unido, talvez a finais de Novembro de 2001.⁵⁶

Parece ter sido posta em marcha uma máquina infernal, que ameaça não poupar ninguém: nem a direita, nem a esquerda, nem mesmo os juízes investigadores.

Le Figaro citado no *The Times* a 16 de Janeiro de 2001⁸²

O caso do mandato internacional de captura contra Gaidamak é algo confuso. Tal como se mencionou, a imprensa francesa declarou que o mandato tinha sido emitido em 6 de Dezembro de 2000.¹⁸ Se, de facto, o mandato foi emitido nesta data, devemos perguntar-nos como é que Gaidamak pôde estar presente na entrevista em 8 de Dezembro no Dorchester Hotel em Londres, sem que as autoridades britânicas tenham entrado em acção. As investigações da Global Witness revelaram que de facto um mandato de captura número 0019292016 foi emitido pelo Tribunal de Grande Instance de Paris a 11 de Janeiro de 2001.⁵⁶ Aparentemente foi emitida uma segunda notificação “com o fim de deter” e “de extraditar” Arkadi Gaidamak a 12 de Janeiro de 2001. Esta última notificação foi enviada a todos os países membros da Interpol.⁵⁶

Uma pergunta chave: por que razão Israel não cumpre o mandato de captura de Gaidamak?

Deixando de lado os acordos de extradição em vigor, podem existir duas possíveis razões para esta situação. Ou Israel simplesmente não está a cumprir com as suas obrigações de membro da Interpol, principalmente após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. Tal processo parece não ser adequado para os objectivos a atingir, devendo portanto ser remodelado.

Mais detenções e acusações relacionadas com o *Angolagate*

Após a detenção de Falcone em 1 de Dezembro de 2000, os juízes da investigação continuaram a interrogar, acusar e deter indivíduos envolvidos no escândalo *Angolagate*. Os seguintes indivíduos são mencionados no contexto das alegações que foram publicadas contra eles, e aparecem pela ordem cronológica das interrogações feitas pelos juízes investigadores. Devemos recordar que nenhum destes indivíduos foi declarado culpado em tribunal.

A primeira vítima ligada ao caso Falcone?

Le Monde levantou a possibilidade de Thierry Imbot, filho do General Imbot, ex-director dos Serviços Secretos Externos Franceses (DGSE), pode ter sido vítima do emergente escândalo *Angolagate*.⁸⁵ Imbot, que tinha sido oficial do DGSE, morreu numa queda misteriosa da janela do seu apartamento a 10 de Outubro de 2000. O seu nome estava alegadamente numa disquete como “consultor para a China” da Brenco International.⁸⁵ O *Le Monde* alega que Imbot recebeu 120.000 dólares em cinco prestações entre 1996 e 1999 através de uma conta no Nations Bank em Virgínia nos Estados Unidos.⁸⁵ Os juízes da investigação parecem ter requerido uma cópia do relatório policial sobre a morte, que concluía que esta tinha sido um acidente.⁸⁵



Jean-Christophe Mitterrand



© AFP

Terá ele mesmo feito o que seu pai lhe disse?

O filho do antigo presidente francês, Jean-Christophe Mitterrand (também conhecido pela alcunha, “Papa-m’a-dit”, ou “O papá disse-me”), foi preso em 21 de Dezembro de 2000, e permaneceu na prisão La Santé em Paris. Foi acusado de “cumplicidade no tráfico ilegal de armas, compra de influência envolvendo um funcionário público, abuso de benefícios sociais, e compra de influência agravada.”^{86,87}

Alega-se especificamente que Mitterrand recebeu 1,8 milhões de dólares da Brenco, pagos numa conta suíça entre 1993 e 1998.⁸⁶ Segundo o *Le Figaro*, a maior parte deste dinheiro foi paga em 1997 e 1998.⁸⁸ Mitterrand afirma que 700.000 dólares lhe pertenciam e não eram provenientes da Brenco. É também acusado de ter recebido outras transferências de dinheiro e dois relógios, cujo valor foi estimado em 3.000 e 15.000 francos franceses.^{86,89}

O *Le Monde* fornece mais detalhes sobre estes pagamentos. O jornal sugere que as faladas 26 disquetes demonstraram que foram feitos quatro pagamentos pela Brenco International Trading Ltd em contas pertencentes a Mitterrand no Banque Darrier em Genebra, Suíça.⁹⁰

Mitterrand afirma que os pagamentos eram pela sua consultadoria, permitindo a Pierre Falcone estabelecer crédito necessário para Angola, garantido com produção de petróleo futura; por outras palavras, isto sugere que se tratou de pré-financiamento com petróleo, ou hipoteca, que é o tipo de acordo descrito anteriormente (*Ver secção Empréstimos internacionais a Angola – página 51*). Segundo o *Le Monde*, Mitterrand declarou “nunca fui informado sobre a venda de material bélico, pelo sr Falcone, ao regime angolano”. O Sr Jean Pierre Versini Campinchi, advogado de Mitterrand, afirmou que, segundo informações, “neste momento, os juizes não possuem nem um início de qualquer prova”⁹⁰. Após a sua detenção, as autoridades suíças congelaram as contas de Mitterrand em 26 de Dezembro de 2000.⁹¹

Apesar da Global Witness salientar o facto de Mitterrand não ter sido declarado culpado de nenhum delito, as explicações publicadas não fazem sentido. Por que razão Mitterrand foi pago durante 1997 e 1998 por um financiamento organizado em 1993 e 94? Terá prestado outros serviços mais tarde ao qual se referem estes pagamentos, e se esse for o caso, quando é que Mitterrand foi pago pelos serviços prestados em 1993 e 1994? Se prestou outros serviços adicionais, que serviços foram esses? Não podemos ignorar as declarações de Mitterrand, mas é claro que, na altura desta publicação, essas afirmações levantam outras questões sobre o seu alegado envolvimento neste assunto.

A 2 de Janeiro de 2001, depois de ter passado o Natal e a Passagem de Ano na prisão, foi-lhe estipulada uma fiança de aproximadamente 700.000 dólares.⁹³ Infelizmente, talvez devido ao congelamento da conta na Suíça, ele não pode efectuar o pagamento e permaneceu na prisão⁹³ até 11 de Janeiro de 2001, data em que a sua mãe, Danielle Mitterrand, pagou a fiança exigida. Segundo consta, ela terá afirmado, “trouxe o dinheiro para pagar o resgate.”⁹⁴

Expansão da investigação – possível doação de fundos ao RPF, partido do ex-ministro do interior Charles Pasqua

O partido Rassemblement Pour la France, ou RPF, fundado por Charles Pasqua, foi também implicado na investigação. Tanto Pasqua como o seu antigo adjunto no Ministério do Interior, Jean-Charles Marchiani, são actualmente Deputados no Parlamento Europeu pelo RPF, e Pasqua já declarou a sua intenção de se candidatar às eleições presidenciais de 2002.

Tal como dissemos anteriormente, a primeira indicação de que os investigadores estavam interessados no RPF foi dada pelas rusgas da brigada fiscal à sede do partido e às residências de Pasqua e Marchiani a 29 de Novembro de 2000.^{103, 104} Segundo o *Le Figaro*, os juizes estavam particularmente interessados nas transacções financeiras referentes à campanha do RPF nas eleições europeias de 1999.¹⁰⁵ Num artigo separado, *Le Figaro* anunciou que “o juiz Courroye, que havia requerido à comissão para o controlo dos gastos eleitorais para confiscar documentos relacionados com a campanha eleitoral do RPF em Junho de 1999 para as eleições europeias, receberá ainda hoje sete caixas de documentos. O magistrado está a verificar minuciosamente se o negociante de armas Pierre Falcone financiou directa ou indirectamente a campanha do partido de Charles Pasqua”.¹⁰⁵ *Le Figaro* prosseguia, “Pasqua, que já foi chamado a depor, negou sempre essas sugestões, tal como o seu leal braço direito, o antigo presidente da câmara, Jean Charles Marchiani.”

O misterioso “Robert”

A 4 de Janeiro de 2001, a pedido do juiz Courroye, a *Commission Nationale des Comptes de Campagne* (CNCC) congelou as contas financeiras da campanha eleitoral de 1999 do RPF.¹⁰⁶ Segundo o *Le Monde*, esta acção foi tomada, alegadamente, devido a uma carta de Falcone para o presidente dos Santos, na qual o primeiro informa que a sua empresa Brenco, tinha pago a quantia de 450.000 dólares (de um total de 1,5 milhões de dólares) a um tal “Robert”.¹⁰⁶

Mas quem é este “Robert”? uma possível resposta chega-nos através de um artigo no *Le Canard Enchaîné* de Dezembro 2000, no qual se sugere que na agenda electrónica de Falcone aparece o nome de “Robert” junto a vários números de telefone pertencentes a Marchiani.¹⁰⁷ Segundo o *L’Express*, foi precisamente a famosa “Lista Brenco” [documentos nas 26 disquetes] que encaminharam os juizes nesta direcção. “Robert” é mencionado em várias ocasiões neste documento. No entanto, os números de telefone deste misterioso “Robert” correspondem aos da residência de Marchiani em Paris, ao seu telemóvel e ao seu escritório na câmara da região Var [Marchiani ocupara o cargo de presidente da câmara de Var].⁵ O jornal sugere uma possível razão para o interesse de dos juizes nesse “Robert”. A lista indicava duas transferências para “Robert”, em Novembro de 1997 de 300.000 dólares, seguido de outra no início de 1999 de 450.000 dólares. *L’Express* concluía “interrogado em Novembro de 2000 sobre possíveis transferências feitas por Pierre Falcone, a resposta do ex-presidente da câmara foi clara: “Eu jamais recebi quaisquer fundos da Brenco ou de Falcone.”⁵

O *L’Express* menciona uma carta de inícios de 1999 de Falcone para dos Santos, encontrada numa das 26 disquetes, que supostamente declara sob o item 7, intitulado “Robert”:

“Chegou-se a um acordo político. Fizemos um adiantamento pessoal de 450.000 dólares. [...] Eles esperam mais uns 6 ou 7 milhões de francos, isto é, aproximadamente 1 ou 1,2 milhões de dólares. [...] Acreditamos que este dinheiro deve ser usado na sua



totalidade para a campanha das eleições europeias. É por isso muito importante facilitar a disponibilidade destes fundos, porque isso garantiria o início imediato de um verdadeiro lobby operacional dentro do Parlamento Europeu.”^{5, 108}

Marchiani negou categoricamente ser ele o misterioso “Robert”, declarando: “eu estava encarregado, no gabinete de Charles Pasqua, de velar pelos interesses e pela segurança da França, e também de fomentar contactos com serviços estrangeiros.” E prosseguiu, “a mim pessoalmente, nem o presidente dos Santos, nem Pierre Falcone me fizeram um adiantamento de 450.000 dólares.”¹⁰⁶ Negou também ter recebido quaisquer fundos da Brenco.⁵

Em 22 de Maio de 2001, Marchiani foi acusado de “abuso de propriedade da empresa e de intercâmbio de favores.”¹¹⁶ *Le Monde* conclui que estas acusações se relacionam com os pagamentos feitos a “Robert.”¹¹⁶

O parlamento europeu deveria imediatamente ordenar uma investigação sobre a identidade de “Robert” para descobrir o “verdadeiro lobby operacional dentro do Parlamento Europeu.”¹⁰⁸ Depois dos excessos da Enron a nível de compra de influência, e mesmo os do *Angolagate*, nem o processo democrático, nem o povo de Angola podem pedir menos do que isso.

A investigação incide sobre Pasqua

O interesse dos juízes em Pasqua incide sobre várias áreas, que parecem estar relacionadas com fontes de fundos para determinadas actividades políticas. Por exemplo, a entrevista de Pasqua em 29 de Novembro de 2000 com os juízes, incidiu sobre um empréstimo de 4 milhões de francos franceses que ele tinha pedido “para preencher um vazio nas finanças” do RPF.¹⁰⁹ Segundo o *Le Monde*, Pasqua explicou que o dinheiro veio para ele em vez de ir directamente para o partido, porque ele “estava mais activo do que o RPF.”¹⁰⁹ Ele foi interrogado sobre a estrutura do empréstimo, que segundo ele, se repartia da seguinte forma: 500.000 francos franceses directamente da sua conta poupança, 1 milhão de francos de Robert Assadourian, um cirurgião de Marselha, e 2,5 milhões de francos de Marthe Mondolini, uma residente do Gabão.¹⁰⁹

A 10 de Janeiro de 2001, Philippe de Villiers, o antigo vice-presidente do partido de Pasqua, o RPF, foi entrevistado, a seu pedido, pelos juízes investigadores.¹¹⁰ Villiers confirmou que tinha saído do RPF em Julho de 2000 devido à “falta de transparência na contabilidade” do partido.¹¹⁰ Uns dias antes ele tinha dito, “as dúvidas que eu expressei num clima de pouca vontade para compreender, parecem agora ser justificadas.”¹¹⁰ Não é claro que tipo de informação terá fornecido aos juízes, no entanto, ao sair da sua entrevista de 4 horas ele terá dito “posso confirmar de forma explícita que o caso Mitterrand-Pasqua [*Angolagate*] é um assunto de estado muito sério, com ramificações intercontinentais e desenvolvimentos inesperados.”¹¹¹

Segundo o *Le Monde*, “os investigadores estão interessados em alguns beneficiários da generosidade da Brenco...” O jornal prossegue, “os investigadores estão intrigados com uma transferência de 1,5 milhões de francos (204.000 dólares) efectuada a 12 de Julho de 1996 à Associação “France-Afrique-Orient (AFAO)”.”¹¹² *Le Monde* concluiu, “eles [os investigadores] parecem partilhar a teoria de que estes fundos, vindos de uma conta no banco de Genebra La Cantrade Ormond Burrus, foram de facto usados para financiar o partido presidido por Charles Pasqua, Rassemblement pour la France.”¹¹²

Num artigo sobre a indicição em 22 de Maio de 2001 de Jean-Charles Marchiani, o *Le Monde* anunciou que Marchiani “estava sob suspeita de ter recebido 750.000 dólares”, e citamos, “no decurso de operações realizadas com o estado angolano e os empresários Pierre Falcone e Arkadi Gaidamak.”¹¹⁶ O jornal acrescentou, “o antigo

Jacques Attali

Após o seu interrogatório inicial com os juízes da investigação em 30 de Novembro de 2000, Jacques Attali ficou sob custódia da polícia em 7 de Março de 2001, e foi interrogado de novo pelos juízes no dia seguinte⁹⁶

De acordo com *Liberation*, “Jacques A” estava na lista de cerca de 300 nomes contidos nas 26 disquetes, que teriam sido alvo da generosidade da Brenco.⁹⁷ A secretária de Pierre Falcone, Isabelle Delubac, alegadamente confirmou que se tratava de Jacques Attali.⁹⁷ Segundo o *Liberation*, Delubac explicou que Attali era “um conhecido” de Falcone, que “telefonava frequentemente.”⁹⁷ No entanto, não pode explicar os comentários [contidos nas disquetes], “Jacques A. 50.000 US de BAI”, e “BAIACA, 200.000 \$”, ambos aparentemente relacionados com actividades de Julho de 1998.⁹⁷

Devido à falta de esclarecimentos, é impossível confirmar o significado correcto destas anotações. No entanto, talvez se possa deduzir da primeira anotação “Jacques A. 50.000 US de BAI” que se refere às siglas do Banco Africano de Investimentos (Angola). É interessante que a Brenco de Pierre Falcone é detentora de 4% das acções deste banco (*Ver secção Banco Africano de Investimentos (BAI) – página 30*).⁹⁸ Alega-se que Attali é proprietário de uma empresa de consultadoria chamada ACA, o que talvez explique a segunda anotação.⁹⁹ O BAI negou categoricamente terem sido pagos fundos a Jacques Attali, ou a qualquer outros personagens nomeados no escândalo *Angolagate*.¹³⁹ No entanto, o BAI não forneceu comentário algum sobre o motivo por que tem sido especificamente nomeado no contexto desses pagamentos, pelos jornais franceses.

A resposta de Attali foi que esse dinheiro lhe tinha sido pago pelo seu trabalho em microcréditos para projectos em Angola. Não ignorando as suas explicações, pede-se-lhe que indique a localização, quantidade e tipo de esquemas de microcrédito a que se refere, e que esclareça de onde vieram esses fundos.

O *Liberation* sugere outra alternativa: os juízes podem ter concluído que estes pagamentos terão sido feitos pelo papel de mediador de Attali, para tentar resolver os problemas fiscais de Falcone.^{97,99} O *Liberation* sugere ainda que Attali poderá ter apresentado o advogado de Falcone, especializado em assuntos fiscais, Allain Guilloux, a Hubert Védrine, ministro francês dos negócios estrangeiros, com o objectivo de pedir a intervenção de Védrine para ajudar a reduzir as cargas fiscais impostas a Falcone.⁹⁹

Ao mesmo tempo, *Le Monde* referia que o pessoal de Védrine tinha confirmado o encontro do ministro com Guilloux.¹⁰⁰ Os funcionários também parecem ter afirmado que a recepção subsequente de correspondência e documentos de Guilloux não provocara “nenhum impacto”¹⁰¹; a necessidade de insistir que não houvera “nenhum impacto” simplesmente leva à conclusão de que, no mínimo, Guilloux deve ter tentado influenciar o desenrolar do processo através do envio de documentos. Se isso é verdade, será que Guilloux decidiu realizar a tarefa sozinho, ou será que esse encontro foi preparado por Attali? O *Le Monde* cita o advogado de Attali dizendo “não existe vestígio de nenhuma intervenção por parte de Védrine no caso dos impostos de Falcone, nem vestígios de intervenção alguma por parte de Attali junto de Védrine.”¹⁰²



© Gamma Press Photo

PARTE I



O Escândalo

presidente da câmara de Var está também sob suspeita de ter recebido uma recompensa financeira pela atribuição da Ordre Nationale du Mérite a Arkadi Gaidamak, que teria sido feita com o consentimento do Presidente da República, Chirac.¹⁶

A condecoração foi outorgada como reconhecimento pelo papel desempenhado por Gaidamak na libertação de dois pilotos franceses, que tinham sido derrubados e capturados como reféns na Bósnia. O pedido foi apresentado oficialmente pelo Ministério da Agricultura francês, embora seja questionável porque razão esta condecoração de libertação de reféns foi considerada do foro do Ministério da Agricultura. *Le Figaro* comunicou que Marchiani apresentou a Chirac o caso a favor da condecoração, apesar de Marchiani ter declarado que “Jacques Chirac decidiu condecorar Gaidamak.”¹¹³ Segundo o *Le Monde*, “a condecoração foi apresentada a Gaidamak pelo próprio Marchiani em 14 de Julho de 1996, dois dias depois da transferência de 1,5 milhões de francos da Brenco para a France-Afrique-Orient”¹¹⁶. *Le Monde* comunica também que Marchiani negou categoricamente todas as alegações feitas contra ele. Num artigo posterior, *Le Monde* citou o Sr. Pasqua, o qual frisou que “não existe nenhuma ligação entre o pagamento feito pela Brenco à France-Afrique-Orient e a condecoração”.¹⁵

É interessante o facto de os reféns terem chegado a Paris um dia antes de o novo presidente Chirac ser o anfitrião da conferência de paz pós-Dayton sobre a Bósnia. Segundo o *Le Monde*, o General Gallois, o negociador inicial dos reféns, comentou “quando regresssei a Paris estava tudo organizado e informei as autoridades que, para os reféns serem postos em liberdade seria suficiente que um alto oficial militar [francês] se encontrasse com o General Ratko Mladic.”¹⁵ *Le Monde* salientou que o General Gallois deplorou a existência de “negociações paralelas” e que “não compreendeu o motivo da intervenção posterior de Gaidamak e Marchiani, a qual serviu para nada. Só fez retardar a libertação dos reféns”.¹⁵

Bernard Guillet, secretário da France-Afrique-Orient e ex-conselheiro diplomático de Pasqua foi trazido perante os juízes e colocado sob investigação por “abuso de benefícios sociais” a 12 de Abril de 2001.¹¹⁴ Segundo a *AFP*, Guillet negou as acusações feitas contra ele, declarando que na condição de secretário da organização, ele só tinha tomado conhecimento do pagamento depois de este ter sido efectuado.¹¹⁵ Guillet foi também interrogado sobre um Citroën Saffrane blindado, no valor de 1,2 milhões de francos, oferecido ao presidente dos Santos em 1994 (quando Pasqua era ministro do interior), alegadamente financiado pela Sofremi e pela Brenco.¹¹²

Numa entrevista posterior com o *Le Monde*, Guillet oferece um ponto de vista interessante sobre um possível motivo para a doação da Brenco à France-Afrique-Orient. Quando lhe perguntaram o motivo da doação, Guillet afirmou, “o Sr. Falcone, que tal como eu conhece bem os Estados Unidos, acredita que lobbying é necessário. Eu sei que em França o poder judicial o liga erradamente a intercâmbio de favores”¹¹⁶; um comentário que parece apoiar o comportamento demonstrado de forma tão eficaz pela Enron em Washington e não só.

A 28 de Maio de 2001, Pasqua foi também posto formalmente sob investigação pelos juízes devido a “abuso de benefícios sociais e compra de influência.”¹¹⁷ No dia seguinte, Pasqua foi formalmente interrogado pela segunda vez, nesta ocasião por “financiamento ilegal de uma campanha eleitoral.”¹¹⁸ Pasqua replicou, “isto é tudo contra as acções políticas que eu controlo.”¹¹⁷ E prosseguiu, “eles não têm a menor prova contra mim. Eles não têm absolutamente nada. Eu não aceito ser formalmente posto sob investigação, e tomaremos as acções necessárias perante a Sala de Instrução do Tribunal de Recurso de Paris [para pôr fim à investigação]”.¹¹⁷



O quê, nós? Charles Pasqua e Jean-Charles Marchiani negam um “lobby verdadeiramente operacional dentro do Parlamento Europeu” para Angola.

Nos princípios de Junho de 2001, *Le Parisien* comunicou que as investigações sobre os negócios de alguns associados de Pasqua revelaram a existência de contas bancárias no Mónaco, através das quais se alega que passaram centenas de milhões de francos franceses.¹¹⁹ As contas estão alegadamente localizadas no banco Credit Foncier do Mónaco, que é chefiado por Charles Feliciaggi, que parece ser amigo do presidente dos Santos.¹¹⁹ A acusação refere-se ao movimento de fundos originários do “Ministério das Forças Armadas” de Angola (provavelmente o jornal referia-se ao Ministério de Defesa angolano) e do “Gabinete Presidencial em Luanda.”¹¹⁹ Alega-se que uma destas transacções alcançou a quantia de 15 milhões de dólares, e o *Le Parisien* sugere que estes fundos eram comissões pela venda de armas. Parte destes fundos foram redistribuídos por empresas offshore e por organizações em França.¹¹⁹

Esforços para anular os juízes investigadores

Enquanto este processo estava em curso, os vários protagonistas envolvidos no caso tentavam simultaneamente por todos os meios possíveis, baseados em certos aspectos técnicos, forçar o encerramento das investigações. Por exemplo, ao mesmo tempo que difamava consideravelmente as autoridades investigadoras, o advogado de Alain Guilloux tentou fazer valer o argumento de os juízes não terem o direito legal de obter os documentos que levaram às investigações do *Angolagate*, porque na realidade estavam a investigar outro caso.¹⁰⁵ Este argumento é interessante, pois faria com que o processo legal fosse ridicularizado; uma vez que os juízes estavam a investigar outro caso não relacionado, deveriam esquecer o que tinham descoberto!

Entretanto, Jean-Christophe Mitterrand iniciou o que se poderia descrever como um ataque verbal aos juízes. *Le Monde* citou afirmações dele dizendo que o juiz Courroye “suava ódio.”¹²⁰ Este desabafo público não o ajudou muito, principalmente devido à defesa vigorosa do juiz Courroye e da sua equipa pelos seus colegas no sistema judicial. Jean-Marie Coulon, o primeiro presidente do tribunal de recurso em Paris replicou, “você deve expor as acções profissionais do juiz e não a sua personalidade, pois este procedimento prejudica a democracia, que deve ser protegida.”¹²¹

Noutra tentativa de minar a investigação, o advogado Gilles Goldnadel sugeriu que de acordo com um decreto de 1939 sobre “material de guerra, armas e munições” era ilegal iniciar um processo sem “requerimento do Ministro das Finanças, Defesa, Guerra, Marinha, ou Força



Aérea.”¹⁰⁵ Segundo Goldnadel, sem a autorização deles, os juízes não deveriam ter autorização para investigar o comércio de armas com Angola. O Tribunal de Recurso de Paris decidiu a 12 de Janeiro de 2001 que a investigação era válida e deveria prosseguir, declarando que adiaria a decisão sobre a investigação do armamento até 23 de Fevereiro de 2001.¹²²

Entretanto, o Ministério da Defesa francês apresentou o requerimento necessário e a investigação dos juízes prosseguiu. O requerimento do ministro, pareceu parar por momentos a defesa de poder evitar as acusações de tráfico de armas devido a esta tecnicidade, em vez de deixar que os seus clientes respondam às acusações em tribunal. Esta situação continuou até 27 de Junho de 2001, data em que o “Cour de Cassation” em Paris decretou que as acusações de tráfico de armas contra Pierre Falcone, Arkadi Gaidamak e Jean-Christophe Mitterrand deveriam ser retiradas. O argumento do tribunal dava razão ao argumento inicial de que os juízes não deveriam ter levado a cabo investigações sobre o tráfico de armas sem antes ter autorização ministerial.¹²³

Em finais de Junho de 2001, Falcone emitiu um comunicado através do seu porta-voz nos EUA, Jason Rose, esclarecendo a sua inocência. Referindo-se às acusações de tráfico de armas, Falcone respondeu que, “isso [a acusação de tráfico de armas] é totalmente falso! A acusação é tão destrutiva e injusta como a acusação de bruxaria na Idade Média. Legalmente, tudo se desmorona quando analisado em detalhe. Então, de que sou acusado moralmente? De ganhar muito dinheiro? Certamente que sim. E ganhei mesmo.”¹²⁴

Até ao momento de publicação, todos os que foram acusados no decorrer das investigações continuam sob acusação. Tanto Pasqua como Marchiani possuem ainda imunidade parlamentar, o que impede os juízes investigadores de impor qualquer controlo judicial ou insistir na sua detenção, como foi o caso com os outros acusados no caso. No entanto devemos salientar que todos devem ser considerados inocentes de todas as acusações, enquanto as acusações não forem provadas perante um tribunal.

Outras ligações interessantes

Para além da complicada rede de indivíduos e empresas interligadas, os artigos na imprensa e as investigações levantam questões preocupantes sobre outras empresas, que exigem esclarecimento urgente.

Banco Africano de Investimentos (BAI)

Segundo o Website do departamento de estado americano, o BAI foi estabelecido em 1997 e está na lista como o único banco angolano de investimento.¹³² Segundo o *Liberation*, o banco foi inaugurado a 12 de Novembro de 1996 em Luanda.¹³³ Para um banco que aparentemente foi fundado com um capital de 32 milhões de dólares, que aumentou em 2000 para 50 milhões de dólares,¹³⁴ e com vários interesses empresariais, desde a construção de uma fábrica de cerveja em Moçambique¹³⁵ a interesses em diamantes através da Ascorp¹³⁶, tudo parece bastante razoável. O BAI tem filiais em Luanda (e outras partes de Angola), Lisboa, e Luxemburgo.

Uma vista de olhos pelos comunicados na imprensa acerca do BAI revela alguns aspectos interessantes. Segundo o jornal *O Independente*, “fontes no Futungo dizem que o presidente está preocupado com acontecimentos recentes.” O artigo prossegue, “foi por isso que ele fundou com o Menatep, um banco russo, o Banco Africano de Investimentos...”¹³⁶ Num artigo do jornal *Liberation* em 1996, aparentemente sobre o fornecimento de armas a Angola através da ZTS-Osos, o *Liberation* comunicou que “Arkadi Gaidamak... possuía pessoalmente 10% do capital do novo banco, BAI”¹³³



Banco Africano de Investimentos (BAI).

Segundo a “declaração do presidente” publicado pelo próprio banco (BAI), a lista dos accionistas é a seguinte:¹³⁷

Sonangol, UEE	17.5%
Service Group	8.0%
José Carlos Récio	7.5%
Investec Bank, Limited	7.5%
Amer-Com International	6.0%
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	5.0%
Banco Pinto & Sotto Mayor, SA	5.0%
Dabas Management, Limited	5.0%
Central Investimentos –	
Sociedade Financeira de Corretagem, SA	4.5%
Outros	34%

Surge a questão de quem são os indivíduos ou empresas que detêm os 34% indicado como “outros”. *Africa Hoje* avança que mais 8% das accões do banco estão distribuídas da seguinte forma: Soares da Costa e Mota & Empresa, 3% cada, e Sousa Cintra com 2%.¹³⁸

No entanto, segundo a imprensa francesa, as ligações ao *Angolagate* parece que vão muito mais além da simples presença de alguns dos principais implicados entre os accionistas do banco. Segundo o *Le Monde*, Jacques Attali, o primeiro director do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, recebeu 1,5 milhões de francos franceses provenientes do Brenco e do BAI.²⁶ O *Le Monde* prosseguiu “um estabelecimento bancário [BAI] do qual Falcone era accionista. Questionado como testemunha a 1 de Dezembro [2000] o Sr. Attali afirmou que a sua empresa [ACA] recebera 160.000 dólares do BAI.” Anteriormente o *Le Monde* tinha comentado “segundo o Sr. Falcone, o anterior amigo íntimo de François Mitterrand fora pago, “para estudar [a implementação] de micro créditos em Angola”.²⁶

Em resposta aos inquéritos da Global Witness sobre os proprietários das accões, o BAI confirmou que a empresa de Falcone, Brenco, retém uma quota de 4% no banco.¹³⁹ Por outras palavras, é a Brenco que possui a quota no BAI, não é Falcone a título pessoal. No entanto, em relação às perguntas sobre o papel de Gaidamak, o BAI declara “não é verdade que os nomes mencionados sejam ou tenham sido accionistas do BAI.”¹³⁹

No contexto da Brenco, o BAI declara que a Brenco “adquiriu 4% e pagou 1.300.000 dólares [1,3 milhões de dólares] ao preço nominal das accões, através do depósito dessa quantia na conta em Lisboa do comité promotor para a incorporação do BAI. Desde essa data, a Brenco nunca usou o BAI para nenhum tipo de transacções nem foi aberta nenhuma conta de depósito pela Brenco no BAI. Nem a Brenco nem nenhuma outra empresa das que mencionou, recebeu crédito algum ou qualquer tipo de apoio...”¹³⁹

No que respeita ao presidente E. dos Santos, o BAI declara que “não há nenhuma ligação oficial ou não-oficial entre o BAI e o Presidente da República de Angola.”¹³⁹ Em



conclusão, a carta declara que, “não foram feitos pagamentos pelo BAI a nenhuma das pessoas que você mencionou [presumivelmente, também inclui Jacques Attali].”¹³⁹

Numa carta de 7 de Setembro, em resposta a mais perguntas colocadas pela Global Witness, Mário Palhares, presidente executivo do BAI, forneceu os seguintes comentários adicionais:

- Não comentamos sobre a política editorial de nenhum jornal. Demos-lhe a informação correcta, Brenco foi um dos accionista iniciais do BAI com 4% do capital. Não temos mais comentários a fazer sobre este tema.
- Todos os accionistas do BAI tinham interesses comerciais ou investimentos em Angola quando o BAI foi incorporado em 1996. No caso da Brenco, tal como já dissemos na nossa carta com data de 29 de Agosto [2001], nunca usou o BAI para nenhum tipo de transacções bancárias nem foram abertas contas da Brenco no BAI. Consideramos por isso que a quota era estritamente um investimento financeiro.
- O Sr. Gaidamak n nunca desempenhou qualquer função no BAI.
- Não comentamos sobre alegações da imprensa. A informação que lhe demos de que o BAI nunca fez pagamento nenhum a nenhuma das pessoas que menciona, era verdadeira.
- Tal como diz, a informação que lhe demos era “precisa e útil”. Tendo em vista transparência, fornecemos-lhe informação de confiança e verdadeira. Para além disso, esta informação é de domínio público e portanto acessível ao público em geral.

A concluir, a carta termina, “como último comentário, não vejo motivos para continuarmos este intercâmbio de cartas e do nosso ponto de vista, acho que a nossa contribuição para o seu trabalho deve ser considerada como final.”¹⁴⁰

Elf Petroleum Angola Ltd – uma empresa invisível do grupo Elf?

Desde que o *Angolagate* apareceu na imprensa em Dezembro de 2000, muito se tem falado das vantagens alegadamente obtidas pela Elf, em consequência das acções e decisões políticas tomadas por vários indivíduos envolvidos no escândalo. Investigações paralelas revelam no entanto, que o envolvimento da Elf em Angola é mais complicado do que inicialmente se julga. A Elf Petroleum Angola Ltd, registada em Angola,⁵⁶ é (ou pelo menos era) a filial da Elf que detinha uma quota de 10% na concessão no bloco o da Cabdog em Cabinda, operado pela Chevron.

A Elf Petroleum Angola Ltd parece ter sido retirada de todos os documentos do grupo TotalFinaElf. Apesar deste aparente desaparecimento, há várias razões para sugerir que a empresa existe:

- Em contraste com publicações recentes, a Elf Petroleum Angola Ltd está claramente mencionada em publicações anteriores da Elf, como tendo sido estabelecida em 1991.¹⁴¹
- As contas de 1999 da Elf mencionam claramente a Elf Petroleum Angola Ltd como sendo uma filial 100% propriedade do grupo mãe. Nas contas do ano 2000 da Elf, a Elf Petroleum Angola Ltd está claramente mencionada como sendo 99,7% propriedade da empresa mãe.⁵⁶ Que aconteceu aos 0,3% que parece ter desaparecido entre 1999 e 2000?
- Em finais de Novembro de 2001, a Chevron continuou a incluir no seu relatório que a Elf Petroleum Angola Ltd era um parceiro no bloco Zero.⁵⁶
- A Elf Petroleum Angola Ltd é claramente mencionada

como distinta da Elf Exploration Angola, na publicação “Relatório de Actividades do Sector 2000” do Ministério do Petróleo angolano (GEPE/MINPET Maio 2001).

- Informação em poder da Global Witness indica que a Elf Petroleum Angola Ltd tem uma conta bancária na filial do Paribas em 3 rue D’Antin. Houve tentativas através de um processo judicial não relacionado [ao *Angolagate*] para congelar os vastos fundos, de acordo com algumas fontes, depositados nesta conta.¹⁴² Este processo não foi motivado por nenhuma ilegalidade por parte da Elf, mas sim para tentar recuperar receitas estatais de Angola mantidas em contas de subsidiárias da Elf, devido ao facto de Angola não ter cumprido os pagamentos finais de um projecto de construção.⁵⁶

A Global Witness tentou obter esclarecimentos da TotalFinaElf acerca das actividades da Elf Petroleum Angola Ltd a 31 de Agosto de 2001. A Global Witness também perguntou à empresa a 24 de Janeiro de 2001, qual a opinião desta no respeito à transparência nos pagamentos feitos a governos nacionais. Até à data de publicação, a empresa não tinha ainda respondido a nenhum destes inquéritos.

Falcon Oil e Prodev

Falcon Oil tem uma quota de 10% no bloco 33 explorado pela Exxon-Mobil. Prodev possui 15% no bloco 32 da Elf (agora da TotalFinaElf). “Uma proporção significativa dos cerca de 870 milhões de dólares de bónus de assinatura pago por estes blocos e pelo bloco 31 da BP foram desviados para a compra de armas”.¹⁴³ Desde então, tem havido bastante especulação na imprensa sobre a verdadeira natureza destas empresas, atendendo a que são desconhecidas nos “grandes bastidores” do petróleo.

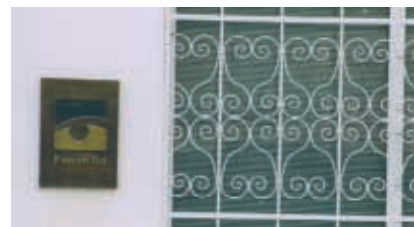
Depois da publicação do relatório *Um Despertar Cru*, as investigações sobre estas empresas prosseguiram. Apesar de várias fontes em Luanda sugerirem que a Falcon Oil era a empresa com sede em West Virginia, EUA, chamada Falcon Oil and Gas, a realidade é que a “Falcon Oil” angolana é Falcon Oil Holdings S.A., convenientemente registada no Panamá. A empresa tem um escritório em Paris.⁵⁶ Não sugerimos qualquer comportamento errado por parte destas empresas, mas sim que estas deveriam estar sujeitas aos mesmos requisitos de transparência que as outras empresas estão.

Outros desconhecidos africanos

Num artigo intitulado “Os misteriosos parceiros da Roc Oil”, a Africa Energy Intelligence verificou a existência de duas outras empresas, parceiras no bloco Sul de Cabinda, às quais se refere como “desconhecidas no sector petrolífero na África”. Estas empresas são a Force Petroleum, detentora de 20% do bloco, e a Lacula Oil com 15%¹⁴⁴.

Segundo a Africa Energy Intelligence, a “Force Petroleum é uma empresa privada registada no Reino Unido cujo único património parece ser essa quota no bloco de Cabinda Sul”. O artigo continua “enquanto que a Lacula parece ser controlada por uma multinacional ocidental activa em Angola. A Lacula Oil foi também parceira da TotalFinaElf em Cabinda Sul, com os mesmos 15%, mas não possui outro capital.”¹⁴⁴

Devido às preocupações com a falta de transparência no país, a Global Witness incentiva as empresas a revelar os seus investimentos com dividendos em outras empresas, e pormenores sobre as suas actividades.



Falcon Oil – um desconhecido no sector do petróleo em águas profundas possui 10% no Bloco 33 da Exxon-Mobil.

Angolanos ligados ao Angolagate

Nas 26 disquetes encontradas no apartamento da secretária de Falcone em Paris, encontram-se pormenores relativos a pagamentos feitos pela Brenco a várias personalidades proeminentes angolanas. Entre estes indivíduos destaca-se Elísio de Figueiredo. Tal como já foi mencionado, de Figueiredo era o terceiro embaixador angolano em Paris. O seu papel parece ter sido o de intermediário entre o presidente dos Santos, Falcone e Gaidamak. Segundo o *Le Monde* “acredita-se que o embaixador Elísio de Figueiredo também foi remunerado: Falcone poderá ter-lhe pago mais de 18 milhões de dólares.” O jornal prossegue, “Isabel Delubac [secretária de Falcone] afirmou aos investigadores, “eu vi essa pessoa nos escritórios da Brenco em várias ocasiões.”¹²⁶

Segundo o *Le Monde*, Falcone parece ter declarado, “posso confirmar que demos dinheiro ao Sr. Elísio de Figueiredo, dentro do contexto dos custos e das tarefas que realizou nas suas missões.”¹²⁶ O que não é claro é por que razão terá sido necessário uma pessoa privada pagar os custos de um funcionário governamental de Angola no desempenho das suas incumbências oficiais. O *Le Monde* prossegue, “o empresário especificou também que “no contexto destas missões”, foram transferidos fundos para outras personalidades angolanas, tais como, o vice-ministro do interior e o chefe dos serviços secretos, o Sr. Meala.” Falcone terá afirmado, “quero deixar claro que era para facilitar as coisas e não para “comprar” as pessoas. Por outras palavras, isto não é corrupção, mas sim uma forma lógica de operar em Angola.”¹²⁶ Face ao escândalo da Enron, presumivelmente Falcone achou também que fornecer 100.000 para a campanha de Bush seria “também uma forma lógica de operar lá ... [nos Estados Unidos].”

Esta declaração elucidativa, implica que os deveres públicos são vistos, pela elite dirigente, como uma forma de propriedade privada, e esta atitude necessita ser desafiada. É interessante verificar que Falcone parece partilhar o mesmo ponto de vista de Bernard Guillet, secretário da France-Afrique-Orient, que disse “o Sr. Falcone, que tal como eu, conhece bem os Estados Unidos, acredita que lobbying é necessário. Eu sei que na França, o poder judicial associa erroneamente isso à compra de favores”.¹¹⁶

Dos Santos alarga a sua não interferência em matérias jurídicas francesas apresentado o seu caso a Chirac. Carta de dos Santos a Chirac, em Abril de 2001, tal como publicada no *Le Nouvel Observateur*.

O presidente E. dos Santos confirma as suspeitas sobre o Angolagate

A reacção eloquente do presidente dos Santos no escândalo *Angolagate* parece confirmar a maior parte das acusações e das suspeitas dos juizes de Paris. Como exercício de limitação de danos, seria difícil o presidente prejudicar mais ainda a situação, mas parece que tentou. Os comentários mais reveladores do presidente angolano foram feitos ao receber o novo embaixador francês de 23 de Fevereiro de 2001. Num discurso extraordinário, dos Santos acusa “agentes do estado francês” de criar “condições de calúnia e difamação para afectar as reputações de entidades angolanas e prejudicar os interesses do governo angolano...”¹⁴⁵

Após dizer que não ia interferir nos assuntos internos do estado francês, o presidente fez imediatamente o oposto. Ele admitiu o papel principal desempenhado por Falcone e pela sua operação, o qual, segundo este, tinha o consentimento do estado francês. Citando as suas palavras, “tenho o dever de admitir que algumas das pessoas que agora são vítimas de processos judiciais em França deram uma enorme contribuição para o desenvolvimento das relações entre Angola e a França...”¹⁴⁵ O presidente prossegue, “o Sr. Pierre Falcone, por exemplo, através da sua empresa, apoiou Angola num momento crucial da sua história, e graças a este apoio foram preservadas a democracia e a lei, milhões de pessoas foram salvas do genocídio, e pudemos libertar as nossas cidades do cerco militar e dos bombardeamentos massivos e indiscriminados que tanta desolação e desespero causavam.”¹⁴⁵

O presidente dos Santos confirmou depois as vantagens comerciais da França neste processo, declarando, “aquele cavalheiro tratou de questões delicadas com o consentimento das autoridades francesas que foram muito úteis a Angola. Nós interpretámos a sua acção como um gesto de confiança e amizade do estado francês e, por esse motivo, o meu governo tomou decisões que permitiram o crescimento espectacular da cooperação com a França nas áreas económica, financeira e do petróleo.”¹⁴⁵ Insistiu também que a ZTS-Osos não era uma empresa francesa e que o material comprado não passou por território francês, salientando que a fonte do armamento era através de “alguns países da Europa de Leste, principalmente a Rússia.”¹⁴⁵

O presidente dos Santos afirmou também que “toda esta confusão deliberada já tinha acontecido com o Sr. Tarallo [presumivelmente uma referência a declarações atribuídas ao ex-executivo da Elf André Tarallo, o qual sugeriu que a Elf tinha tido em funcionamento um fundo para lutas no montante de 60 milhões de dólares anuais, através de contas no Liechtenstein que foram usadas para pagar subornos a vários funcionários importantes de certos países africanos, incluindo Angola] e devo confessar-lhe, senhor embaixador, que esta situação nos deixa simplesmente perplexos.”¹⁴⁵

Finalmente, depois de ter implicitamente estabelecido a ligação entre o sucesso dos interesses comerciais franceses e as actividades de Pierre Falcone, o Presidente lançou um aviso sobre as consequências da falta de acção em encerrar os processos judiciais, pois “a amizade é como uma planta que se não for regularmente regada e fertilizada, seca. Eu penso que agora compete ao seu governo, através de gestos práticos, contribuir para a amizade e a cooperação entre os nossos dois povos. E é com esse sentimento que eu lhe desejo as boas vindas e êxito no cumprimento da sua missão.”¹⁴⁵ Em termos diplomáticos, esta declaração não foi apenas um opinião interessante sobre não-intervenção, mas também a entrega de um cálice envenenado ao novo embaixador francês.

José Eduardo Dos Santos à Jacques Chirac : « Retirez vos plaintes »

REPUBLICA DE ANGOLA
Presidente da República
Luanda, 18 de Abril de 2001

Seu Ex. Presidente,

O Governo de Angola temo estabelecimento através da imprensa da existência de um processo judicial contra o seu mandatário habitual, o Senhor Pierre FALCONE, cuja representação causa graves prejuízos morais à República de Angola e pode constituir um obstáculo às boas relações existentes entre os nossos países.

Certificando que os juizes decidiram que o Estado francês não detinha de titular neste domínio, peço que aceite, Senhor Presidente, a expressão da minha Mais Elevada Consideração!

José Eduardo dos Santos
Presidente da República de Angola

REPUBLICA DE ANGOLA
Presidente da República
Luanda, 18 de Abril de 2001

Seu Ex. Presidente,

O Governo de Angola temo estabelecimento através da imprensa da existência de um processo judicial contra o seu mandatário habitual, o Senhor Pierre FALCONE, cuja representação causa graves prejuízos morais à República de Angola e pode constituir um obstáculo às boas relações existentes entre os nossos países.

Certificando que os juizes decidiram que o Estado francês não detinha de titular neste domínio, peço que aceite, Senhor Presidente, a expressão da minha Mais Elevada Consideração!

José Eduardo dos Santos
Presidente da República de Angola

legislação internacional e das legislações angolana e eslovena, no âmbito das licenças d'exportação legalmente requisitadas pelas autoridades dos países interessados e que são conformes às regras do mercado.

2. Salvo as informações e nos análises, a situação jurídica que resulta das queixas depositadas por l'Etat français contre notre mandataire, tant en matière fiscale que dans le cadre de la législation française sur les ventes d'armes, constitue une atteinte à la souveraineté de notre Etat, qui peut causer un grave préjudice aux relations entre la France et l'Angola.

En particulier, les accusations de « trafic d'armes » ne manquent pas de surprendre, s'agissant de transactions faites de façon légale entre un Etat souverain comme l'Angola et une entreprise étrangère à la France. Pour cette raison, nous paraît indispensable que l'Etat français, qui est impliqué dans ce processus, retire les plaintes qu'il a déposées aussi bien pour fraude fiscale que pour vente illicite d'armes.

Nous souhaitons également retrouver l'attention de votre pays sur l'injustice qui nous paraît actuellement commise à l'encontre de notre mandataire, M. Falcone. M. Falcone a un grand ami de l'Angola, compte tenu des nombreuses années pendant lesquelles il a apporté une importante contribution à nos succès dans notre combat contre la subversion armée et le terrorisme.

Les rémunérations qui lui ont été versées par notre pays sont en conformité avec les services rendus, avec le crédit apporté à notre pays et avec l'engagement constant qu'il nous a démontré.

Confiant dans les justes décisions que l'Etat français ne manquera pas de prendre, je vous prie d'accepter, Monsieur le Président, l'expression de ma haute considération.

José Eduardo Dos Santos,
président de la République d'Angola.



PARTE II: A CUMPLICIDADE DAS EMPRESAS PETROLÍFERAS

5 Introdução

A GLOBAL WITNESS acredita que as empresas internacionais de petróleo são cúmplices dos abusos económicos da classe governante em Angola e no prolongamento da guerra, porque optam pela não publicação das quantias pagas ao estado angolano, impedindo assim o povo angolano de poder pedir justificações ao seu governo pela gestão dessas receitas.

Esta secção analisa este aspecto do comportamento das empresas petrolíferas. Começa com um pequeno resumo da história do sector petrolífero de Angola e examina os principais intervenientes nessa indústria. Após uma breve exposição dos requerimentos de publicação de dados fiscais nos países desenvolvidos, a discussão incide sobre o diálogo da Global Witness com as empresas petrolíferas a funcionar em Angola que se seguiu à publicação do relatório *Um Despertar Cru* em 1999. Este diálogo teve como objectivo incentivar acções voluntárias por parte das empresas para a adopção de um sistema de transparência total, onde sejam apresentados detalhes dos pagamentos consolidados a governos nacionais. São analisadas uma série de objecções das empresas contra a divulgação de informação sobre pagamentos – apesar de as mesmas empresas publicarem regularmente essa informação nos países desenvolvidos do Norte – que a Global Witness considera sem fundamento.

Apesar de as empresas petrolíferas mais progressivas reconhecerem a sua responsabilidade de fornecer essa informação, até agora apenas uma empresa, a BP, anunciou publicamente a sua intenção de revelar dados relevantes, quando a sua produção no país começou. A notícia sobre a intenção de BP de “fazer o que é correcto” originou uma série de ameaças indirectas por parte da empresa estatal de petróleo, a Sonangol. A extraordinária carta confidencial que a Sonangol enviou à BP está reproduzida na secção “Respostas das empresas – BP Amoco”.

A resposta virulenta da elite angolana ilustra as limitações de iniciativas voluntárias de transparência. O caso demonstra a necessidade de regulamentação nesta área por parte das autoridades financeiras do Norte, como por exemplo a *US Securities and Exchange Commission* ou a *UK Financial Services Authority*. A secção intitulada “Regulando a divulgação de pagamentos” analisa este caso; a secção “Riscos de cumplicidade” salienta os perigos da não-transparência para com os investidores e os accionistas.

O Programa Monitorizado do FMI em Angola também é revisto e a integridade da não-divulgação por parte das empresas petrolíferas é posta em questão, tendo em conta a nova consciência corporativa sobre comportamento responsável em diferentes fóruns internacionais. A informação, alegadamente atribuída a economistas próximos do Diagnóstico do Petróleo do FMI, sugere que em 2001, cerca de 1,4 biliões de dólares em receitas e empréstimos – quase um terço das receitas estatais de Angola que rondam os 3-5 biliões de dólares – não foram ainda localizados. Uma correspondência de um funcionário do Banco Mundial declara: “missões sucessivas do FMI/BM durante os últimos dez anos trabalharam com os dados fornecidos pelas autoridades e encontraram pagamentos inexplicados de largas quantias, equivalente a cerca de um terço ou mesmo metade da totalidade das receitas fiscais. Infelizmente estes problemas ainda não foram resolvidos, e os funcionários do FMI



Enquanto as elites angolanas e internacionais enriquecem à custa das descobertas de petróleo em Angola, em cada três minutos uma criança morre de doenças evitáveis e desnutrição.

esperam explicações sobre o gasto de cerca de 1,4 biliões de dólares de receitas fiscais e empréstimos externos em 2001. Estes cálculos provêm apenas de dados governamentais. As informações sobre pagamentos feitos pelas empresas petrolíferas são ainda escassas, uma vez que algumas empresas defendem-se com as cláusulas de confidencialidade e não está em funcionamento uma estrutura para uma divulgação contínua dos pagamentos do petróleo”.

Os valores fornecidos no final desta secção revelam, pela primeira vez, os impostos que cada empresa pagou ao governo de Angola no ano 2000 e mostram um buraco negro que contém uma diferença de 770 milhões de dólares entre os dados das receitas fornecidos pelo Ministério do Petróleo e os dados do Ministério das Finanças. Isto sugere que as discrepâncias descobertas pelo FMI são parte de um padrão de abuso económico contínuo que beneficia de uma guerra civil e de um governo que não presta contas.

A indústria petrolífera angolana actual

Angola é o segundo maior produtor africano de petróleo dos países a sul do Saará, depois da Nigéria. A economia nacional é altamente dependente desse sector, que representa cerca de 86,5% das receitas do governo.¹⁵⁰ A área marítima costeira de Angola (o offshore angolano) é considerada uma área de produção petrolífera de “classe mundial”, com dois terços das perfurações de exploração gerando resultados positivos, enquanto na Nigéria a exploração em águas profundas tem apenas uma percentagem de 50% de resultados positivos¹⁵⁰ e a percentagem média geral é de apenas 15%.¹⁵² Isto atraiu considerável interesse em áreas com potencial a ser

temos que ir para lavras que estão muito longe ... dói-me a cabeça! Doem-me

Progresso da indústria petrolífera angolana

A indústria de petróleo em Angola começou em 1955 com a descoberta de petróleo no vale do Kwanza pela Petrofina. A indústria ganhou importância com a descoberta de depósitos ao largo da costa do enclave angolano de Cabinda nos anos sessenta pela Cabinda Gulf Oil Company (CABCOG), que se tornou subsidiária da Chevron em 1984.¹⁴³

Durante 1978 e 1979, um levantamento sísmico da plataforma continental da costa angolana indicou a existência de outras reservas significativas de petróleo. Isto originou a criação de 13 "blocos", para além do original bloco 0 de Cabinda, localizados nas águas menos profundas da costa de Angola. Depois do leilão destes blocos em hasta pública, o governo criou mais 17 novos blocos numerados de 14 a 30 – "blocos de águas profundas", os quais alcançam águas mais profundas do que os dos 14 blocos iniciais¹⁵⁵ – ver mapa ao lado.

Em Maio de 1999, o governo entregou os primeiros três blocos chamados "blocos de águas ultra-profundas": blocos 31-33, que foram adquiridos pela BP-Amoco, Elf e ExxonMobil respectivamente. Em Setembro de 2001, o quarto bloco ultra-profundo, bloco 34, foi entregue à Sonangol, com assistência técnica da Norsk Hydro.¹⁴⁶

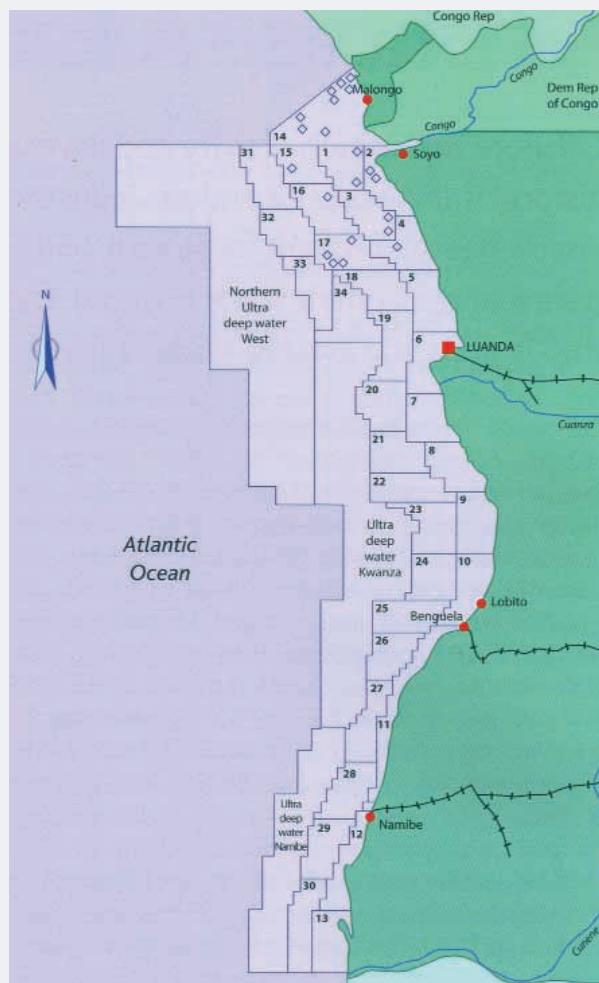
Em teoria cada bloco é concluído através de um processo de concurso e uma vez alcançado acordo, as empresas participantes no bloco pagam um "bónus de assinatura". Este pagamento não é reembolsável, e é um pagamento que as empresas declaram pagar no documento de concurso, se a sua oferta for aceite. Após finalizado o processo de concurso, é escolhida a empresa "operadora". O operador é a empresa que fica a cargo da exploração do bloco, tomando as decisões necessárias acerca dos níveis de investimento, tipo de equipamento a usar e melhor forma de o usar para garantir o melhor aproveitamento do bloco. Por vezes, os parceiros no bloco contribuem para o desenvolvimento do bloco sob a orientação do operador. Eles são na realidade sócios no investimento, e o seu nível de investimento e taxa de lucros são determinados pela quota que possuem.¹⁴³

Legislação fulcral

Para uma breve discussão sobre outros aspectos da legislação angolana relacionada com o petróleo, consulte o relatório de Dezembro de 1999 da Global Witness, *Um Despertar Cru*. No entanto convém reiterar aqui o seguinte:

Segundo a lei angolana nº 13/78 de 26 de Agosto de 1978¹⁴⁷, fica estabelecido que **"todos os depósitos de hidrocarbonetos líquidos e gasosos subterrâneos ou na plataforma continental, dentro do território nacional, até ao limite das águas territoriais da República Popular de Angola, ou em qualquer território sobre o qual Angola exerça soberania, tal como está estabelecido nas convenções internacionais, pertencem ao povo angolano¹⁴⁸, sob a forma de propriedade pública."**

Em qualquer discussão sobre os méritos da transparência no sector petrolífero de Angola, esta lei tem imenso significado. Se, tal como está explícito nessa lei, "os hidrocarbonetos líquidos e gasosos" são recursos naturais que pertencem ao povo angolano, então o povo tem o direito de ter conhecimento dos dados relacionados com as receitas provenientes desses **seus** recursos naturais! Actualmente, os angolanos não têm acesso a essa informação e são activamente impedidos de a obter.




Os blocos petrolíferos angolanos offshore.































Contractos de blocos de petróleo

Até 1979 a forma preferida de relacionamento contratual era o "acordo em joint-venture". A maioria (sob a forma de percentagem da produção total de petróleo em Angola) dos blocos *actualmente em produção* são acordos em joint-venture. Nestes, cada empresa tem a sua percentagem da licença e paga custos para o desenvolvimento e exploração segundo a quota de que é proprietária. Após o pagamento de impostos e licenças, as empresas dividem os lucros de acordo com a sua percentagem de participação no bloco. Neste tipo de acordo, a Sonangol tem que pagar adiantadamente os custos de desenvolvimento, tal como os outros participantes no bloco.¹⁴³ Actualmente, a mais importante joint-venture num bloco em produção é o bloco 0 em Cabinda operado pela Chevron, que produz cerca de 70% da produção petrolífera de Angola.¹⁵⁵ Os outros centros principais de produção são: o bloco 3, na costa norte, o bloco 1, e o bloco 2, ambos situados perto de Soyo.¹⁴³

Desde 1979, a forma favorita de acordos tem sido a de partilha de produção, em que as empresas estrangeiras de petróleo actuam como contratados da Sonangol, e assumem todos os custos e riscos da exploração e desenvolvimento dos campos dentro do bloco. Uma vez que neste tipo de acordo a Sonangol é também um parceiro, a sua parte dos gastos da fase inicial é geralmente paga pelos outros participantes. Os custos com o desenvolvimento e posterior produção são cobertos por uma percentagem do petróleo extraído (que pode chegar a 50%), e que é conhecido como "petróleo de custo". Após pagamento de impostos ao governo, o restante "petróleo de lucro" é dividido pelos participantes incluindo a Sonangol, de acordo com a percentagem de participação no bloco.¹⁴³

As dez principais empresas petrolíferas em Angola

A dez mais activas empresas petrolíferas presentemente com operações em Angola são enumeradas em baixo^{146,149}, em termos da propriedade dos blocos e da sua função nos mesmos, quer como Operador (verde), quer como sócio (negro). Os blocos presentemente a produzir estão marcados com .

Sonangol Angola	TotalFinaElf França/Bélgica	ExxonMobil EUA	ChevronTexaco EUA	Agip Itália	BP-Amoco RU
Bloco / Acção no bloco (%)	Bloco / Acção no bloco (%)	Bloco / Acção no bloco (%)	Bloco / Acção no bloco (%)	Bloco / Acção no bloco (%)	Bloco / Acção no bloco (%)
4 Kiabo (100%) 	3/85-91 (53.34%) 	15 (40%)	0/A, B & C (39.2%) 	1 Safueiro (50%) 	5 (27.5%)
5 (30%)	17 (40%) 	20 (50%)	14 (31%) 	25 (40%)	18 (50%)
3 (100%)	Area A (49%) 	24 (50%)	2/80-85 (20%) 	0/A, B & C (9.8%) 	31 (26.67%) 
34 (20%)	Area B (32.6%) 	33 (45%)	9 (40%)	3/85-91 (16%) 	17 (16.67%) 
0/A, B & C (41%) 	3/80 (50%)	17 (20%) 	22 (40%)	14 (20%) 	15 (26.67%) 
2/80-85 (25%) 	19 (30%)	9 (35%)	Área B (16.4%) 	3/80 (15%)	21 (20%)
3/85-91 (6.67%) 	32 (30%)	21 (20%)	20 (50%)	15 (20%)	
14 (20%) 	0/A, B & C (10%) 	22 (25%)			
Área A (51%) 	1 Safueiro (25%) 	25 (35%)			
Área B (51%) 	2/80-85 (27.5%) 	31 (25%)			
19 (20%)	14 (20%)	32 (15%)			
21 (20%)	31 (5%)				
22 (20%)	33 (15%)				
24 (20%)					
25 (25%)					
31 (20%)					
32 (20%)					
33 (20%)					
Cabinda N. (20%)					
Cabinda C. (20%)					
Cabinda S. (20%)					
		Petrogal Portugal	Norsk Hydro Noruega	Statoil Noruega	Shell RU/Países Baixos
		Bloco / Acção no bloco (%)	Bloco / Acção no bloco (%)	Bloco / Acção no bloco (%)	Bloco / Acção no bloco (%)
		1 Safueiro (10%) 	34 (30%)	17 (13.33%) 	18 (50%)
		14 (9%) 	17 (10%) 	15 (13.33%)	21 (10%)
		Cabinda C. (20%)	5 (27.5%)	31 (13.33%)	34 (15%)
		32 (5%)	9 (10%)		
		33 (5%)	25 (10%)		

explorado, por parte dos principais intervenientes a nível mundial na indústria petrolífera. Em 1999, os analistas previam um investimento potencial de 18 bilhões de dólares durante os seguintes quatro anos.¹⁵³ No entanto, a produção petrolífera de Angola em 2000 manteve-se em aproximadamente 750.000 barris por dia (bpd).¹⁵⁴ Os analistas prevêem que aumentará para cerca de 900.000 bpd em 2002, com o início de nova produção, dividida pelos blocos da seguinte forma:¹⁵⁴

Bloco	Produção (bpd)
Bloco 0	500.000
Bloco 2	50.000
Bloco 3	95.000
Bloco 14	95.000
Bloco 17	100.000
Outros	60.000
Total	900.000

N.B. EIU não especifica quais os blocos incluídos em "Outros".

Os blocos recentemente entregues, como o 15, 18, e 31-34, assim como outros campos nos blocos actuais, apenas entrarão em produção dentro de alguns anos. O bloco 15 da ExxonMobil talvez entre em produção em 2004, extraindo um máximo de 250.000 bpd. O período de tempo calculado até ao início da produção dos blocos 31-34 em águas ultra-profundas é mais difícil de determinar devido às grandes profundidades e aos enormes requerimentos de engenharia exigidos.¹⁵⁴⁺¹⁵⁵ O próximo aumento significativo na produção de petróleo em Angola será em 2002, uma vez que o campo Girassol do bloco 17 da TotalFinaElf iniciou a extração em Dezembro de 2001.^{154, 155, 156}

Apesar da publicação regular durante o ano passado de comunicados de imprensa exaltando as suas mais recentes descobertas, a expansão gradual da indústria petrolífera em Angola não tem sido apenas um mar de rosas. As relações entre o governo e as empresas arrefeceram no final do ano 2000, quando o ministro do

petróleo, José Maria Botelho de Vasconcelos declarou que Angola queria diminuir a velocidade do desenvolvimento ou aproveitamento nos blocos de águas ultra profundas, para aumentar a duração do ciclo de produção desses blocos.^{157, 158} Esta fricção foi ilustrada na discussão da ExxonMobil com a Sonangol sobre o desenvolvimento do bloco 15. O ministro J. de Vasconcelos acusou a ExxonMobil de escolher uma opção técnica demasiado custosa para aproveitamento do bloco sem consulta prévia.^{157, 158} Essa acção, segundo ele, teria um impacto negativo na quota governamental da receita proveniente da exploração desse bloco.^{157, 158} Há uma inconsistência clara neste caso, entre os interesses legítimos do estado angolano em maximizar as receitas provenientes dos seus recursos e os interesses lucrativos das empresas petrolíferas, as quais tentam maximizar os lucros no menor período de tempo possível.

De acordo com a Economist Intelligence Unit (EIU) outra razão para o desenvolvimento mais lento de alguns dos novos campos petrolíferos, é a falta de dinheiro na Sonangol.¹⁵⁴ Isto é surpreendente, dada a quantidade de empréstimos de bancos internacionais recentes recebidos pela Sonangol (Ver secção *Empréstimos internacionais a Angola – página 51*). A EIU salienta que algumas fontes dentro da indústria sugerem que isso é devido ao desvio de fundos da Sonangol, sem no entanto ser mais específica.¹⁵²⁺¹⁵⁴ Se isso é verdade, deveria constituir uma fonte de preocupação para o FMI.

Bónus de assinatura e atribuição dos blocos 31-33

O valor de bónus de assinatura aumentou dramaticamente aquando da atribuição dos blocos em águas ultra-profundas. No passado, a atribuição de contractos era determinada após submissão ao governo por parte da empresa de um plano detalhado para o desenvolvimento e exploração de bloco, sendo os detalhes sobre a divisão de lucros acordados em negociações.

trova apanha-nos. Aqui, a tropa, os comandos, portam-se bem. Não há

Fontes em Luanda indicam agora que as decisões fulcrais sobre a atribuição de blocos são tomadas ao mais alto nível, e a obtenção de licenças tem mais a ver com razões políticas do que técnicas.¹⁵⁵

Em 1992, o novo director da Sonangol, Joaquim Duarte da Costa David, nomeado pelo presidente dos Santos, introduziu o conceito de as empresas terem que efectuar pagamentos não recuperáveis de assinatura, que é comum nos outros países produtores de petróleo.¹⁵⁵

Segundo os consultores Wood Mackenzie,¹⁵⁹ o pagamento pelo bónus de assinatura em Janeiro de 1993 relativo ao bloco 17 foi de 6 milhões de dólares. Com base nos dados do quadro seguinte, a média de todos os pagamentos de bónus entre a assinatura do bloco 17 e do bloco 21 em Janeiro de 1999 foi de 17,6 milhões de dólares, com um máximo de 45 milhões pelo bloco 21. Os blocos 24 e 25 atraíram ofertas ainda mais altas, de 70 e 69 milhões de dólares respectivamente.¹⁵⁹ Mesmo tendo em conta estes elevados pagamentos, as várias empresas pagaram uma média de 5,361 dólares por km² nestes blocos.

Tendo em conta o alto nível de interesse despertado pelos blocos 31-33, era claro que os pagamentos pelo bónus seriam dos mais elevados até à data. No entanto, fontes indicaram que as empresas não contavam com exigências tão altas por parte da presidência, e em vez de pagarem cerca de 100 milhões tal como calculavam, viram-se forçados a pagar quantias mais elevadas.¹⁵⁵ Os cálculos da Wood Mackenzie sugerem cerca de 400 milhões, 250 milhões e 350 milhões de dólares foram pagos respectivamente pelos blocos 31-33.¹⁵⁹ O relatório *Um Despertar Cru* mencionou que o pagamento total do bónus de assinatura destes blocos teria sido cerca de 870 milhões de dólares (cerca de 20% do orçamento nacional para o ano de 1999). Por outras palavras, as empresas envolvidas nos blocos 31-33 dispuseram-se a pagar uma média de 63.688 dólares por km², um acréscimo superior a dez vezes (1,179%), por blocos de tamanho similar aos 11 anteriores.

Quando se lhes fazem perguntas sobre o tamanho do bónus de assinatura, as empresas petrolíferas em geral dizem que não são exagerados devido às vastas áreas dos blocos. Isso não é verdade: a superfície dos blocos 31-33 é comparável à dos blocos anteriores. Wood Mackenzie¹⁵⁹ sugere também que os blocos 15, 17 e 18 podem ter um volume de reservas similar. Parece então que os novos blocos não possuem 1,179% mais petróleo que os anteriores.

Tabela de pagamentos de bónus de assinatura dos blocos petrolíferos angolanos em águas profundas

Licença	Data	Área Km ²	Bónus por área líquida	
			Bónus US\$ milhões	US\$/Km ²
Bloco 17	Jan 1993	5,030	6	1,193
Bloco 16	Jan 1993	4,912	13	2,647
Bloco 15	Set 1994	4,172	35	8,389
Bloco 14	Mar 1995	4,094	15	3,664
Bloco 20	Out 1996	5,000	10	2,000
Bloco 18	Out 1996	5,000	9	1,800
Bloco 22	Jan 1998	5,480	16	2,920
Bloco 19	Fev 1998	4,850	10	2,062
Bloco 21	Jan 1999	6,180	45	7,282
Bloco 24	Jan 1999	4,778	70	14,650
Bloco 25	Mar 1999	4,852	60	12,366
Bloco 31	Jun 1999	5,349	400	74,780
Bloco 32	Jun 1999	4,317	250	57,911
Bloco 33	Jun 1999	5,996	350	58,372
Total			1,289	

Fonte: Reprodução do relatório ad hoc de Wood Mackenzie- As quantias de bónus pagas são estimativas, e a quantia total pode incluir outros pagamentos, tais como, 'projectos sociais'.

Por um lado o governo angolano devia ser aplaudido por extrair o máximo possível nos pagamentos das empresas petrolíferas pelos recursos angolanos, principalmente se essas receitas fossem usadas na reconstrução e desenvolvimento do país. Em vez disso, tal como foi mencionado no relatório as *Um Despertar Cru*, fontes indicaram que cerca de 400-500 milhões de dólares (do total pago pelo bónus de assinatura dos blocos 31 a 33) desapareceu na presidência para compra de armamento clandestino.¹⁴³ Perante a ausência de esclarecimentos por parte das empresas petrolíferas e do governo angolano, tais pagamentos elevados parecem ser um desperdício para o povo angolano e provavelmente um mau negócio para as empresas e para os seus accionistas.

Sem transparência não há prestação de contas

Desde a publicação de *Um Despertar Cru* em Dezembro de 1999, a Global Witness tem-se envolvido em diálogo com as empresas petrolíferas que operam em Angola. O objectivo tem sido a expansão da responsabilidade social corporativa, através da apresentação de motivos para a publicação dos pagamentos ao governo angolano – um conceito que passará a ser chamado “transparência total”.

Tanto o escândalo *Angolagate* como as investigações da Global Witness demonstram claramente que uma parte significativa das receitas do estado angolano, 87% das quais provêm das receitas do petróleo¹⁵⁰, é desviada pela elite angolana, e que este processo de saque estatal está intimamente ligado ao progresso da guerra.¹⁶⁰ Nestas circunstâncias, os angolanos não têm capacidade para chamar a contas os seus governantes devido à falta de informação acerca das receitas do estado. Uma vez que a informação básica sobre as receitas do governo não estão disponíveis, como pode ser possível para os cidadãos em geral exigir contas sobre os gastos do governo? A falta quase total de liberdade de imprensa simplesmente agrava o problema.

As empresas que operam em Angola, se não cumprirem uma política de transparência total, tornam-se cúmplices no patrocínio de uma guerra privatizada e no saque generalizado do estado numa escala comparável à do presidente Abacha na Nigéria e do presidente Mobutu no antigo Zaire.¹⁶⁰ Não pretendemos dizer que as empresas estão envolvidas *directamente* no saque do estado, ou em pagar subornos, apesar de que algumas sem dúvida o façam. No entanto, uma vez que são as receitas do petróleo que geram a maior parte dos rendimentos do estado que, são depois desviados, as empresas petrolíferas não podem “lavar as mãos” desta relação directa sem divulgar totalmente os pagamentos. A Global Witness está convencida que a adopção de um sistema de transparência, ao revelar as receitas geradas pela indústria petrolífera em Angola, forçará o governo a ser transparente sobre a maioria das receitas, permitindo assim aos cidadãos angolanos exigir contas ao governo sobre a utilização dos bens estatais. A falta de transparência total por parte das empresas também vai contra o espírito da lei n.º. 13/78, que declara que o petróleo de Angola pertence aos angolanos.

A Global Witness lança um apelo às empresas para que publiquem todos os dados relativos a impostos e outros pagamentos feitos a governos nacionais – tal como acontece na Europa, América do Norte e Ásia Austral. Apesar de este relatório incidir sobre Angola, as empresas deveriam publicar esses pagamentos em todos os países onde operam.

Práticas correntes nas declarações de pagamento de impostos

Empresas registadas no Reino Unido

No Reino Unido, as empresas enviam as contas de fim de ano para a UK Registrar of Companies (na Companies House), de acordo com as regras UK Standard Accounting Principles. Estas regras em geral obedecem a Padrões de Contabilidade Internacional. As declarações de pagamento de impostos estão incluídas como “pagamentos fiscais no Reino Unido”, e apresentam valores individuais e agregados, mas “impostos no estrangeiro”, não contém valores individuais.¹⁶¹

Claro que se Angola for o único lugar no estrangeiro onde uma empresa britânica trabalha, então todos os impostos indicados se referem a Angola. Isto acontece com algumas empresas petrolíferas subsidiárias que são estabelecidas para levar a cabo as operações da empresa nesse país; por exemplo, a subsidiária da BP em Angola, é a BP Exploration (Angola) Ltd, que está registada no Reino Unido. No entanto, do ponto de vista do cidadão angolano, este cenário é confuso: antes de poder obter dados sobre pagamentos das empresas petrolíferas, primeiro é preciso saber o nome da empresa e o lugar onde está registada a empresa subsidiária, o que implicaria possivelmente recolher dados de vários lugares internacionais. Esta tarefa torna-se ainda mais complicada pelo facto de a empresa mãe por vezes usar várias empresas subsidiárias que podem estar operacionais por apenas algum tempo.

Em casos piores, se uma empresa estiver registada no Reino Unido e tiver operações em vários países, os dados de pagamento de impostos no “estrangeiro” incluídos no relatório de contas será a soma de vários lugares. Assim, ao se examinarem as contas anuais dessas empresas não se obtêm os pagamentos de impostos em Angola. Em princípio, o cidadão interessado poderia consultar directamente a empresa para obter dados sobre um determinado lugar; mas é claro, no caso de Angola, as empresas petrolíferas não divulgam essa informação.

Empresas não registadas no Reino Unido

Nos Estados Unidos, Europa e outros lugares desenvolvidos, os dados sobre pagamentos de impostos relativos a empresas que operam nesses países podem-se obter facilmente, uma vez que qualquer pessoa pode ir ao departamento equivalente à UK Companies House e requisitar a informação directamente. No entanto, essa informação não se pode obter em Angola nem em outros estados menos controlados. Esta falta de informação é agravada pelo facto de lugares com mais regulamentos não aplicarem às operações no estrangeiro, as mesmas exigências informativas que recaem sobre as operações domésticas.

Uma vez que a informação relevante já está em poder das empresas, mesmo que não seja de fácil acesso, a Global Witness recomenda as seguintes medidas como parte de uma política de “transparência total”:

As empresas mãe deveriam especificar na lista os impostos e outros pagamentos a governos nacionais, em todos os países onde operam – por exemplo, deveriam apresentar os dados nas contas anuais consolidadas, apesar de estarem já contidos nas contas consolidadas das subsidiárias. Os dados devem constar como pagamentos líquidos totais a autoridades do país em questão, e deveriam aparecer nos relatórios anuais para autoridades reguladoras e também nos relatórios anuais de contas da empresa mãe e da subsidiária.

Esses dados devem ser apresentados a nível local e na linguagem nacional do país em questão e do país de origem da empresa.

As empresas mãe deveriam tornar públicos os nomes e os lugares de registo das subsidiárias e também os países onde operam.

Devemos salientar que a publicação destes dados envolve custos irrisórios para a empresa, uma vez que essa informação já está em poder da empresa para a contabilidade interna.

6 Diálogo com as empresas

O DIÁLOGO que se seguiu à publicação do relatório *Um Despertar Cru* em Dezembro de 1999 consistiu em reuniões entre a Global Witness e muitas das empresas em questão.

Incluiu também uma reunião de interessados, que teve como anfitrião o UK Foreign & Commonwealth Office, em Outubro de 2000 em Londres, onde o tema “transparência total” foi um dos principais assuntos em agenda.

Algumas empresas envolvidas neste diálogo responderam favoravelmente ao princípio de transparência total, tanto para Angola como para outras partes do mundo. No entanto, algumas objecções e mal-entendidos vieram à luz durante as reuniões, os quais serão analisados de seguida.

1. Confidencialidade Corporativa

As empresas sugeriram que os pedidos de transparência implicam a publicação de informação corporativa confidencial. Chegou até a dizer-se que a Global Witness estava a sugerir a publicação de dados relativos ao processo de concurso para os blocos de petróleo, durante a sua realização.

Isto é falso. A Global Witness não está interessada no processo de concurso para blocos petrolíferos, quando este está ainda em curso – isso é evidentemente informação confidencial. Poderia aparecer interesse se o processo de concurso envolvesse subornos, ou qualquer tipo de pagamentos, ou se o processo de aquisição do bloco não incluir um concurso aberto. Em condições normais, a altura de revelar ao público os detalhes é depois de ter lugar o concurso e após a escolha do operador e parceiros.

É difícil compreender porque razão os dados sobre os bónus de assinatura e o pagamento de impostos poderão ser considerados confidenciais visto que as empresas fornecem essa informação nos seus respectivos países de origem. É evidente que as empresas estão a usar dois padrões diferentes: transparência corporativa para os países desenvolvidos do Norte, mas algo totalmente diferente para os países em desenvolvimento, do Sul. A Global Witness lança um apelo às empresas para que pratiquem transparência, no mundo inteiro.

2. As empresas petrolíferas internacionais são peças chave

As empresas sugeriram que os pagamentos por elas feitos ao governo angolano não constituem a maior parte das receitas que este recebe do petróleo. Sugeriram sim que a maior parte das receitas provêm das parcerias da Sonangol na exploração dos blocos. Então, se o objectivo é determinar um valor aproximado razoável das receitas do governo, pedir às empresas petrolíferas os dados sobre pagamento ao governo apenas forneceria uma pequena parte da informação necessária.

Há várias razões que invalidam este argumento. Em primeiro lugar, a maior parte das receitas do governo durante a próxima década serão provenientes, cada vez mais, dos impostos pagos pelas empresas petrolíferas. Durante este período, a maior parte das receitas do estado será proveniente dos pagamentos de impostos das empresas, e não pelas parcerias da Sonangol. A



© Jeff Barbee / Panor Pictures

Queima de gás –offshore angolano.

Global Witness chegou a esta conclusão ao analisar o prognóstico da BP-Statoil Alliance para o bloco 17. Para mais pormenores, veja a secção “*Rabo de elefante ou elefante? – a realidade das contribuições das empresas petrolíferas para as receitas do estado angolano*”, à direita.¹⁶²

O valor das contribuições fiscais foi aumentado com bónus de assinatura muito elevados das empresas petrolíferas. Em Julho de 1999, a BP-Amoco, a TotalFinaElf, a ExxonMobil e os seus parceiros, pagaram aproximadamente 870 milhões de dólares em bónus de assinatura para os blocos 31-33, gerando aproximadamente 20% das receitas governamentais desse ano. Apesar de estes pagamentos serem pagamentos únicos, em anos recentes tem havido uma “bonança de leilões de blocos petrolíferos”¹⁵⁵ que tem resultado em pagamentos regulares em dinheiro ao estado angolano. O bloco 34 acordado em 2001, continuou esta tendência com um bónus de 300 milhões de dólares.¹⁶³

Qualquer discussão sobre o significado dos pagamentos feitos pelas empresas ficará incompleta se não se tiver em conta o facto de a maior parte da quota de produção da Sonangol é usada para pagar a dívida angolana. A falta de transparência impossibilita a precisão, mas certas fontes sugerem que os próximos três ou quatro anos de produção petrolífera estão já hipotecados para financiar os empréstimos pedidos (Ver secção *Empréstimos internacionais a Angola – página 51*).¹⁵⁵ A maior parte das receitas governamentais disponíveis (ou seja, receitas após a subtração da quantia necessária para pagar a dívida) continuará portanto a ser proveniente dos impostos e dos bónus pagos pelas empresas petrolíferas.

Esta objecção leva-nos a perguntar também, por que motivo, se os pagamentos das empresas não são importantes, é que as empresas conspiram com o governo para não publicar esses dados de forma clara e transparente.

Rabo de elefante ou elefante? – a realidade das contribuições das empresas petrolíferas para as receitas do estado angolano

As empresas petrolíferas fornecem receitas ao governo através do pagamento de impostos, bónus e prémios, e receitas geradas nas vendas em parceria com a Sonangol, e das concessões da Sonangol. Algumas empresas petrolíferas, no entanto, afirmam que os seus pagamentos fiscais representam uma contribuição mínima, comparada com os lucros que a Sonangol obtém com os acordos de partilha de lucro. Uma empresa usou a analogia de os pagamentos feitos pelas empresas serem apenas “o rabo do elefante e não o próprio elefante”. No entanto, longe de serem “contribuidores minoritários”, a Global Witness revela que, a médio prazo, as empresas petrolíferas são o principal contribuidor directo para as receitas do estado angolano.

A seguinte análise é baseada em cálculos do Environmental Resources Management (Administração dos Recursos Naturais) em 1997, requeridos pela BP-Statoil Alliance para o bloco 17, um bloco de águas profundas que iniciou a produção em Dezembro de 2001.¹⁵⁶ Num futuro próximo, a maioria das receitas de Angola será proveniente destes novos blocos (Ver a secção *A indústria petrolífera angolana actual – página 33*). Apesar de a previsão original da produção do bloco 17 ser exagerada, as contribuições relativas dos impostos das empresas e da parte de lucro da Sonangol mantêm-se.

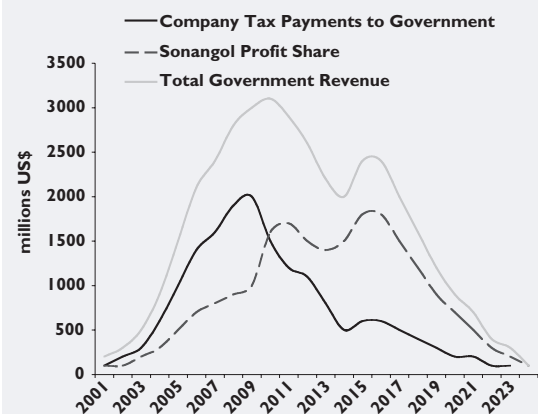
Os dados da BP-Statoil Alliance demonstram que os pagamentos fiscais das empresas petrolíferas constituem aproximadamente 68% das receitas do governo durante os primeiros nove anos de produção. Apenas se atinge paridade entre os pagamentos de impostos e a parte da Sonangol na produção, no ano dez, e de forma global, durante a vida produtiva de um campo, a média das receitas provenientes dos impostos prevê-se que atinja os 43,74%.

Uma vez que a produção petrolífera em Angola vai passando de “joint ventures” para acordos de partilha da produção, como é o caso do bloco 17, a maior parte das receitas do estado começarão a ser geradas por uma forma de pagamentos similar à do bloco 17. Por outras palavras, nos próximos 5 a 15 anos (ou provavelmente mais tempo porque outros blocos serão atribuídos a novos operadores e entrarão em produção), Angola entrará uma fase em que mais de 60% das receitas do governo serão provenientes de pagamentos de impostos por parte das empresas.

A médio prazo, parece que as empresas petrolíferas são o elefante e não o rabo.

Pagamentos de impostos das empresas petrolíferas versus a parte de lucro da Sonangol

Fonte: cálculos da BP-Statoil Alliance para o Bloco 17



para eles” – Pessoa deslocada, início de 2001⁶

“Quando este ataque aconteceu eu

3. O papel do Fundo Monetário Internacional (FMI)

As empresas sugeriram que a melhor forma de progredir seria através da publicação de dados provenientes do estudo do “Diagnóstico do Petróleo” do Programa Monitorizado do FMI.

Apesar de ser importante, a Global Witness acredita que o processo do FMI é insuficiente. Há vários problemas nesta abordagem para que trate de forma eficaz do problema da falta de informação disponível sobre as receitas do petróleo em Angola. Por um lado, pressupõe que o “Diagnóstico do Petróleo” do FMI será realizado meticulosamente (o que depende em grande parte da qualidade da informação fornecida à equipa do Programa Monitorizado); por outro lado, pressupõe que será tornado acessível ao público (o que dependerá do governo permitir a publicação das conclusões obtidas). De qualquer forma, a operação do FMI em Angola não substitui a transparência total das empresas em todos os países onde operam, pois o “Diagnóstico do Petróleo” abrange apenas Angola. Para uma análise mais detalhada (*Ver secção O FMI em Angola – à direita*).

4. Acordos de confidencialidade

As empresas assinaram cláusulas de confidencialidade nos seus acordos de partilha de produção com a Sonangol e estão, por conseguinte, relutantes em publicar dados relativos aos pagamentos.

Esta é uma preocupação pois acrescenta um outro nível de controlo à provisão de dados fornecidos ao público angolano, fornecendo às empresas uma razão para evitarem melhorias a nível da transparência. Acedendo a uma exigência para a existência de um acordo de confidencialidade impedindo a divulgação de dados relativos a pagamentos básicos ao estado, as empresas estão de facto a ajudar e a incentivar a continuação da falta de prestação de contas por parte do governo.

Mas será que cláusula de confidencialidade cobre os pagamentos de impostos ao governo? Opinião legal comercial questiona se as cláusulas de confidencialidade deveriam proibir as empresas de revelarem informações referentes ao pagamento de impostos ao governo angolano. O acordo de partilha de produção é um acordo de parceria entre o contratante (ex. a empresa petrolífera) e a Sonangol, que indica que o sigilo é aplicável apenas às duas partes envolvidas e não às receitas criadas ou aos impostos pagos ao governo. Este facto sugere que as empresas deveriam ter a liberdade para publicarem detalhes sobre as receitas geradas por cada bloco e os resultantes impostos pagos ao governo angolano. Para além disso, a BP tem demonstrado que a agregação de dados relativos a uma vários blocos apresenta uma resposta às preocupações relativas à confidencialidade no que diz respeito aos pagamentos feitos à Sonangol.

Divulguem informações sobre os pagamentos!

Dado o nível extremamente alto de investimento, técnicas de gestão, capacidade técnica, financiamento e experiência necessários para funcionar com sucesso nas águas profundas e ultra-profundas dos blocos de petróleo em Angola, torna-se evidente que poucas empresas possuem a capacidade total para efectuar esta tarefa. Estas empresas são essencialmente os senhores do petróleo – a ExxonMobil, a ChevronTexaco, a TotalFinaElf, a BP-Amoco e a Royal Dutch/Shell – e alguns dos principais da indústria tais como a Norsk Hydro e a Statoil, embora estes possam necessitar de parcerias com outros, dada a carga financeira necessária para o desenvolvimento de cada bloco.

Como resultado, existem apenas alguns verdadeiros participantes no mercado do petróleo, e a Global Witness é da opinião que estes deveriam formular uma abordagem comum ao assunto relativo à transparência, no sentido de assegurar que qualquer cláusula de confidencialidade assinada não inclui confidencialidade no que diz respeito aos pagamentos básicos feitos ao estado. É pouco provável que um acordo comum em se publicar dados relativos aos pagamentos resulte na transferência de blocos petrolíferos para outros interessados.

De qualquer maneira, é evidente que já existe uma quantidade de informação que sai do sistema. Por exemplo, os consultores Wood Mackenzie aparentam ter grande acesso a esses dados, os quais se encontram comercialmente disponíveis. Este escape de informações não remove qualquer obrigação por parte das empresas: é claramente inaceitável esperar-se que os angolanos comuns tenham que pagar grandes quantias a consultores estrangeiros para poderem obter informações relativas aos seus próprios recursos. Os benefícios da confidencialidade são ainda questionados devido ao facto que a Sonangol divulgou publicamente o valor dos bónus de assinatura para os blocos 31-33 durante a conferência sobre o petróleo realizada em Londres em 1999.¹⁵³

O FMI em Angola

No início de Abril de 2000, o governo angolano e o FMI iniciaram um programa em Angola para reduzir a inflação, melhorar a transparência das operações no sector público e começar a implementar reformas estruturais críticas – designadas como o Programa Monitorizado – PM (*Staff Monitored Programme – SMP*). O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o seu parceiro, o Banco Mundial, consideram o PM como um primeiro passo necessário para assegurar o apoio financeiro internacional no âmbito dum programa de recuperação económica.¹⁶⁴ Por outras palavras, é implicitamente reconhecido que após o PM, o FMI poderia entrar em negociações sobre um programa financeiro no país. O PM inclui um exercício conhecido como o “Diagnóstico do Petróleo”, que não é uma auditoria completa dos rendimentos do petróleo, nem um estudo retrospectivo que examina acusações passadas de delapidação dos fundos do Estado. Em vez disso, o estudo só tem como objectivo verificar se a quantidade de rendimentos gerados pelas empresas petrolíferas durante o último ano é o mesmo que a quantia depositada no Banco Nacional de Angola.¹⁶⁵ Este exercício contabilístico seria utilizado para formar oficiais angolanos.

O Diagnóstico do Petróleo é de grande importância uma vez que é potencialmente uma ferramenta poderosa para conseguir transparência no sector petrolífero. No entanto, há diversos problemas no modo como o processo foi estabelecido, que são complicados pelo facto de recentemente terem havido vários atrasos no fornecimento de informação ao FMI e ao Banco Mundial.¹⁶⁶

O acordo inicial para fazer o Diagnóstico do Petróleo foi assinado em Abril de 2000, apesar de só ter sido posto em prática depois de Novembro de 2000 quando o governo angolano anunciou que tinha dado um contrato de 1,6 milhões de dólares americanos à KPMG, uma empresa internacional de contabilidade e consultoria. A missão da KPMG consistia em duas fases:¹⁶⁵

A Fase I devia envolver uma avaliação inicial da situação actual. A KPMG tinha que reunir e avaliar a informação relevante para o ano mais recente, numa base de dados, incluindo estimativas actuais de reservas de petróleo provadas e prováveis, o volume de produção de petróleo actual e previsto, o volume total das exportações e o valor das mesmas, e a divisão dos recibos do petróleo das vendas entre as empresas em operação, a Sonangol e o governo. Para isso, foram pedidas as versões finais disponíveis das auditorias privadas das contas das empresas petrolíferas e entidades públicas como a Sonangol e o Banco Nacional de Angola. Particular atenção teria que ser dada à operação das instituições financeiras, como o “Cabinda Trust”, e o “Soyo Palanca Trust”, facilidades de crédito dadas à exportação de governo para governo, assim como a situação de dívida cruzada entre entidades relevantes como a Sonangol, o Banco Nacional e o Ministério das Finanças.

Com base na informação recolhida, os consultores deveriam fazer uma projecção a 5 anos dos rendimentos previstos das operações petrolíferas e instituir um sistema de monitorização para comparar as projecções com os rendimentos de facto recebidos. A KPMG tinha que formar os colegas angolanos sobre os procedimentos utilizados e fazer um relatório das variações observadas.

estava a lavar no rio. Quando regresssei algumas pessoas disseram-me que a



Sem prestação de contas relativas às receitas do governo, qual será o futuro da enorme quantidade de crianças angolanas deslocadas dentro do próprio país?

Um relatório final extenso devia ser preparado 18 meses depois do início do projecto. Deviam ser feitas recomendações ao governo para melhorar as disposições regulamentares institucionais e a transparência em transacções financeiras relacionadas com o petróleo, e copiadas para o Banco Mundial e o FMI.

A Fase II do Diagnóstico do FMI cobria a manutenção e monitorização dos rendimentos. Previa-se que esta fase envolvesse 15% do esforço total e durasse 12 meses mais durante os quais os peritos de contas da KPMG se deveriam assegurar de que o sistema de monitorização e a base de dados eram preservados, e completar a formação dos colegas angolanos.

Se implementado completa e meticulosamente, e se os relatórios devidos fossem disponibilizados ao público, o estudo do Diagnóstico do Petróleo poderia certamente criar uma maior transparência e responsabilidade na gestão dos rendimentos do petróleo em Angola. No entanto, houve uma série de limitações graves. A organização *Human Rights Watch* fez uma crítica detalhada.¹⁶⁷ As objecções relevantes incluem:

O governo de Angola tem revelado falta de vontade em se empenhar determinadamente para divulgar os relatórios da KPMG, apesar de um dos objectivos principais do diagnóstico ser a transparência.¹⁶⁷ As recentes ameaças da Sonangol às empresas petrolíferas no que diz respeito a uma potencial divulgação dos rendimentos dos impostos claramente demonstram o menosprezo do governo pela transparência (*Ver secção Respostas das empresas – página 41*).

O governo de Angola tem que se empenhar firmemente em tornar públicos todos os relatórios do Diagnóstico do Petróleo assim que estiverem disponíveis e tem que assegurar que são divulgados dentro do país em português. Tendo em conta a possível natureza grave das recomendações que serão feitas no relatório final da KPMG, é essencial

que o governo de Angola o publique por completo, e informe o público angolano sobre a implementação dessas recomendações.

O FMI e o Banco Mundial têm que insistir que o governo publique estes relatórios como condição explícita de cooperação futura. Recentemente, o FMI disse à Global Witness que passaram a exigir a publicação de informação periódica sobre o fluxo dos rendimentos do petróleo como condição para assistência adicional.¹⁶⁶ Esta posição tem que ser mantida para que o processo tenha qualquer tipo de credibilidade.

O Diagnóstico do Petróleo não inclui nenhuma análise retrospectiva sobre dados de rendimentos anterior ao começo do exercício, apesar de alegações feitas pela Global Witness e outras organizações de pre-financiamento dissimulado para negócios de armas. Prevê-se que a KPMG examine dados anteriores até 1998, como base de comparação com a produção e rendimentos actuais, mas não é claro se estes dados serão incluídos nos relatórios do Diagnóstico. Informação anterior a 2000 deveria ser incluída, especialmente considerando que pagamentos elevados em dinheiro em bônus de assinatura foram feitos ao – e aparentemente desviados do – Estado em 1998 e 1999.

Os termos de referência do Diagnóstico também não incluem provisões para contas detalhadas e públicas em resposta às divergências identificadas pela KPMG. O governo só precisa de fornecer “explicações suficientes” para os fundos desaparecidos; a capacidade da KPMG de explicar estas divergências depende por isso completamente da qualidade da informação que lhe é proporcionada. Apesar de que em alguns casos as divergências podem ser devidas a flutuações nos preços do petróleo, noutros casos podem ser causadas por desvio de dinheiro para compras clandestinas de armas ou devido a pagamentos disfarçados de empréstimos através da Sonangol.

Os termos de referência do Diagnóstico declaram explicitamente que este não é uma investigação sobre o uso ou abuso dos rendimentos do petróleo por indivíduos no governo. É por isso de importância crítica que o governo forneça – e as instituições multilaterais de empréstimo insistam em receber – uma explicação mais detalhada, verificável e pública destas divergências.

As provisões para a criação de capacidade são limitadas e ineficazes. Espera-se que o governo tome conta da monitorização directa depois do relatório final da KPMG. Relatórios sugerem que existem problemas estruturais importantes na separação das funções entre o Banco Central, o Ministério das Finanças e a Sonangol.^{166,168} Na verdade, o próprio governo reconhece que a Sonangol, por exemplo, opera de modo antiquado, remanescente do recente passado socialista de Angola, em que se “permitia uma clara interferência do governo na gestão das empresas estatais, ela [a Sonangol] era chamada a realizar pagamentos a favor de instituições do estado e personalidades sem nenhuma contrapartida. [...] sem que tais ordens partam do tesouro nacional, se defina a natureza desses pagamentos [...], ou de se assegurar o fluxo de informações correspondente ao Tesouro Nacional e ao BNA de modo a que possam, pelo menos, fazer o seu registo”.¹⁶⁹ Por isso, o Banco Mundial e o FMI devem continuar a supervisionar directamente o progresso do Diagnóstico até o governo demonstrar adequadamente a sua capacidade de informar o público sobre estes assuntos.

Até agora, o Diagnóstico não está a seguir a trajectória devida. O processo foi testemunha de um número de atrasos que podiam aparentemente ser evitados; por exemplo, a KPMG não recebeu o primeiro relatório do governo, previsto para Abril de 2001. O FMI enviou uma missão em Julho de 2001 para analisar a implementação do PM durante os seis meses anteriores.¹⁶⁸ Devido à falta de progresso substancial, o FMI foi forçado a levar as discussões até Outubro; finalmente, uma série de objectivos macroeconómicos indicativos e uma série de medidas transparentes a ser adoptadas durante o resto de 2001 foram acordadas com o governo de Angola.¹⁶⁸ Estas medidas incluíam o empenho do governo em publicar os dados sobre o petróleo e outros rendimentos e contratar uma empresa independente internacional para implementar padrões contabilísticos internacionais na Sonangol.¹⁶⁸ No entanto, a visita do FMI em Outubro não teve lugar e o governo declarou que os requisitos do FMI eram difíceis de alcançar devido à falta de capacidade institucional.¹⁶⁹ Finalmente, em Fevereiro de 2001, o FMI declarou a existência de problemas com o prosseguimento do PM. O envolvimento do FMI em Angola passou a resumir-se às consultas regulares no âmbito do artigo IV; contudo, o Diagnóstico do Petróleo parece não ter sido abandonado.²³⁴

Outro ponto-chave é que, independentemente da falta de capacidade de qualquer análise retrospectiva, é imperativo que o Diagnóstico investigue por completo as divergências actuais dos fluxos de rendimentos para poder explicar a quantidade de empresas off-shore e estruturas lançadas para saquear o Estado.

A Global Witness acredita que qualquer discussão relacionada com um possível apoio do FMI ou do Banco Mundial é prematura a não ser que os pontos levantados acima sejam efectivamente resolvidos.

7 Progressos até à data

APESAR DAS OBJECÇÕES acima delineadas, várias empresas petrolíferas começam a aceitar a necessidade de maior transparência sobre os pagamentos feitos aos governos nacionais. No entanto, o grau de aceitação da transparência total por parte das principais empresas e as acções concretas demonstrando as intenções das mesmas não são uniformemente claras. Por este motivo, em Janeiro de 2001, a Global Witness enviou uma carta a todos os presidentes do conselho de administração (PCA) de todas as empresas presentemente com operações em Angola¹⁷⁰. Esta carta manifestava a preocupação relativa ao assunto da cumplicidade na pilhagem do estado e financiamento indirecto da guerra em Angola, concluindo:

“Sentimos ser apropriado escrever aos PCAs de todas as empresas petrolíferas presentemente a funcionar em Angola, no sentido de determinar as suas opiniões pessoais sobre a transparência relativa aos pagamentos das empresas petrolíferas aos governos nacionais. A principal questão é se as empresas petrolíferas desejam continuar a ser parte do problema ou se têm a imaginação para se tornarem parte da solução, resultando em grandes benefícios para os países em questão, uma provável redução nas suas despesas gerais, uma possível boa reputação e a oportunidade de ter um impacto importante na limpeza da corrupção internacional – a oportunidade de facto [através de acção cooperativa], de reduzir a competição, o que sabemos ser uma das principais queixas de algumas empresas.”

Respostas das empresas

Algumas empresas responderam positivamente. Estas respostas foram variadas mas demonstraram que o assunto da transparência total é um assunto de preocupação. Outras empresas não apresentaram qualquer resposta. Houve também empresas que se mostram interessadas no assunto mas que se recusaram a apresentar as suas opiniões por escrito.

BP-Amoco

Numa carta à Global Witness, com a data de 6 de Fevereiro de 2001, Richard Oliver, o Administrador do grupo BP-Amoco, declarou que, para além de manter um diálogo regular com o Banco Mundial e o FMI sobre Angola, a empresa pretendia divulgar anualmente as informações seguintes sobre as suas operações no país:¹⁷¹

1. Produção líquida total por bloco
2. Pagamentos agregados pela BP à Sonangol no que diz respeito aos termos do acordo de partilha de produção.
3. Totalidade dos impostos pagos pela BP ao governo angolano.

Para além disso, a BP clarificou que as informações sobre o seu recente bónus de assinatura no valor de US\$111.689.000 pagos pelo bloco 31, do qual a BP possui 26.7%, podem ser encontradas no relatório anual BP Exploration (Angola) Ltd's 1999 apresentado à Companies House. Esta revelação não representa qualquer mudança de política da BP, pois a empresa tinha a obrigação de fornecer estas informações segundo a lei relativa às empresas do Reino Unido.

A BP declarou que existe uma necessidade de se

Nas nossas acções e negócios com outros, iremos apenas... prometer o que podemos entregar, comprometermo-nos com o que temos a intenção de cumprir, não enganar ninguém deliberadamente e não participar ou tolerar práticas de negócio corruptas ou inaceitáveis.

Compromisso de conduta ética da BP-Amoco

agrupar os dados referentes aos vários blocos em que têm holding, quer como operadores quer como sócios, para evitar violar detalhes específicos relativos ao acordo de confidencialidade com a Sonangol. Não está ainda claro como a empresa pretende divulgar os dados agrupados, pois embora a BP tenha interesses em vários blocos no offshore angolano, apenas o bloco 17 está presentemente em funcionamento.

O anúncio da BP foi alvo de uma resposta extraordinária por parte da Sonangol, numa carta posteriormente enviada a todas as empresas petrolíferas a funcionar em Angola, como uma ameaça velada no caso de estas publicarem informações referentes aos pagamentos efectuados. A carta da Sonangol, elaborada num estilo pouco moderado, acusa a BP de publicar dados confidenciais não especificados e ameaça invocar o Artigo 40 do acordo de partilha de produção, que estipula que: “*sem prejudicar as provisões da lei geral de qualquer cláusula contratual, a Sonangol pode tomar medidas no sentido de terminar este acordo se o contratador ... revelar informações confidenciais relacionadas com as Operações do Petróleo sem que tenha obtido previamente a necessária autorização para o fazer*”.

Segue-se uma reprodução da carta da Sonangol:

Exmo Senhor,

Foi com grande surpresa e alguma incredulidade que tomamos conhecimento, através da imprensa, que a vossa companhia tem vindo a divulgar informações sobre a actividade petrolífera em Angola, algumas das quais de carácter estritamente confidencial.

De acordo com alguns meios de comunicação social, a vossa empresa, através de carta datada de 06/02/01 subscrita pelo Sr. Richard Oliver, prometeu continuar a fornecer tais informações no futuro, violando gravemente o estatuido nos contratos assinados com a Sonangol.

Na sequência deste assunto, estamos a efectuar algumas diligências no sentido de confirmar a veracidade das informações que têm sido publicadas, o que a confirmar-se, constitui motivo suficiente para a aplicação das medidas estabelecidas no Artigo 40 do PSA, ou seja, a rescisão do contrato.

É do nosso conhecimento que, nos últimos tempos, algumas companhias petrolíferas têm sofrido pressões por parte de alguns grupos organizados que utilizam todos os meios, em nome de uma pseudo transparência da acção governativa legítima, numa campanha orquestrada contra algumas instituições angolanas.

A Sonangol, como concessionária nacional, tem plena consciência de que não se devem misturar as relações económicas que mantém com a vossa companhia, com outro tipo de relações, objectivando alcançar falsos protagonismos ou obter notoriedade, através de meios que violam gravemente as relações contratuais livremente estabelecidas.

Assim sendo, sugerimos vivamente que a vossa empresa respeite escrupulosamente os acordos assinados com a Sonangol, bem como a legislação angolana, nomeadamente em matéria de confidencialidade da informação.

Relembramos que existem canais próprios para veicular todo e qualquer tipo de informação autorizada, canais esses que devem ser respeitados.

Precisando a gravidade da situação e caso se verifiquem danos morais ou materiais pela atitude tomada pela vossa empresa, reservamo-nos o direito de tomar as convenientes medidas, caso sejam confirmadas as informações veiculadas pela imprensa. O mesmo vale para o caso de tal procedimento voltar a repetir-se.

Finalmente e no intuito de preservar as boas relações que sempre mantivemos com as várias empresas petrolíferas que operam em Angola, desencorajamos vivamente os nossos parceiros a tomarem atitudes similares no futuro.

Sem outro assunto de momento, queiram aceitar os nossos melhores cumprimentos.

aldeia. Ela viu a Unita fechar o meu pai, a minha irmã, o meu avô, a minha

A reacção agressiva da Sonangol demonstra para além de qualquer dúvida que o governo angolano tem pouca ou nenhuma intenção de permitir um maior escrutínio público no que diz respeito às receitas originárias dos recursos naturais. Além do mais, coloca também a Sonangol numa posição fundamentalmente em contradição com o espírito do Diagnóstico do Petróleo do FMI.

Se as acções do governo são “legítimas”, por que razão a Sonangol apresenta objecções à transparência? Porque razão é a transparência total que “certos grupos organizados” como a Global Witness é considerada apenas “pseudo-transparência?” A carta revela também uma confusão infeliz e reveladora na mente do Sr. Vicente entre a Sonangol – uma empresa – e a administração actual do governo angolano. Ademais, as próprias ameaças da Sonangol são questionáveis pois é pouco provável que a cláusula de confidencialidade do acordo de partilha de produção englobe os pagamentos feitos ao governo.

A carta da Sonangol revela que as empresas petrolíferas com operações em Angola estão numa posição difícil. Ou enfrentam riscos graves a nível de reputação ou a nível das suas operações: se publicam dados, correm tanto o risco de retaliação por parte de interesses velados como o de enfrentar acusações de cumplicidade na pilhagem e má administração das receitas do estado.

A ameaça deste tipo de retaliação é um argumento óbvio para que os governos do hemisfério norte e seus reguladores financeiros obriguem legalmente as empresas a publicarem dados relativos aos pagamentos efectuados a todos os governos nacionais. Uma obrigação legal tiraria a decisão de revelar estas informações das mãos das empresas, e impediria a ameaça de não cumprimento das provisões de sigilo. A divulgação obrigatória dos pagamentos iria também

reduzir a competição, impedindo que as empresas mais transparentes e com mais princípios sejam ultrapassadas por competidores menos escrupulosos.

(Ver secção *Regulando a divulgação de pagamentos* – página 47).

A Global Witness considera os procedimentos da BP uma contribuição importante para a transparência em Angola; no entanto, a sua declaração teria sido mais eficaz se fizesse parte de uma coligação mais ampla, pois, para se obter uma aproximação do valor das receitas originárias do sector petrolífero angolano, é necessário que todas as empresas principais revelem os seus pagamentos, sendo claramente menor o risco de retaliação se todas as empresas se mostrarem unidas. Todavia, a BP tem demonstrado claramente que o assunto da transparência total dos pagamentos efectuados aos governos nacionais está agora na ordem do dia da responsabilidade social das empresas, ampliando este debate ao domínio da responsabilidade contabilística. Ao fazê-lo, a empresa criou um novo conjunto de normas internacionais a que todas as empresas deviam aderir, incluindo a própria BP.

Statoil

O Director e PCA da Statoil, Olav Fjell, escreveu à Global Witness a 15 de Fevereiro de 2001¹⁷³ referindo a obrigação empresarial de divulgação de informações segundo a actual lei norueguesa. A Statoil parece ter várias subsidiárias com interesses em vários blocos de petróleo em Angola. Estas são:

- “Statoil Angola AS”, responsável pelos interesses da empresa no bloco 31 em Angola.
- “Statoil Angola Block 15 AS”, responsável pelos interesses no bloco 15.
- “Statoil Angola Block 17 AS”, responsável pelos interesses no bloco 17.

Kuito bombardeado, Angola.



cunhada e quatro crianças dentro de uma casa e incendiá-la. ... Eles levaram

Segundo ao direito das sociedades norueguês, cada uma destas empresas é obrigada a preencher separadamente detalhes relativos aos pagamentos de impostos e bónus de assinatura em cada relatório anual e registos contabilísticos. Estes relatórios estão arquivados em “Brønnøysund Register of Annual Company Accounts”, Havnegata 48, 8910 Brønnøysund, Noruega. Todos estes documentos são do domínio público.

A Statoil antecipa que o bloco 17 (operado pela TotalFinaElf) inicia a produção do campo “Girassol” em 2002 (na realidade, o funcionamento teve início em Dezembro de 2001) e que os registos contabilísticos anuais da Statoil Angola bloco 17 AS apresentarão os pagamento de impostos ao governo de Angola na altura apropriada de arquivo de final de ano.

Ademais, a Statoil arquivou o registo contabilístico referente a 1999, e o relatório da “Statoil Angola AS” apresenta o pagamento de um bónus de assinatura para o bloco 31 (13,3% do qual pertence à Statoil) no valor de NOK454.833,824 sob a Anotação 4 (US\$58.355.179).¹⁷⁴

A Statoil parece ter todo o interesse em demonstrar que o seu nível de transparência em relação aos seus pagamentos efectuados ao governo de Angola está de acordo com o máximo exigido pela lei norueguesa para os operadores noruegueses. É um facto que na Noruega é fácil encontrarem-se dados relativos aos pagamentos efectuados ao governo angolano, tais como aqueles efectuados ao governo da Noruega. Este facto significa certamente que a empresa funciona com um maior nível de transparência que a maioria. No entanto, disponibilizar dados da empresa relativos a pagamentos efectuados ao governo angolano na Noruega não significa o mesmo que disponibilizar essas informações aos angolanos, em Angola.

Royal Dutch/Shell

A 14 de Fevereiro de 2001, o porta-voz do Grupo Royal Dutch/Shell¹⁷⁵ declarou, em resposta a pedidos para a transparência total “estamos a ponderar numa resposta. Como princípio geral, temos um compromisso para com a abertura e a transparência.”

A Global Witness recebeu subsequentemente uma carta¹⁷⁶ do então presidente Sir Mark Moody-Stuart, datada de 19 de Fevereiro de 2001, na qual ele declarava que, “sempre que possível, estas revelações [publicação de pagamentos efectuados pelas empresas aos governos nacionais – adição da Global Witness] devem ser feitas.” Ele referiu, como observação geral, que para se obter uma visão completa seria necessário combinar-se a declaração destes pagamentos efectuados pelas empresas com a publicação dos dados obtidos através de um “programa de monitorização do petróleo”, tal como o levado a cabo pela KPMG em Angola.

TotalFinaElf

Embora a TotalFinaElf não tenha respondido à carta da Global Witness, parece ter tentado aproveitar a declaração feita pela BP. A Global Witness teve conhecimento de várias declarações da imprensa que pressupunham que a TotalFinaElf tinha equiparado a declaração da BP sobre a transparência em Angola. De acordo com a *Reuters*,¹⁷⁵ a 14 de Fevereiro de 2001, e aparentemente em resposta ao comunicado de imprensa da Global Witness sobre a carta da BP, a TotalFinaElf anunciou que tinha entregue “informações exactas técnicas e financeiras” ao estudo de Diagnóstico do Petróleo do FMI. O porta-voz da TotalFinaElf foi citado como tendo dito “funcionamos em Angola tal como funcionamos no resto do mundo. Temos cuidado para não quebrarmos qualquer lei local, francesa ou internacional.” Acrescentou, “somos uma empresa petrolífera. Não somos uma organização política. Não temos nada a esconder sobre o que fazemos em Angola”.

A cooperação com a equipa do FMI em Angola é o



TotalFinaElf – tornar-se-á transparente?

mínimo absoluto que se pode esperar das empresas com operações nesse país. Se não for esse o caso, as empresas estariam activamente a sabotar uma das principais instituições inter-governamentais. Estas acções, no entanto, não constituem transparência pública. A afirmação de que a empresa não é uma organização “política” sugere que a publicação dos pagamentos efectuados ao governo angolano é uma declaração política. Ora, tal é erróneo pois pode igualmente aplicar-se ao facto que a empresa opta por não publicar os dados relativos aos pagamentos efectuados.

Se, como o porta-voz da empresa diz, “a empresa não tem nada a esconder sobre o que faz em Angola”, porque razão não publica essas informações?

BHP Petroleum

A BHP escreveu à Global Witness a 14 de Março de 2001¹⁷⁷. A empresa afirmou que não está presentemente a produzir petróleo em Angola e que por conseguinte não é possível a publicação de informações relativas aos pagamentos efectuados ao governo angolano. Numa carta posterior, enviada a 1 de Março de 2001, no sentido de clarificar a sua posição no que diz respeito a receitas futuras, a empresa declarou que iria reconsiderar a revelação de informações sujeita às “restrições de qualquer cláusula de confidencialidade que possam estar em vigor nessa ocasião. Entretanto, continuaremos a cooperar com o estudo da KPMG referente ao sector petrolífero angolano.”¹⁷⁸

A Global Witness apela para que a BHP reconsidere a sua posição no que diz respeito à transparência total e se junte a um consenso emergente sobre a necessidade da revelação de informações sobre os pagamentos, prévio ao início de qualquer produção no país. A empresa deveria também publicar dados referentes aos pagamentos de bónus de assinatura previamente efectuados.

Petrobras

A subsidiária da Petrobras Internacional em Angola enviou à Global Witness uma carta com a data de 7 de Maio de 2001¹⁷⁹. A empresa declarou ter “há muito tempo uma política para todas as suas actividades...no sentido de

tudo o que havia na aldeia, todas as cabras, as vacas e as roupas. Levaram



De que maneira é a falta de transparência da Sonangol consistente com a sua auto-imagem de “uma força no desenvolvimento de Angola”?

conduzir todas as suas transacções comerciais de uma forma ética e responsável”. No entanto, no que diz respeito ao assunto dos impostos e licenças, a carta continuava da seguinte maneira “podemos garantir [sic] que a empresa tem estado a cumprir todos os seus compromissos seguindo estritamente as provisões dos contractos assinados com os países anfitriões.”

A Petrobras tem também adoptado uma posição positiva no que se refere à transparência – pelo menos no que diz respeito à transparência relativa aos pagamentos de contribuições sociais e de impostos pagos às autoridades locais e federais do Brasil.¹⁸⁰ Podem-se encontrar alguns dados no seu website sob o título “Impostos de renda relativos à finança & serviços no estrangeiro”, embora não seja claro o que este título representa. Pode, na melhor das hipóteses, representar os impostos pagos em todos os países onde têm operações, simplesmente agregados. A Global Witness recomenda que a empresa alargue a sua preocupação para com a transparência, praticando a transparência total para todos os seus países de operação. Além disso, as outras empresas deveriam seguir o exemplo do formato de apresentação de pagamentos de impostos no website da Petrogas, pois é significativamente melhor, num ponto de vista de acesso público, do que o que temos visto através de simples arquivos de registo.

Outras empresas – estarão a evitar o assunto?

Por ocasião da publicação deste relatório, as outras grandes empresas, incluindo a ExxonMobil, a Chevron e a TotalFinaElf não tinham respondido ao inquérito da Global Witness, e não publicaram ainda quaisquer comunicados de imprensa em relação a este assunto. Este é um factor de grande preocupação, sobretudo dada a posição dominante em termos do petróleo actualmente a ser produzido pelas operações da Chevron e da TotalFinaElf.

Simultaneamente, parece existir uma cultura de hipocrisia pois estas empresas parecem estar desejosas por

Programas sociais de empresas

Qualquer visitante a Angola rapidamente se vê frente a um dos diversos projectos sociais das empresas petrolíferas. Estes projectos de boa vontade variam mas incluem geralmente escolas, instalações médicas, reconstrução de edifícios, etc. Apesar de ser difícil condenar este tipo de iniciativas, elas são insignificantes quando comparadas com a política de cumplicidade com a má gestão e saque dos rendimentos do petróleo em Angola pela elite no poder. Este tipo de filantropia corporativa por parte das mesmas empresas que escolhem tirar o poder à sociedade civil por não serem transparentes sobre os pagamentos que fazem aos governos, parece mais uma tentativa de apaziguar a consciência do que promover cidadania responsável a nível global.

Também há dúvidas sobre a gestão desses projectos e se não escondem subornos à elite no poder.^{160,190} De momento, a Global Witness não se concentra na análise dos programas sociais das empresas petrolíferas, mas julga necessário que as contas de todos os programas sociais sejam regularmente verificadas por uma entidade independente que analise tanto o objectivo como o valor do projecto, para verificar se vale realmente o proposto. Os resultados devem ficar disponíveis no país relevante.

Estas preocupações são intensificadas por um discutível programa conjunto de desenvolvimento, de 40 milhões de dólares americanos, entre a Sonangol e as empresas petrolíferas internacionais, o qual as empresas realizaram em 2001. Se este programa fosse bem gerido, segundo os princípios acima, poderia ser uma boa iniciativa, mas quaisquer que sejam os méritos, as empresas petrolíferas devem tomar nota do facto que os projectos de boa vontade não substituem transparência por parte das empresas sobre pagamentos ao governo de Angola.

sugerir que o seu comportamento está para além de qualquer crítica. A Exxon afirma “o compromisso da Exxon em cada país e em cada comunidade em que estamos activos, é o de conduzir as nossas transacções comerciais negócios de acordo apenas com os mais altos padrões éticos e de integridade.”¹⁸¹ Da mesma maneira a Chevron garante que, “vamos levar a cabo os nossos empreendimentos de uma maneira social e eticamente responsável... Vamos respeitar a lei, apoiar os direitos humanos universais e melhorar a qualidade de vida das comunidades onde trabalhamos.”¹⁸²

É interessante observar que uma consulta ao website da TotalFinaElf não revela quaisquer comentários relacionados com a posição da empresa no que diz respeito a responsabilidade social corporativa e comportamento ético.¹⁸³ Algumas fontes indicam que, a empresa produziu de facto um documento de dez páginas enumerando pormenorizadamente a sua política ética.¹⁸⁴ No entanto, parece que a TotalFinaElf não está muito interessada em divulgar a existência de tal documento. Este documento representa mais uma declaração de intenção por parte da empresa do que uma orientação política. Qualquer compromisso real pela empresa não pode ser avaliado enquanto estas declarações continuarem a não estar disponíveis ao público e a não serem sujeitas a uma auditoria.

Os pedidos para a transparência total obviamente aplicam-se também à Sonangol. No entanto, as objecções violentas desta empresa à política de transparência total da BP sobre os pagamentos efectuados ao governo angolano, significam que a Global Witness não antecipa qualquer mudança rápida por parte da empresa no que diz respeito à transparência.

Embora a Sonangol tenha minado o espírito do Programa Monitorizado do Staff do FMI, esta instituição deve continuar a pressionar a empresa e a exigir a transparência total como uma condição para continuar com qualquer auxílio multilateral a Angola.

Responsabilidade social das empresas – sentimento genuíno ou simples relações públicas?

A Responsabilidade Social das Empresas é geralmente vista como “o conceito de que uma empresa é responsável pelo seu impacto sobre todos os interessados relevantes”.¹⁹¹ Os interessados são tradicionalmente vistos como os que sofrem o impacto directo das operações da empresa. No entanto, esta delimitação de responsabilidade é arbitrária e limitada e a Global Witness acredita que, no que diz respeito ao sector de recursos naturais, o conceito de Responsabilidade Social das Empresas (RSE) também deve incluir as pessoas que, em última instância, possuem esses recursos – ou seja, a população geral do país. Esta relação está claramente declarada na lei angolana nº 13/78, aonde está estabelecido que “todos os depósitos de hidrocarbonetos líquidos e gasosos ... pertencem ao povo angolano, sob a forma de propriedade pública.” Não publicando o que pagam, todas as empresas não transparentes que operam em Angola estão a violar os verdadeiros princípios de RSE uma vez que a sociedade civil e a população em geral estão a ser deliberadamente excluídas do diálogo sobre a administração dos seus recursos em Angola. Por isso, a Global Witness argumenta que a definição de responsabilidade corporativa tem que estar ligada à operação de práticas de negócios transparentes e justificáveis.

Há um reconhecimento gradual desta definição mais ampla de RSE, e uma necessidade de incluir medidas que façam com que as empresas sejam responsáveis pelas suas acções. Diversos fóruns internacionais já estabeleceram, ou estão a estabelecer, a transparência dos pagamentos das empresas a governos nacionais como parte das suas práticas mais extensas. Na realidade, diversas multinacionais petrolíferas em Angola já subscreveram a estes princípios gerais em virtude de serem assinantes de certos códigos voluntários de bom comportamento corporativo, como se descreve de seguida.

Iniciativa Global para a Divulgação de Informação

A Iniciativa Global para a Divulgação de Informação – IGDI (*Global Reporting Initiative – GRI*) foi estabelecida em 1997 pela *Coalition for Environmentally Responsible Economies – CERES* juntamente com a UNEP para desenvolver “directivas aplicáveis globalmente para informar sobre o desempenho económico, ambiental e social” e para fazer com que “relatórios sobre sustentabilidade sejam tornados rotina e tão credíveis como os relatórios financeiros, em termos de comparação, rigor e verificação.”¹⁹² Em parte, a IGDI é um exercício em controlo de qualidade – há cerca de 2000 empresas mundialmente¹⁹² que produzem relatórios sobre diversos aspectos do seu desempenho económico, social e ambiental mas, na maioria dos casos, actualmente, a informação é “inconsistente, incompleta e não verificada.”¹⁹²

Os indicadores económicos que a IGDI adopta incluem uma relação detalhada dos lucros, rentabilidade do capital utilizado e dividendos por região geográfica.¹⁹³ Especificamente na secção 6.51, as directivas recomendam que as empresas participantes devem publicar “os impostos pagos a todas as autoridades fiscais.”¹⁹³

A Shell, Texaco,¹⁹⁴ TotalFinaElf, e a Halliburton (uma empresa de serviços à indústria petrolífera) empenharam-se em rever as Directivas de Sustentabilidade da Informação e estão a considerar publicar um relatório completo de sustentabilidade.¹⁹⁵ Apesar destas empresas terem, em teoria, feito um esforço constructivo na revisão destas directivas, é necessário e urgente esclarecer se o seu empenho actual implica que irão começar a dar informação sobre “os impostos a todas as autoridades fiscais”.

Directivas da OCDE para as Empresas Multinacionais e Princípios de Administração Corporativa

Tanto as Directivas revistas da OCDE para as Empresas Multinacionais em 2000 como os Princípios de Administração Corporativa de 1999 reconhecem a importância da divulgação de informação. A Secção IV dos Princípios sobre “divulgação e transparência” nota que “um forte regime de divulgação é uma característica essencial da monitorização das empresas com base no mercado e é um poderoso instrumento para influenciar o comportamento das empresas e para proteger os investidores”.¹⁹⁶ No pós-Enron, pode alguma entidade corporativa permitir-se não fazer de tais declarações o padrão das práticas de negócios?

O regime de divulgação sugerido envolve que as empresas assegurem que sejam feitas as revelações correctas e em tempo devido sobre todos os assuntos materiais relacionados com a corporação, incluindo a situação financeira, desempenho, propriedade e administração da empresa e que tal “informação deverá ser preparada, verificada e revelada de acordo com elevados padrões de contabilidade, divulgação financeira e não financeira e peritagem contabilística.”¹⁹⁷ Mais especificamente, os Princípios denotam que “é importante que as transacções com todo um grupo sejam reveladas. Pode-se argumentar que as falhas na administração podem muitas vezes ser ligadas à falta de divulgação do “quadro” completo, especialmente quando itens fora do extracto de contas são utilizados para fornecer garantias ou obrigações semelhantes”.¹⁹⁸ O Artigo III(1) das Directivas declara que a informação também deve ser revelada segundo “ramos de negócio e áreas geográficas”.

Tomando estas provisões conjuntamente, é difícil ver como padrões de alta qualidade de contabilidade, e reconhecimento dos direitos dos interessados podem não incluir detalhes de pagamentos de impostos a autoridades nacionais. Este relatório realça a necessidade de considerar o “quadro completo” da administração corporativa em Angola. Como tal, a Global Witness insiste que a OCDE actue imediatamente para resolver este lapso na divulgação.

Convénio Global das NU

O Convénio Global, uma iniciativa do secretário-geral das Nações Unidas (NU), Kofi Annan, é um processo que tem a intenção de “desenvolver um entendimento comum sobre como o sector privado pode contribuir para construir a paz e a segurança em zonas de conflito.”¹⁹⁹ O Convénio organizou um diálogo inaugural em Março de 2000¹⁹⁹ e os participantes descreveram que a transparência completa é uma questão chave para reformar o processo de doações de fundos deliberadas e imprevidentes a agendas económicas que sustentem conflitos regionais ou locais. As propostas específicas serão publicadas no seguimento do segundo encontro do Convénio em Outubro de 2001: uma política de completa transparência nas zonas de conflito tem agora que ser implementada.

O Livro Verde da EU sobre Responsabilidade Corporativa

A Comissão Europeia submeteu recentemente um Livro Verde que Promove uma Estrutura Europeia para a Responsabilidade Social das Empresas.²⁰⁰ O documento lança o debate sobre como a União Europeia pode promover a responsabilidade social corporativa tanto a nível europeu como internacional, e convida as autoridades públicas, empresas, parceiros sociais, ONGs e outros interessados a submeter as suas opiniões. Tal como o processo do Convénio Global, é imperativo que os Estados Membros da EU entendam a necessidade de promover a transparência e responsabilidade corporativa em vez de só encorajar a filantropia voluntária das corporações. Ao contrário do Convénio Global, as autoridades da EU podem, e devem, legislar directamente sobre o assunto. Parece não haver

grande desculpa para os Estados Membros não seguirem esta linha de divulgação mandatária de pagamentos agregados a governos hóspedes nos regulamentos nacionais de negócios, considerando a intenção declarada do documento de “desenvolver uma estrutura europeia, em parceria com os principais participantes na responsabilidade social corporativa, com o objectivo de promover a transparência, coerência e melhores práticas nas práticas de RSE”²⁰¹ e o seu reconhecimento de que “os códigos de conduta não são uma alternativa para as leis e regras obrigatórias nacionais, da UE e internacionais... [que] asseguram os padrões mínimos que se aplicam a todos”²⁰².

Na realidade, já há legislação precedente no Acordo de Cotonou sobre o auxílio entre a EU e o Grupo de Estados Africanos, das Caraíbas e do Pacífico que nota que a luta contra a corrupção é um elemento fundamental para a assistência futura ao desenvolvimento e faz referência explícita à corrupção como um grande problema para o desenvolvimento. Especificamente, o Artigo 9(3) declara que a boa administração é a “gestão transparente e explicável dos recursos humanos, naturais, económicos e financeiros para se obter um desenvolvimento equitativo e sustentável. Implica procedimentos claros para decisões a nível de autoridades públicas, instituições transparentes e responsáveis, a primazia da lei na gestão e distribuição de recursos e a construção de capacidades para elaborar e implementar medidas com o objectivo particular de evitar e combater a corrupção. A boa administração ... é um elemento fundamental deste Acordo”. No interesse dos governos participantes, não interessa que a assistência ao desenvolvimento seja determinada com base neste acordo, enquanto que lapsos nas operações das empresas multinacionais registadas na Europa podem efectivamente debilitar os mesmos objectivos.

Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável – CMEDS (The World Business Council for Sustainable Development – WBCSD)

O CMEDS é uma coligação de umas 150 empresas internacionais que têm um interesse comum nos princípios de desenvolvimento sustentável.²⁰³ O grupo CMEDS tem-se

concentrado num número de questões de responsabilidade social das empresas importantes, que incluem, entre outras, valores morais e administração, regulamentos e controlos, responsabilidade e divulgação, direitos humanos e impacto social. É claro que a transparência completa, certamente no contexto angolano, é uma questão relacionada com estes conceitos. O CMEDS pode proporcionar as condições ideais para ser utilizado como um fórum para discussão sobre como a transparência completa pode ser implementada uma vez que o grupo inclui as empresas que se seguem com uma presença em Angola: BHP, Norsk Hydro, Shell International, Statoil e Texaco.

Investimento ético e transparência

Os fundos de investimento ético têm-se vindo a tornar importantes veículos de investimento – e também porque têm geralmente demonstrado níveis de crescimento acima das médias do mercado de valores a longo prazo. Além do mais, a própria existência de um “sector ético” tem ajudado a catalisar um desenvolvimento mais amplo de critérios de investimento na indústria da gestão de fundos, a qual tem vindo a compreender que uma gestão com princípios bem definidos é vantajosa para o crescimento de base e evita, como é compreensível, a classificação de investidores “não éticos”.

Muitos fundos de investimento têm grandes quantidades de acções nas empresas petrolíferas e como a definição do que é comportamento social corporativo aceitável muda e os gestores de fundos demonstram um interesse cada vez maior em incluir completa transparência como critério de base para as decisões de investimento, há um risco cada vez maior de falta de investimento e queda nos preços dessas acções.

Do mesmo modo, as empresas petrolíferas incluídas nas listas de índices de investimento que foram estabelecidas para reconhecer e premiar a liderança em questões de responsabilidade social – como, por exemplo, o índice do Grupo de Sustentabilidade Dow Jones (inclui a BP, Texaco, Norsk Hydro e a Shell) e o Índice FTSE4GOOD (inclui a BP e a Shell) – podem ver os seus lugares ameaçados se não forem transparentes sobre os pagamentos feitos ao estado angolano.

Justificações a quem? O facto das empresas petrolíferas não publicarem os pagamentos efectuados demonstra o seu desprezo pelo povo angolano.



17 pessoas.....Nós estávamos atrás do grupo e eu ouvi tiros, por isso

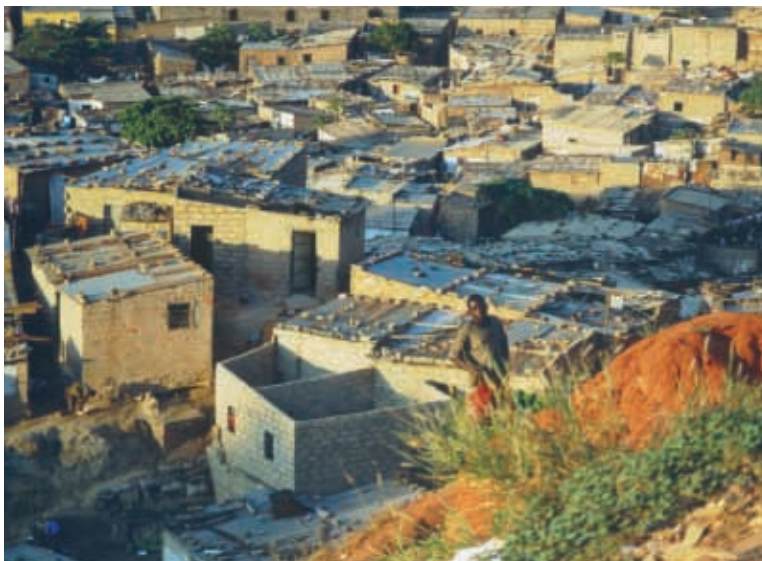
8 Regulando a revelação de pagamentos

EXISTE UMA necessidade urgente para que as empresas petrolíferas adoptem uma política de transparência total em Angola, no entanto, as ameaças da Sonangol à BP revelam o perigo de se desafiar o *status quo* e os interesses da elite preponderante.

Mais do que a necessidade para uma acção colectiva como um bloco consolidado, a Global Witness é da opinião de que existe agora um caso claro para que os governos do hemisfério norte e os seus reguladores financeiros, como a Comissão de Títulos e Câmbios dos EUA (*SEC*) ou a Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido interfirerem e obrigarem legalmente as empresas a revelarem os pagamentos efectuados a todos os governos nacionais em contas consolidadas das sociedades e demonstração dos resultados. A obrigação legal por parte das empresas para publicarem informações relativas aos pagamentos aos governos nacionais resolve uma série de problemas inter – relacionados que até agora têm frustrado as tentativas voluntárias de transparência.

A revelação obrigatória de informações sobre os pagamentos iria:

- Reduzir a competição impedindo que as empresas com mais princípios e maior transparência sejam ultrapassadas por competidores menos escrupulosos.
- Eliminar as preocupações sobre as cláusulas de confidencialidade impedindo que as empresas divulguem dados relativos aos pagamentos. Estes contractos contêm uma cláusula “de saída” isentando da confidencialidade as informações que têm que ser reveladas devido a requisitos regulamentadores. Por exemplo, o Artigo 33 (2) do acordo de partilha de produção em águas profundas declara que: “qualquer das Partes pode, sem autorização, revelar informações ... c) de acordo como o que for exigido por qualquer lei, regulamento ou regra aplicáveis (incluindo, sem qualquer limitação, qualquer regra de organismos reguladores, comissão de valores ou bolsa oficial de cujas listas qualquer das Partes ou associados façam parte).”¹⁸⁵
- Resolver parcialmente o problema da falta de transparência em todos os países onde as empresas têm operações. A falta de transparência é um problema crescente à medida que as operações com base nos recursos naturais se tornam cada vez mais localizadas em países menos desenvolvidos, onde a sociedade civil e a transparência governamental são proporcionalmente mais fracas.
- Despolitizar o tópico da revelação de pagamentos a regimes autoritários e permitir que as empresas tenham mais liberdade para adoptarem um comportamento responsável. A divulgação das quantias pagas a este tipo de regime terá provavelmente um efeito de arrastamento incentivando uma maior transparência e melhor administração fiscal por parte do governo.
- Eliminar um comportamento diferente no que diz respeito aos níveis de transparência nos hemisférios norte e sul.
- Envolver despesas acessórias de custos insignificantes. As empresas têm já conhecimento do que pagam para fins de contabilidade interna.
- Incorporar todos as principais empresas do sector extractivo – é improvável que (e isso seria revelador) uma das empresas principais se retirasse de uma instituição de mercado internacional para evitar a transparência.



Os habitantes do bairro da Boa Vista em Luanda foram forçados em 2001, sob a mira de armas, a dar lugar a projectos de construção. Quem beneficiou desta quebra dos seus direitos civis e humanos?

Segundo o conhecimento da Global Witness este tipo de medida está dentro do mandato legal dos principais organismos reguladores financeiros. A maior parte das bolsas de valores possuem um poder relacionado com a revelação de informações para interesse público, separada do requisito para a revelação de riscos para os investidores. A linguagem jurídica relacionada com a revelação de informações de interesse público é geralmente interpretada estritamente à letra “para ser limitado aos objectivos dos estatutos relativos a essa matéria” mas a Global Witness é da opinião que a história dos regulamentos das bolsas de valores mostra que a revelação de dados financeiros corporativos tem sido utilizada para influenciar a maneira como as corporações são geridas e responsabilizadas pelos seus actos.¹⁸⁶ A lei referente a Títulos de 1934 (*Securities Exchange Act*), que levou à criação da Comissão de Títulos e Câmbios (*SEC*), por exemplo, especifica nas secções 12, 13, 14 e 15, que os requisitos relativos ao registo, informação e revelação de títulos estão sujeitos às condições, regras e regulamentos que a Comissão prescreve “como necessário ou apropriado para o interesse público ou para a protecção dos investidores”.¹⁸⁷

Segundo as famosas palavras de Felix Frankfurter, a pessoa que o presidente Roosevelt nomeou para apresentar a lei referente aos Títulos de 1933 (*1993 Securities Act*) ao congresso dos EUA, no *Fortune Magazine* em Agosto do mesmo ano “a lei referente aos Títulos é forte na medida em que a publicidade é forte mas ao mesmo tempo fraca pois a publicidade não é suficiente. ... A existência de bónus, comissões e salários excessivos, listas preferenciais etc., podem estar abertas a segredos do conhecimento daqueles que estão a par da situação, mas estes são poucos. A qualidade deste tipo de transacção é reduzida; forçar o conhecimento destas transacções é em grande parte controlar que aconteçam. Muitas práticas, levadas a cabo em segurança privadamente, deixam de ter justificação quando tornadas públicas. Por conseguinte, as normas sociais recentemente definidas estabelecem-se gradualmente como novas práticas sociais.”¹⁸⁸ Estas afirmações deixam claro que a *SEC* deveria actuar no sentido de exigir das empresas envolvidas em recursos naturais a revelação de receitas originadas em todos os países onde têm operações.

A Global Witness acredita seriamente que a existência de regulamentação exigindo a revelação de informações referentes aos pagamentos a governos nacionais é uma medida eficaz e imediata para que as principais bolsas de valores fomentem a transparência e responsabilidade na indústria global de extracção de recursos. Ademais, este tipo de regulamento é um benefício para a própria indústria.

escondemo-nos numa lavra por onde passávamos ... não muito longe, era

Riscos de cumplicidade

O envolvimento directo ou a cumplicidade indirecta com um regime corrupto e neo-autoritário abrange uma série de riscos de crédito para os investidores, incluindo:

Riscos a nível de reputação: a cumplicidade das empresas com um regime corrupto e neo-autoritário e a privação da influência da sociedade civil é um risco óbvio para as suas reputações e “bom nome”. À medida que o tópico da transparência entra nas decisões éticas de decisão de investimento, as empresas com falta de transparência podem antecipar serem deixadas de fora de índices progressivos de investimento, tal como o Grupo de Sustentabilidade da Dow Jones e os índices do FTSE4GOOD, assim como das triagens sociais associadas aos fundos éticos (Ver secção *Responsabilidade social das empresas* – página 45).

A não transparência como risco directo de investimento: existe um reconhecimento claro entre a comunidade investidora, sobretudo devido ao escândalo da Enron, que a boa governança corporativa e uma gestão e sistemas contabilísticos eficazes numa empresa socialmente responsável confere um benefício directo a nível do desempenho financeiro corporativo. Reciprocamente, se as empresas não são transparentes em relação aos governos nacionais, procuram activamente evitar a inspecção das suas transacções financeiras e gerem contabilidades clandestinas, que esperança existe que a governança corporativa e outras estruturas de gestão sejam eficazes e / ou responsáveis?

O “efeito Suharto”: como foi demonstrado pelo regime do presidente Suharto na Indonésia, os governos neo-autoritários aparentemente incontestáveis têm a tendência de cair rapidamente. Nos casos em que existiu uma considerável supressão dos direitos humanos e da liberdade de expressão – como é o caso de Angola actualmente – existe geralmente um período de reflexão quando o próximo governo assume o poder. Qualquer futuro governo angolano irá provavelmente analisar profundamente todos aqueles que aparentemente são cúmplices com o regime actual. Os investidores neste tipo de empresas poderão acabar por ser considerados culpados.

Acção judicial directa e passivos resultantes de actividades corruptas: A Global Witness é da opinião que estão a emergir informações que podem facilitar a perseguição de indivíduos e de empresas, sob a legislação nacional criminalizando a corrupção de funcionários públicos, devido à Convenção da OCDE sobre a Luta Contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros Nas Transacções Comerciais Internacionais, 1997.

Negação de crédito: As investigações da Global Witness em Angola revelam que os bancos e os organismos de crédito à exportação falharam em verificar se os fundos concedidos foram utilizados de acordo com a intenção. Este facto implica o risco de desfalque de fundos e incumprimento de pagamento da dívida. Como estas instituições exigem cada vez mais a transparência e as declarações de não corrupção dos receptores dos empréstimos, crédito pode ser negado às empresas que não praticam a transparência.

9 A verdade sobre o pagamento de impostos ao governo angolano em 2000 – mais um caso de desaparecimento de fundos?

A PESAR DE RESISTÊNCIA por parte das empresas e do governo angolano em tornar públicas as informações relativas a pagamentos, a Global Witness tem o prazer de poder revelar essa informação, pela primeira vez, relativa ao ano 2000. Esperamos que estas informações irão encorajar uma maior responsabilidade financeira no governo e mais escrutínio. É evidente que a provisão de informação informalmente não é um substituto para um sistema contabilístico aberto e transparente: a Global Witness convida todos os interessados a abrirem os livros e serem transparentes.

As empresas que não são transparentes são cúmplices na pilhagem dos bens estatais pois impedem activamente que a sociedade civil responsabilize os seus governos – o “cumplicitómetro” que se segue apresenta uma noção de que até que ponto as empresas petrolíferas estão activamente a esconderem os pagamentos efectuados. Quanto maior for a contribuição da empresa para as receitas estatais, maior é o seu grau de responsabilidade para com o povo angolano, e maior é a urgência para a transparência total. Esta imagem irá mudar significativamente, à medida que novos blocos tais como o 17 e 15 começam a produzir, estando empresas como a ExxonMobil e a BP entre os maiores produtores cúmplices. É evidente que se a BP mantiver a sua promessa de tornar públicos seus pagamentos ao governo angolano, não será culpada de cumplicidade na privação dos povo angolano comum.

Preocupantemente, entre o Ministério do Petróleo e o Ministério das Finanças desapareceram cerca de US\$770 milhões. O Ministério do Petróleo informa que foram pagos US\$3.8 biliões¹⁸⁹ (38,620,678,455.45 Kz) em impostos ao governo angolano, enquanto que o Ministério das Finanças informa que se receberam US\$3.0 biliões¹⁸⁹ (30,781,908,506 Kz) durante o mesmo período de tempo. Embora parte desta discrepância possa ser atribuída a diferentes taxas de câmbio utilizadas nos cálculos, a Global Witness apela para que o governo angolano clarifique de imediato esta situação invulgar. A mensagem é clara: as receitas originárias do petróleo estão a sair do estado formal e existe uma desorganização a nível de linhas de controlo e burocracias. Os cálculos emergentes de economistas próximos do Diagnóstico do Petróleo sugerem que este buraco contabilístico (embora mais alargado) pode ter aumentado para US\$1.4 biliões em 2001.

Cumplicitómetro

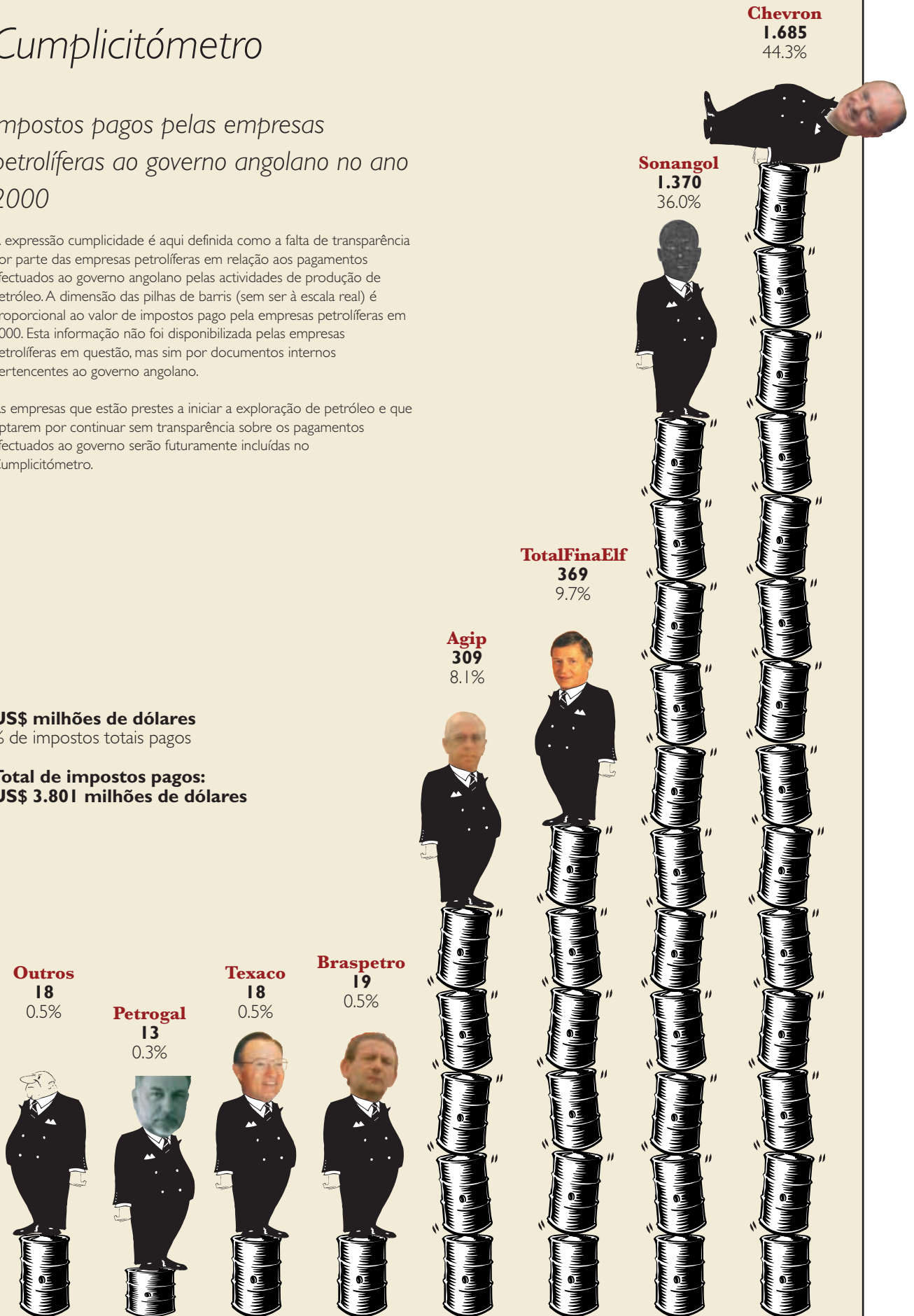
Impostos pagos pelas empresas petrolíferas ao governo angolano no ano 2000

A expressão cumplicidade é aqui definida como a falta de transparência por parte das empresas petrolíferas em relação aos pagamentos efectuados ao governo angolano pelas actividades de produção de petróleo. A dimensão das pilhas de barris (sem ser à escala real) é proporcional ao valor de impostos pago pela empresas petrolíferas em 2000. Esta informação não foi disponibilizada pelas empresas petrolíferas em questão, mas sim por documentos internos pertencentes ao governo angolano.

As empresas que estão prestes a iniciar a exploração de petróleo e que optarem por continuar sem transparência sobre os pagamentos efectuados ao governo serão futuramente incluídas no Cumplicitómetro.

US\$ milhões de dólares
% de impostos totais pagos

Total de impostos pagos:
US\$ 3.801 milhões de dólares



Notas: a Petrogal pertence à Galpenergia; a Braspetro pertence à Petrobras; em 2000, a Texaco fundiu-se com a Chevron e o novo grupo chama-se ChevronTexaco.

e todas as pessoas estavam mortas, ali no meio da estrada. As FAA viraram-se

10 A cumplicidade das empresas petrolíferas – conclusão

EMBORA A GLOBAL WITNESS reconheça as dificuldades que as empresas enfrentam quando pensam em alterar os seus sistemas de informação actuais, está claro que aqueles que operam em Angola têm uma responsabilidade especial para com o povo angolano, cujos recursos estão a explorar. Esta responsabilidade vai muito para além de proporcionar programas sociais para fomentar a boa-vontade empresarial e deve incluir alterações às práticas de apresentação de informação para que estas incluam a divulgação de todos os pagamentos efectuados ao governo angolano.

As acções efectuadas pela BP têm demonstrado a aceitação empresarial do princípio de que a boa administração empresarial requer a total transparência dos pagamentos efectuados pelas empresas ao governo nacional. Outras empresas, tais como a Statoil, já fornecem um elevado grau de transparência dos seus pagamentos ao governo angolano através do estabelecimento de uma empresa separada em cada bloco como, o que significa que os pagamentos de impostos no estrangeiro são razoavelmente específicos.

Apesar da necessidade bem definida de transparência total, e o facto de que a definição de boa administração empresarial se está a alterar rapidamente para obrigar a tal transparência, é difícil entender a incrível resistência de alguns quadrantes. Será que estas empresas têm algo a esconder?

As empresas que evitam esta questão não só são cúmplices no roubo por atacado de um estado – aparentemente quantificando em quase um terço de todas as receitas em 2001 – mas estão a demonstrar aplicarem padrões duplos e hipócritas no que diz respeito a afirmações de responsabilidade social empresarial e comportamento ético e põem em considerável risco a sua reputação. As empresas que não cooperam não só arriscam o seu bom nome e o dos seus investidores, como também servem para enfraquecer a confiança em toda uma indústria no que toca à cumplicidade no saque do estado e aos desastres políticos e ambientais do passado. Estas empresas também demonstram o seu desprezo pela situação desesperada do povo de Angola. Compare os US \$1,4 biliões desaparecidos em 2001 com os US \$200 milhões que as Nações Unidas tiveram que arranjar para auxílio alimentar de um milhão de pessoas internamente deslocadas em Angola.

A Global Witness tem o prazer de revelar a dimensão dos pagamentos das empresas petrolíferas ao governo de Angola para o ano 2000. A Chevron Texaco e a TotalFinaElf estão no topo da lista das contribuições: estas duas empresas são também famosas por se recusarem a envolver-se em discussões sobre a transparência. Os dados também demonstram um buraco negro no estado formal das contas de petróleo estatais: cerca de US \$770 milhões desapareceram entre as quantias divulgadas pelo Ministério do Petróleo e o Ministério das Finanças.

A Global Witness já presenciou anteriormente uma forte resistência à mudança – talvez mais notavelmente no comércio de diamantes internacional. No entanto, uma vez que o comércio de

Quando uma corporação é condenada por cometer crimes repetidos que prejudicam ou põem em perigo as vidas de seres humanos ou destroem o meio ambiente, essa corporação deveria ser morta, pôr-se um ponto final à sua existência corporativa e os seus bens deveriam ser vendidos em leilão público.

Eliot Spitzer, Procurador-Geral do Estado de Nova Iorque, 1998

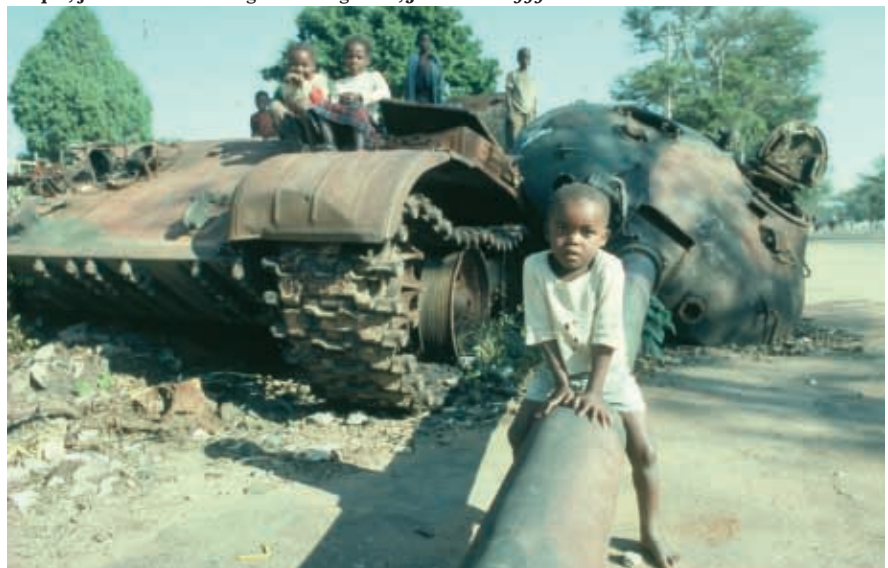
diamantes reconheceu que as práticas do passado eram inaceitáveis e que não continuariam a ser toleradas, tornou-se do seu interesse comercial mudar. O princípio da boa administração empresarial está agora a alterar-se de forma a obrigar à total transparência dos pagamentos efectuados pelas empresas aos governos nacionais.

Sob a ameaça de retaliação da Sonangol, as abordagens unilaterais e voluntárias tais como aquelas efectuadas pela BP demonstraram ser problemáticas – embora a BP possa ainda assim publicar o que prometeu. É claro que as empresas petrolíferas mais responsáveis estão a ser colocadas numa posição difícil de ou ter que renegar os compromissos já assumidos em vários fóruns de Responsabilidade Social Empresarial ou alienar os seus parceiros de negócio nacionais. Parece que as empresas petrolíferas individuais não o conseguem sozinhas sem a ameaça de serem cortadas nas suas bases por concorrentes menos escrupulosos. Assim, a Global Witness urge que todas as empresas petrolíferas que trabalham no país adoptem, como um grupo, uma política de total transparência.

Neste contexto, a solução mais simples e mais eficaz para este problema é que os principais reguladores financeiros tais como a Comissão de Títulos e Câmbios (*Securities and Exchange Commission – SEC*) imponham a divulgação obrigatória dos pagamentos agregados para todas as jurisdições em que as empresas dos sectores dos principais recursos naturais operam. A Global Witness apela aos governos do Norte, onde a maioria dessas empresas se encontram sediadas, para implementarem alterações adequadas às suas regras de divulgação como questão prioritária.

Se as empresas petrolíferas em Angola desejarem genuinamente serem consideradas verdadeiras “cidadãs globais” e estão ansiosas para evitar a acusação de financiarem directamente o empobrecimento progressivo de uma nação, existe, então, uma necessidade urgente de alterar as práticas correntes. A Global Witness está desejosa de trabalhar construtivamente com aqueles que desejam genuinamente ver melhoramentos em Angola.

“Se perdermos um tanque, pegamos no telefone e mandamos vir outro. Se a UNITA perder um tanque, já é mais difícil” – general angolano, Janeiro de 1999 ²³³



© Chris Sattberger / Panos Pictures

e dispararam contra as pessoas, assim sem mais nem menos.” – Mulher deslocada, início

PARTE III: O FINANCIAMENTO



Banco Nacional de Angola (BNA).

II Introdução – empréstimos internacionais a Angola

A GLOBAL WITNESS publicou detalhes de uma série dos principais empréstimos internacionais concedidos a Angola até Dezembro de 1999 em *Um Despertar Cru*. A informação lá incluída foi fornecida para dar uma indicação da dimensão do hipotecamento da futura riqueza petrolífera de Angola e, assim, da capacidade de desenvolvimento do país. O relatório desafiava a política do governo de obter empréstimos a curto prazo com taxas de juros altas, quando a vasta maioria desse rendimento parecia fazer pouco ou nada para o desenvolvimento do país ou para o aprovisionamento de serviços nacionais muito necessários.¹⁴³ A quase total falta de transparência quanto a estes empréstimos significa que a informação sobre a sua dimensão ou objectivo é muito difícil de obter internacionalmente, e quase impossível de obter em Angola. Isto cria um conjunto de circunstâncias extraordinárias, com os bancos que proporcionam o crédito a estabelecerem, efectivamente, um conjunto completo de financiamento paralelo para o estado que é totalmente livre de qualquer escrutínio pelo povo de Angola, e em que a base destes empréstimos é o petróleo, que deveria pertencer ao “povo”.

Dois anos mais tarde, a situação no que toca a empréstimos que não são contabilizados em Angola deteriorou significativamente, com cerca de US \$3,55 biliões em “novos” empréstimos acordados entre Setembro de 2000 e Outubro de 2001. Isto demonstra a indiferença surpreendente do governo angolano quanto ao acordo efectuado com a FMI de restringir novos empréstimos para US \$269 milhões (*Consultar secção Novos empréstimos desde Dezembro de 1999 – página 53*) e pode ultrapassar consideravelmente o montante do qual o FMI tem conhecimento. Também outros empréstimos efectuados antes do final de 1999 foram recentemente descobertos e os detalhes sobre estes devem ser adicionados àqueles divulgados em *Um Despertar Cru* (*Consultar secção Empréstimos acordados antes de Dezembro de 1999 – página 53*),

Estamos no negócio de fazer empréstimos aos angolanos. É verdade que não podemos ter a certeza de para onde dinheiro vai, e, portanto, sim, suponho que podem argumentar de que estamos indirectamente a financiar a guerra.

Confissão de um banqueiro anónimo²⁰⁷

fornecendo provas adicionais sobre a deterioração do endividamento do país.

Esta secção tenta explicar a estrutura complexa de aprovisionamento de empréstimos a Angola baseada em empréstimos directos ao governo angolano, convénios de empréstimos estruturados, empréstimos facilitados por empresas petrolíferas e empréstimos especificamente ligados ao financiamento da despesa de capital fornecidos pelas agências internacionais de financiamento bilateral à exportação. O papel do Soyo-Palanca Trust e do Cabinda Trust, que actuam como fiadores internacionais através da hipoteca dos futuros rendimentos petrolíferos angolanos é também debatido.

A Global Witness desafia toda a ética por detrás da política de empréstimos afiançada pelo petróleo a países com fortes histórias de não-responsabilização e corrupção tais como Angola e apela a todas as entidades financeiras envolvidas para que melhorem as condições de transparência através dos quais tais empréstimos são organizados e desembolsados. Um exemplo de cooperação interbancária que poderia ser utilizado como um modelo para futura vigilância e controle dos convénios de empréstimos são os Princípios de Wolfsberg (*Consultar Os Princípios de Wolfsberg – directivas contra o branqueamento de dinheiro para a banca privada – página 55*).

Finalmente, o problema do branqueamento internacional de dinheiro através de paraísos fiscais offshore encontra-se detalhado sob a rubrica “Fechando a lavanderia dos ditadores” para completar a discussão sobre como o sistema financeiro internacional deve aumentar a sua cooperação e transparência nos seus esforços de luta contra a fraude e o desvio de fundos.

12 A torneira do crédito continua aberta...

NOS ÚLTIMOS ANOS, a Angola tem conseguido obter empréstimos a curto prazo através de várias fontes. Estes empréstimos variam na sua escala e objectivo e incluem os seguintes tipos:

- **Empréstimos directos de bancos individuais ao governo**

Por exemplo, os empréstimos proporcionados pelo Banque Paribas (agora o BNP-Paribas, após a sua fusão com o BNP em Junho de 1999²⁰⁴), onde as facilidades de empréstimos eram controladas por Pierre Falcone e Arkadi Gaidamak.²⁰⁵

- **Empréstimos estruturados organizados no mercado londrino**

Por exemplo, o empréstimo de US \$455 milhões organizado pelo Standard Chartered Bank em Fevereiro de 2001.²¹⁰

- **Os empréstimos especificamente ligados ao financiamento da despesa de capital, tais como aqueles fornecidos pelas agências internacionais de crédito bilateral à exportação**

Por exemplo, o empréstimo do banco americano, Ex-Im Bank, de US\$ 64 milhões fornecido em Julho de 1999, que apoiava a venda de equipamento e serviços fornecidos por várias empresas americanas que incluíam a Halliburton e a Brown & Root.¹⁴³

Cada um destes empréstimos diferentes proporciona capital acima e além daquele gerado pelos impostos e outros pagamentos das empresas petrolíferas derivados da extracção de petróleo; mesmo assim, conforme de seguida discutido, a maioria são obtidos com base em futuras extracções petrolíferas. No entanto, devido ao fraco estatuto internacional de crédito do governo angolano, estes empréstimos só são concedidos pelas instituições financeiras a taxas relativamente elevadas, tornando-os um mau negócio para o povo angolano. Em média, os empréstimos afiançados pelo petróleo são conseguidos a cerca de dois ou três por cento acima da taxa LIBOR – o marco de referência do mercado londrino, o *London Interbank Rate*. Isto leva a que a futura produção de petróleo seja hipotecada a taxas significativamente mais elevadas que os empréstimos preferenciais que são adquiríveis através de um programa do FMI: adicionalmente, os empréstimos concedidos através do FMI não teriam que ser afiançados pela venda de petróleo.

Empréstimos directos ao governo angolano fornecidos por bancos individuais

Empréstimos directos – tais como aqueles do Paribas – são muitas vezes concedidos sob um elevado grau de segredo, evitando qualquer forma de escrutínio público em Angola. A falta de transparência torna impossível saber o número total e a escala de empréstimos que foram disponibilizados pelo Paribas mas as provas sugerem que entre 1993 e 1999, o banco forneceu aproximadamente US \$1,68 biliões ao governo angolano (devidos pelo Banco Nacional de Angola – BNA).^{143, 207} Este valor não inclui uma facilidade de US \$100 milhões em “crédito rotativo” que foi válida até 2000.¹⁴³ A Global Witness não conseguiu confirmar se este valor contabiliza todos os empréstimos fornecidos, o que significa que o valor real de empréstimos poderá ser significativamente mais elevado. Algumas fontes sugerem

que o total da dívida do governo angolano para com o Paribas poderá atingir os US \$3 biliões.²⁰⁶

Arcadi Gaidamak afirmou que ele e Pierre Falcone (*Consultar secção Outro contracto da ZTS-Osos com Angola – Gaidamak junta-se à equipa?* – página 16) receberam a cidadania angolana através da provisão de passaportes diplomáticos e subsequentemente controlaram facilidades de crédito derivadas dos empréstimos afiançados pelo petróleo.²⁰⁵ Isto apresenta um conjunto extraordinário de circunstâncias em que um orçamento paralelo do estado angolano está a ser controlado fora do território através de estrangeiros que não podem ser responsabilizados e que não foram eleitos. Parece-nos difícil evitar a conclusão de que os empréstimos afiançados pelo petróleo e não contabilizados formaram uma parte chave do financiamento (não incluído no orçamento) do esforço de guerra do governo angolano que, por sua vez, pode ter sido sujeito ao desvio significativo de fundos durante o processo de aprovisionamento militar.²⁰⁷

A Global Witness não está a sugerir que o Paribas facilitou directamente o processo de “luvas” no comércio de armas, ou que o banco estava necessariamente consciente quanto à utilização final das receitas fornecidas. No entanto, a Global Witness questiona se o banco proporcionou uma transparência adequada no que toca à provisão e à utilização destes empréstimos para permitir o seu escrutínio pelo povo angolano.

O BNP-Paribas deverá explicar porquê e como os créditos de empréstimos concedidos em nome da Sonangol foram disponibilizados a indivíduos que não estavam directamente ligados à empresa. Se a afirmação de Gaidamak for verdadeira, até que ponto estariam os oficiais ao mais alto nível do Paribas cientes desta situação altamente invulgar? Que meios de controlo foram tomados para assegurar a gestão adequada destes fundos e para quem, e em que base, é que foram desembolsados? O banco deve explicar, em particular, o papel da empresa de comércio petrolífero Glencore e de quaisquer oficiais angolanos ou internacionais neste processo.

De facto, quando o banco embarcou neste processo de emprestar centenas de milhões de dólares em empréstimos em 1993, o governo parecia estar a perder potencialmente a guerra e uma UNITA vitoriosa poderia ter-se recusado a honrar tais créditos. Porque terá o Paribas efectuado empréstimos em circunstâncias tão arriscadas? O BNP-Paribas deve explicar qual foi, se é que houve, o apoio político por detrás da decisão de efectuar estes empréstimos iniciais e que entidades estavam preparadas para financiar eventuais perdas.

A Global Witness apela ao BNP-Paribas para tornar imediatamente público os detalhes completos de todos os convénios de empréstimos concedidos a Angola. Esta informação deverá incluir os detalhes sobre o objectivo e os destinatários dos empréstimos, bem como o pessoal responsável pelo seu desembolso. O banco devia também clarificar a dimensão de todos os convénios por saldar, fornecendo as suas datas de maturidade.

Empréstimos estruturados no mercado londrino

Este tipo de empréstimos envolve um banco que actua como organizador principal (ou agente do consórcio) que é então responsável por reunir outros bancos participantes e pela organização de todo o negócio por detrás do empréstimo.²⁰⁶ O papel de organizador principal traz consigo benefícios financeiros significativos: o banco recebe uma percentagem do valor total que é emprestado como uma comissão por ter organizado o consórcio. Este pagamento é um montante para além de quaisquer taxas de juro que o banco recebe pelo empréstimo. Os bancos participantes são organizados em grupos de acordo com a percentagem que emprestam. Isto cria uma hierarquia

onde as encontrar voltavam e levavam-nas. Às vezes matavam pessoas, era

entre as várias partes, referidas em ordem decrescente de importância como organizador principal (agente do consórcio), co-organizador(es) e participantes (organizadores).²⁰⁶

O papel do Cabinda Trust e do Soyo-Palanca Trust na garantia dos empréstimos

Da perspectiva de um banco, os empréstimos estruturados têm a vantagem de partilhar o risco entre os bancos participantes. No entanto, conseguir simplesmente partilhar o risco não é o suficiente para que um empréstimo seja concedido – os bancos necessitam sentir-se seguros de que os empréstimos serão pagos. No caso de Angola, os bancos que tratam de empréstimos estruturados têm segurança abundante para os seus empréstimos, graças tanto ao Cabinda Trust e ao Soyo-Palanca Trust.^{143, 206}

Estes fundos petrolíferos são efectivamente um conjunto de contas offshore que têm direitos sobre uma proporção significativa do petróleo gerado através da quota de produção do governo angolano. O Cabinda Trust, que é gerido pelo Lloyds Bank em Londres, tem acesso ao petróleo (e assim, às receitas da venda de petróleo) da concessão bloco 0 de Cabinda. Quaisquer pagamentos ligados ao fundo têm prioridade sobre todas as outras obrigações da quota de produção do governo quanto ao bloco. O Soyo-Palanca Trust conta principalmente com o bloco 3/85 e o bloco 2, embora possa utilizar petróleo do bloco 0 se este não tiver sido primeiro assinalado pelo Cabinda Trust.¹⁴³

A vantagem desta estrutura para os bancos prestadores de empréstimos é que lhe fornece informação fiável sobre se Angola tem ou não disponível uma produção petrolífera suficiente para cumprir com as suas dívidas e os requisitos de pagamento.^{143, 206} Uma “Comissão de Crédito”, que decide se deve ou não executar o empréstimo, normalmente pede informação sobre a utilização para que o dinheiro se destina; a resposta padrão do governo angolano ou da Sonangol é de que o dinheiro é necessário para o desenvolvimento ou para a reconstrução.²⁰⁶ É interessante que os bancos prestadores de empréstimos peçam tal informação mas é aparentemente muito raro que haja qualquer acompanhamento para determinar se o dinheiro foi ou não gasto da forma descrita.²⁰⁶ A quantidade de informação que os bancos exigem para efectuar o empréstimo também contrasta estranhamente com a falta de transparência dos seus próprios procedimentos de desembolso.

Empréstimos acordados antes de Dezembro de 1999

As investigações recentes também descobriram pelo menos mais dois empréstimos finalizados em Outubro de 1999 que devem ser adicionados à lista compilada em *Um Despertar Cru*. O primeiro envolvia um empréstimo para “facilidades de crédito” de US \$224 milhões, que foi fornecido pela Nissho Iwai Corporation à Sonangol.²²⁰ A Nissho Iwai também forneceu uma facilidade de US \$129 milhões em 1998.¹⁴³ O segundo empréstimo envolvia um crédito de US \$134 milhões à Sonangol fornecido pelo consórcio chefiado pela especialista em *private banking* Europeu, MeesPierson.²²⁰

De acordo com uma base de dados financeira, um total de US \$2,31 biliões foi emprestado a Angola entre Fevereiro de 1996 e Dezembro de 1999.²²² Para além de US \$75 milhões que foram emprestados ao Banco Nacional de Angola a 17 de Dezembro de 1997, o remanescente foi fornecido à Sonangol.

Novos empréstimos desde Dezembro de 1999

A Global Witness pode revelar que desde *Um Despertar Cru*, o governo angolano parece ter obtido cerca de US \$3,55 biliões em empréstimos concedidos entre Setembro de 2000 e Outubro de 2001. Os vários empréstimos, e as suas implicações para o nível de dívida do país, são discutidos de seguida:

I de Setembro de 2000: uma facilidade de US \$500 milhões concedida pelo BNP-Paribas, Société Générale e Natexis Bank.²⁰⁸ O empréstimo foi proporcionado à Sonangol e registado como sendo para “financiamento ao comércio exterior”.²⁰⁶

Relatos da imprensa sugerem que este empréstimo colocou o governo angolano em violação do seu acordo com o FMI de restringir significativamente o nível de novos empréstimos através de empréstimos estruturados de curto prazo durante 2000.^{208, 209} O FMI informou que este empréstimo aumentou a dívida do país para US \$8,27 biliões até Setembro de 2000, acima dos US \$8,1 biliões acordados dentro do programa do FMI.²⁰⁸ Oficiais do FMI afirmaram que, “o desembolso de um empréstimo bancário garantido por petróleo de US \$500 milhões em Setembro de 2000... levou à falta de observância do limite máximo do Programa com respeito à dívida não concessional”.²⁰⁸

Este padrão de falta de observância dos limites do FMI acelerou-se drasticamente em 2001. Embora o FMI e o governo tenham acordado um limite máximo de US \$269 milhões no que respeita a novos empréstimos (dependente de uma série de pressupostos relativos ao preço do petróleo e outras variáveis), a Global Witness descobriu uma série de empréstimos concedidos ao país no valor de mais de US \$3 biliões. Uma fracção pouco clara deste dinheiro destina-se a serviços de refinanciamento, mas mesmo assim, os limites do FMI parecem ter sido excedidos em quase cinco vezes, ou US \$1,1 biliões, e, possivelmente, por consideravelmente mais.

13 de Fevereiro de 2001: uma facilidade de US \$455 milhões concedida pelo Standard Chartered Bank à Sonangol.²¹⁰

O objectivo deste empréstimo está registado como “capital de giro” ou como “financiamento ao comércio exterior”.²⁰⁶ Os co-organizadores deste empréstimo incluíam: African Export-Import Bank; BHF Bank; BNP-Paribas; Bank Brussels Lambert; Bayerische Hypo und Vereinsbank; Bayerische Landesbank Girozentrale; Citibank; Commerzbank; Credit Agricole-Indosuez; Credit Lyonnais; Fortis Bank; ING Barings; KBC Bank; Natexis Banques Populaires; Royal Bank of Scotland; Société Générale.²¹¹

O Standard Chartered afirmou que o objectivo desta facilidade era de “pagar antecipadamente uma facilidade afiançada em petróleo existente, que termina durante 2001”.²¹² Fontes sugerem que a facilidade existente era um empréstimo de US \$575 milhões negociados em 1999 com o banco suíço UBS.²⁰⁶ O Standard Chartered continuou por dizer que “o saldo [do novo empréstimo] será utilizado para financiar projectos ligados ao plano de reconstrução nacional de Angola”.²¹⁰

Existe alguma confusão quanto ao montante de dinheiro novo neste empréstimo; a publicação *Trade Finance* cita um porta-voz do Standard Chartered como tendo dito que “este negócio já existe há vários anos e é essencialmente o refinanciamento de uma facilidade anterior”.²¹³, o que implica um montante mínimo de dinheiro novo. No entanto, a publicação continuava por dizer que, “compreende-se que cerca de US \$250 milhões do empréstimo é dinheiro novo”.²¹³ Esta declaração é ainda apoiada pelo facto de que, de acordo com o *African Energy*, o empréstimo anterior da UBS de 1999 de US \$575 milhões devia ser pago em quatro anos, mas que o aumento no preço do petróleo pode ter significado uma fase mais rápida de reembolso e que a sua conclusão seria possível até Julho de 2001. Assim, “Angola estava a pagar este empréstimo há cerca de 22 dos 26 meses na altura [em que] assegurou o novo empréstimo do Standard Chartered. Isto sugeria que faltava pagar pouco do empréstimo do UBS, e necessitando de refinanciamento... isto significaria, portanto, que a proporção de dinheiro novo do novo empréstimo do Standard Chartered seria relativamente grande – muito provavelmente ultrapassando o valor de US \$269 milhões do FMI”.²¹⁴

Também foi sugerido que a questão do refinanciamento, “era simplesmente uma tática para turvar as águas e evitar acusações imediatas de violação das directivas do FMI.”²¹⁴ A *African Energy* faz alegações sérias, que, caso sejam verdadeiras, poderão implicar que a estrutura do empréstimo não só turvou a cooperação do governo angolano com o FMI, como poderá, também, auxiliar no desvio do património do estado (que é precisamente a razão porque o FMI se opõe a este tipo de convénio de empréstimo). Se o empréstimo do UBS não tiver sido pago até ao ponto sugerido, o dinheiro que devia ter sido utilizado pela Sonangol para cobrir esta dívida pode ter sido desviado. Seja qual for o verdadeiro objectivo deste empréstimo, nem o termo “capital de giro”, nem “financiamento ao comércio exterior” sob o qual o empréstimo foi registado na base de dados bancária parece fornecer uma explicação adequada quanto a se o empréstimo era ou não um pacote de refinanciamento.

8 de Março de 2001: uma facilidade de US \$455 milhões concedida pelo Commerzbank à Sonangol.²¹⁵

Nas declarações feitas à imprensa no que diz respeito ao seu papel como organizador principal para o empréstimo de US \$455 milhões de Fevereiro, o Standard Chartered parece ter-se esquecido de mencionar que também participou com um empréstimo adicional de US \$455 milhões menos de um mês mais tarde. Este empréstimo adicional aparece nas bases de dados bancárias também como “capital de giro”, mas a base de dados torna claro que este empréstimo não é um pacote de refinanciamento.²¹⁵ Se a informação disponível estiver correcta, então o empréstimo do Standard Chartered deixou o governo angolano com, no máximo, o potencial para pedir de empréstimo somente mais US \$19 milhões, durante 2001, antes que ultrapasse os limites acordados com o FMI. Assim, o empréstimo do Commerzbank parece ter ultrapassado este limite em aproximadamente US \$436 milhões. Isto deverá ser uma das principais preocupações do FMI.

Nesta ocasião, o papel de organizador principal passou do Standard Chartered para o banco alemão, Commerzbank. Outros bancos participantes incluíram: African Export-Import Bank, Bahrain Intl Bank, Bayerische Landesbank, Credit Agricole-Indosuez, Fortis Bank, KBC Bank, Royal Bank of Scotland Plc, Standard Chartered Bank, BNP Paribas, BayerHypo Vereinsbank, Citibank, Credit Lyonnais, ING Bank, Natexis Banques Populaires, Société Générale, Commerzbank AG.²¹⁵

12 de Abril de 2001: Um convénio de empréstimo complexo de US \$441,2 milhões fornecido por bancos brasileiros não identificados ao governo angolano. O empréstimo era formado por três empréstimos diferentes de US \$175,9 milhões, US \$160,3 milhões e US \$105 milhões.^{216,217} O negócio, que foi assinado em Brasília em Fevereiro de 2001 envolveu o envio de 20.000 barris de petróleo por dia para o Brasil a US \$28 por barril. De acordo com a estação de rádio *Voice Of America*, 80% do empréstimo deverá ser utilizado para pagar a dívida angolana para com o Brasil, com os restantes 20% a serem utilizados para adquirir obrigações de dívida externa brasileira.²¹⁶

O economista sediado em Luanda, José Cerqueira, comentou à *Reuters* que, “este tipo de operação é lucrativa para os banqueiros, mas o povo angolano ficará a perder.”²¹⁷

Assumindo que a divisão do empréstimo está correcta, então uns cerca de US \$352,8 milhões (80% de US \$441 milhões) podem ser vistos como refinanciando uma dívida existente para com o Brasil. Isto sugere que os US\$88,2 milhões (ou os 20% remanescentes) são dinheiro novo. Assim, este empréstimo quantifica US \$524,2 em excesso do limite do FMI. Isto deve ser uma das preocupações principais do FMI e da comunidade internacional, especialmente dado que o empréstimo parece ser para a especulação financeira no mercado de dívida brasileiro, em vez de para a reconstrução de Angola.

16 de Julho de 2001: uma facilidade de US \$600 milhões concedida à Sonangol pelo BNP-Paribas, Glencore Finance Ltd, Natexis Banques Populaires, Société Générale como organizadores principais.²¹⁸

Também actuando como organizadores estiveram o Commerzbank, Credit Agricole-Indosuez, Fortis Bank, Hypo Vereinsbank, KBC Bank. O Citibank actuou como co-organizador. Outros bancos envolvidos neste empréstimo incluíram: BHF Bank Aktiengesellschaft, Royal Bank of Scotland PLC, ABB Export bank, BMC



O preço da guerra –86.000 pessoas com deficiências causadas pelas minas terrestres e o número aumenta...

Bank Corporation, Landesbank Rheinland Pfalz, DG Bank AG, WestLB, ABC International Bank PLC, CSFB, Moscow Narodny Bank.²¹⁸ Foi alegado que este empréstimo foi concedido para a Sonangol sem consulta prévia do Ministério das Finanças nem notificação do Banco Nacional de Angola.²⁰⁷

A base de dados bancária regista este empréstimo como sendo fornecido para “fins empresariais” embora o objectivo para o qual se destina seja opaco, não existem provas que sugiram que foi destinado para fins de refinanciamento. Assim, o montante em excesso ao limite do FMI em 2001 aumentou agora para US \$1,1 biliões, ou aproximadamente cinco vezes o limite estabelecido pelo FMI para Angola.

25 de Outubro de 2001: uma facilidade de US \$500 milhões concedida à Sonangol pelo BNP-Paribas, Natexis Banques Populaires, Société Générale como organizadores principais, com a Glencore Finance Ltd desempenhando, desta vez, o papel de organizador.²¹⁹

O objectivo deste empréstimo está registado como sendo para pagamento de dívidas.²¹⁹ Mais especificamente, a base de dados bancária refere a utilização desta facilidade como sendo para o refinanciamento de um crédito de US \$500 milhões fornecido em 2000, presumidamente o empréstimo de 1 de Setembro de 2000 organizado pelos mesmos bancos, conforme acima descrito.

Dado a plethora de afirmações de banqueiros de que cada novo empréstimo é para refinanciamento da estrutura de empréstimos existente, é difícil não chegar à conclusão que o pagamento eventual destas facilidades poderá ser extremamente problemático. Por exemplo, pode-se presumir que o empréstimo de Setembro de 2000 teria sido reunido de acordo com um calendário de pagamentos rigoroso. Se isto for verdade, o que aconteceu aos fundos que já deveriam ter sido destacados de acordo com esse calendário?

Na última semana de Outubro de 2001, foi efectuado um acordo quanto a um empréstimo de US \$600 milhões para a Sonangol, proporcionado pela Arab Banking Corporation.²⁰⁶

Fontes bancárias indicaram que este empréstimo envolveu também a Glencore, embora o papel específico desta empresa ou das suas subsidiárias seja pouco claro.²⁰⁶ Também não está claro se outros bancos fizeram ou não parte deste empréstimo. Fontes indicam que o conselho de fiscalização do banco levantou alegadamente preocupações quanto a este empréstimo mas, mesmo assim, este avançou.²⁰⁶



O caso a favor da transparência bancária

Existe uma falta de transparência demonstrada quanto aos empréstimos efectuados ao governo angolano. Sintomático desta obscuridade está a forma como os consórcios organizam empréstimos de mais de treze vezes o limite máximo acordado com o FMI para novos empréstimos. Os empréstimos estão muitas vezes ligados a um objectivo declarado durante o processo de concessão mas permanece pouco claro que, se é que algumas, medidas são tomadas pelos organizadores principais ou comissões de crédito para verificar se os fundos são desembolsados adequadamente. No mínimo, US \$1,1 biliões em crédito novo foram emprestados ao país em 2001, excedendo significativamente o limite de US \$269 milhões do FMI. Assim, os empréstimos afixados pelo petróleo são claramente outra fonte não contabilizada de rendimento para o governo angolano.

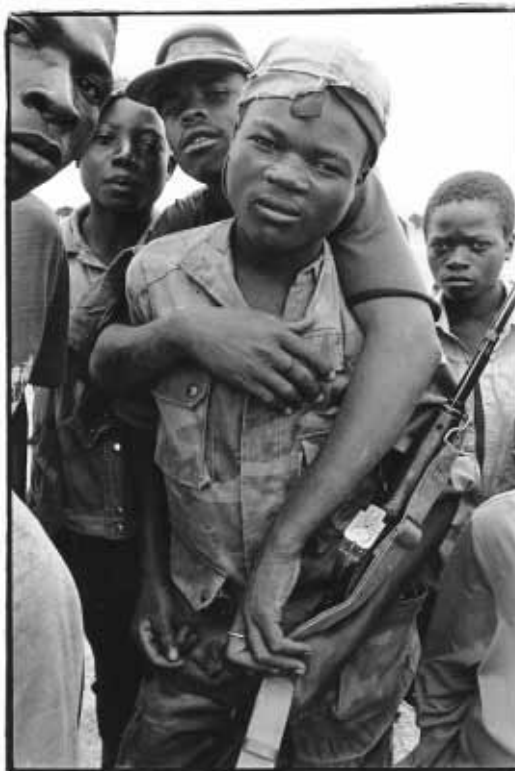
A Global Witness desafia a ética por detrás desta política de empréstimos afixados pelo petróleo a países com fortes histórias de má alocação de recursos. Embora os bancos possam ter a certeza do retorno do seu capital com elevadas taxas de juros porque tais empréstimos são concedidos em troca de uma quota de produção petrolífera, arriscam-se a tornar-se cúmplices no desvio de fundos estatais se as provisões para verificação do desembolso dos empréstimos e garantias de transparência fiscal não forem implementadas. No melhor dos casos, a provisão de empréstimos recentes pode ser considerada como tendo debilitado o trabalho de instituições multilaterais como o FMI; no pior, estes podem estar a fornecer um conjunto completo de financiamento paralelo, fora do escrutínio público, para operações do estado sombra, fornecendo oportunidades lucrativas para o desvio de dinheiro.

Adicionalmente, parece haver uma certa “ambiguidade criativa” na provisão de tais facilidades de crédito. Por exemplo, o empréstimo do Standard Chartered de US \$455 milhões, segundo consta destinado a reestruturar dívidas existentes, pode conter mais de US \$250 milhões em dinheiro novo. Não é possível saber se isto é verdade a não ser que a Sonangol, os bancos e/ou o governo angolano forneçam informação adequada.

Esta informação não é disponibilizada rotineiramente à sociedade civil angolana em nome de quem tais dívidas são feitas. Assim, como acontece com as receitas do petróleo, os angolanos comuns não sabem se tais empréstimos foram adequados sendo, portanto, incapazes de responsabilizar o seu governo quanto ao desembolso das facilidades de crédito.

O caso de transparência total dos empréstimos internacionais concedidos a Angola é tão importante como aqueles das empresas petrolíferas que operam dentro do país. Os bancos devem:

- Publicar todos os detalhes dos empréstimos fornecidos, incluído detalhes sobre as quantias emprestadas, os seus destinatários, a taxa de juros cobrada, a data em que o pagamento da dívida termina e o objectivo do empréstimo;
- Clarificar as medidas que tomam para verificar que a despesa efectiva corresponde ao que é declarado na documentação dos bancos e durante a negociação;
- Insistir que tal despesa seja verificável como condição de concessão do empréstimo;
- Publicar actualizações frequentes detalhando os recursos mantidos pelos fundos, e as exigências que lhes são feitas. Isto diz respeito aos bancos tais como o Lloyds Bank em Londres, que gere o Cabinda Trust.



Carregando com o peso da dívida. A juventude de Angola sacrificada por uma guerra privatizada.

Os Princípios Wolfsberg – directivas contra o branqueamento de dinheiro para a banca privada

A 30 de Outubro de 2000, 11 dos maiores bancos internacionais – ABN-Amro Bank, Barclays Bank, Banco Santander Central Hispano, AS, Chase Manhattan Private Bank, Citibank, Credit Suisse Group, Deutsche Bank AG, HSBC; JP Morgan Inc, Société Générale e UBS AG – juntamente com a ONG Transparência Internacional (*Transparency International*) anunciaram que tinham concordado com um conjunto de princípios voluntários contra o branqueamento de dinheiro.²²³

Os Princípios Wolfsberg têm com objectivo negar o uso dos serviços bancários para “fins criminosos” e cada banco irá “fazer por aceitar só os clientes cuja fonte de riqueza e fundos possam ser razoavelmente estabelecidos como legítimos.”²²³

A Global Witness gostaria de dar os parabéns aos bancos envolvidos, juntamente com a Transparência Internacional, por tomarem esta iniciativa; tomando o precedente estabelecido por estes Princípios para a cooperação entre bancos, a Global Witness ficaria extremamente grata se fosse contactada por qualquer dos assinantes Wolfsberg, para discutir como avançar com uma transparência completa no que diz respeito a empréstimos endossados pelo petróleo. Como mínimo, os assinantes Wolfsberg não deveriam colaborar com ou participar em qualquer tipo de empréstimos que não são perfeitamente transparentes no que diz respeito a desembolso e adicionais despesas ou que não impõem os mesmos padrões aos seus agentes e recipientes.

Empresas comerciantes de petróleo

As empresas de comércio de petróleo activas em Angola, como a Glencore, Vitol, Addax, Attock Oil e a Nissho Iwai e comerciantes individuais, como o “financeiro fugitivo”²²⁶ Marc Rich, também tiveram o seu papel no fornecimento de rendimentos inexplicáveis ao estado angolano. *Um Despertar Cru* publicou alguns detalhes dos negócios organizados por estas empresas.

Algumas fontes sugerem que o Sr. Marc Rich, separadamente, ou com a Glencore (a operação de comércio de petróleo que ele declara ter deixado em 1994²²⁴) esteve pessoalmente envolvido em arranjar um empréstimo de 1 bilhão de dólares americanos para o governo angolano em Julho de 1998, em troca da compra de todos os barris de petróleo que ainda não estivessem destinados a empréstimos anteriores endossados pelo petróleo, da quota de produção do petróleo do governo.²⁰⁶

O Sr. Rich gozou de uma carreira controversa como comerciante de produtos primários, incluindo fugir aos Estados Unidos para a Suíça em 1983 com 51 acusações de evasão aos impostos de mais de 48 milhões de dólares americanos e fazer contratos ilegais de petróleo com o Irão durante a crise dos reféns na embaixada americana em Teerão em Novembro de 1979.^{225, 226} O perdão que lhe foi dado pelo presidente Clinton no final do mandato, em Fevereiro de 2001 está actualmente a ser investigado devido a alegações de que estava ligado a mais de 1 milhão de dólares americanos de contribuições políticas ou “filantrópicas” a causas do Partido Democrático.²²⁶ Outras alegações incluem conluio com o regime de Abacha na Nigéria e rotura de sanções para o regime do Apartheid na África do Sul.

Alega-se que o contrato de 1998 do Sr. Rich era de três anos, o que quer dizer que deveria ter expirado em Julho de 2001. O negócio parece ter sido passado através da Sonangol e a presidência poderia ser responsável por mais um empréstimo não verificado e inexplicável ao estado sombra.²⁰⁶

Apesar do Sr. Rich já não declarar que está associado à Glencore, o negócio parece corresponder, em linhas gerais, em valor, ao presumível total de 870 milhões de dólares americanos em empréstimos dados pela Glencore no ano anterior (Dezembro de 1997 – 320 milhões USD; meados de Fevereiro de 1998 – 300 milhões de USD; Julho de 1998 – 250 milhões de USD).¹⁴³ Aparte as inexactidões na informação, se os 870 milhões derivados da Glencore são os mesmos que se sugere vêm do Sr. Marc Rich, é possível que ainda esteja envolvido nas operações da Glencore, o que ambas as partes têm negado. Alternativamente, se os empréstimos são separados, as estimativas do valor total de empréstimos endossados pelo petróleo negociados com Angola devem aumentar em 1 bilhão de dólares americanos.

O desembolso dos empréstimos de Fevereiro e Julho da Glencore (uns 550 milhões de USD) também envolveu a Paribas.¹⁴³ Atendendo a que o acordo inicial de 1993 para arranjar empréstimos endossados pelo petróleo, organizado por Pierre Falcone e Arkadi Gaidamak, envolviam tanto a Glencore como a Paribas, há uma suspeita razoável de que estes empréstimos também poderiam fazer parte de um acordo de financiamento de armas com petróleo.

É muito difícil determinar a realidade desta situação devido à falta de transparência à volta destes acordos de crédito com base no petróleo. Como tal, há uma necessidade urgente por parte da comunidade internacional de insistir em completa transparência para as operações de comércio do petróleo.

O papel das agências internacionais de crédito bilateral à exportação (ECAs)

As agências de financiamento bilateral de crédito à exportação funcionam para reduzir o risco para as empresas



O que não se poderia fazer com os milhões não contabilizados, no Kuito e em outras cidades angolanas?

nacionais que desejam investir no estrangeiro. O financiamento, quer em termos de empréstimos directos para empresas participantes, quer como um seguro de crédito para mitigar o risco do não cumprimento dos pagamentos do projecto, é normalmente proporcionado em troca dos contratantes obterem equipamento ou mão de obra necessária do país que está a fornecer o seguro de subscrição. Efectivamente, isto significa que o crédito à exportação não é mais do que o subsídio de projectos no estrangeiro para impulsionamento da economia nacional por parte dos contribuintes.

As empresas petrolíferas necessitam, muitas vezes, de efectuar investimentos massivos em infra-estruturas antes que qualquer petróleo seja produzido, portanto o risco é mitigado estabelecendo convénios de financiamento seguros com várias ECAs. As agências com carteiras significantes na África do Sub-Sahariana incluem (por ordem de importância decrescente):²²⁷

COFACE	França
Export-Import Bank (Ex-Im Bank)	Estados Unidos
Mediocredito Centrale SpA	Itália
Export Credit Guarantee Department (ECGD)	Reino Unido
Kreditanstalt für Wiederaufbau	Alemanha
Credit Guarantee Insurance	África do Sul
SACE	Itália
Nederlandsche Credietverzekering Maatschappij	Países Baixos
Korea Export Insurance Corporation	Coreia do Sul

As principais agências que actualmente fornecem seguros de risco ao governo angolano incluem o Ex-Im Bank dos EUA, a COFACE da França, a SACE de Itália e a Sul Coreana, Korea Export Insurance Corporation.¹⁴³

O investimento fornecido pelas ECAs bilaterais está a crescer e os empréstimos internacionais actuais excedem o que foi fornecido pelo Banco Mundial, FMI e todas as outras agências multilaterais em conjunto. No entanto, ao contrário das instituições de empréstimo multilaterais, a maioria das agências de crédito à exportação não necessitam considerar os impactos sociais e ambientais dos projectos que apoiam. A Global Witness foi informada por uma agência em 2000 que o único grande factor que afectava a sua decisão de autorizar um empréstimo era a sua probabilidade de reembolso.²²⁸

Isto faz com que exista um cenário interessante no contexto angolano: os contribuintes do Norte estão financeiramente a contribuir para o desenvolvimento dos campos petrolíferos através de convénios de financiamento das exportações em conjunção com empresas, as quais depois conluíam com o “estado sombra” para evitar a transparência. Assim, os contribuintes do Norte ajudam

indirectamente a financiar a fragilização da sociedade civil do Sul. Adicionalmente, enquanto o património do estado é desviado, os contribuintes internacionais têm que financiar o redesenvolvimento de Angola através de programas de assistência multilaterais e bilaterais. Embora, por um lado, exista o benefício perceptível da criação de emprego para as economias nacionais dos países das agências de crédito à exportação activas, por outro lado, os contribuintes do Norte estão inconscientemente a subsidiar e a subscrever a fragilização da sociedade civil e a subversão do processo democrático num país em vias de desenvolvimento.

A solução deve passar por incluir critérios de transparência como uma condição para todos os futuros convénios de financiamento de crédito à exportação em

todos os países. Por exemplo, uma agência pode impor uma condição de empréstimo insistindo para que todas as partes participantes no acordo pratiquem total transparência. No caso de Angola, dado que muitos destes empréstimos são obtidos para fins de financiamento dos programas de desenvolvimento dos campos da Sonangol, isto significa que a Sonangol necessitará demonstrar total transparência quanto aos pagamentos efectuados ao governo angolano, para além de publicar todos os empréstimos actualmente aliciados pelo petróleo, sob o risco de não receber financiamento bilateral à exportação.

Existem dificuldades óbvias para que qualquer agência individual de financiamento de crédito à exportação possa proceder unilateralmente a tal mudança rumo à transparência. Conforme uma apontou, “podemos ver os

Fechando a lavandaria dos ditadores

Por **Jonathan Winer**, antigo Assistente Adjunto do Secretário de Estado para o Enforçamento da Lei Internacional (US State Department)

As redes financeiras dissimuladas no mundo e a infra-estrutura de branqueamento de dinheiro para paraísos do segredo bancário em pequenos estados como o Liechtenstein, as ilhas Gran Cayman, ou as Ilhas Virgin, podem, finalmente, estar à beira de ser reveladas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos – OCDE (*Organisation for the Economic Cooperation and Development – OECD*) em Paris, as Forças Especiais de Acção Financeira – FEAF (*Financial Action Task Force – FATF*) com base na OCDE, e o Fórum para a Estabilidade Financeira (*Financial Stability Forum*) dos países do G8 começaram finalmente a entrar em acção para exercer pressão sobre os mini-estados que alugaram a sua soberania para proporcionar o anonimato através do sector de serviços financeiros aos traficantes de drogas, criminosos, comerciantes de armas, e ditadores assim como a quem corruptamente lhes paga e lhes facilita a vida no Norte.

Nas últimas duas décadas, o acesso ao sistema financeiro mundial tem-se tornado um elemento essencial para o roubo da riqueza nacional de alguns dos países mais pobres do mundo, e tem proporcionado um mecanismo para esconder fundos políticos ilegais (e criminosos) em algumas das democracias mais desenvolvidas do mundo. Os mecanismos básicos para esta infra-estrutura dissimulada podem ser qualquer um dos que se seguem:

- Formação de empresas anónimas com agentes locais, para criar uma empresa cujo proprietário não pode ser encontrado;
- Trusts anónimos com agentes locais noutra país, para criar um proprietário anónimo para a empresa anónima, e deste modo criar outra camada de protecção;
- Utilizar bancos “fantasma”, em jurisdições não regulamentadas que prometem segredo bancário;
- Abertura de contas “correspondentes” em bancos regulados pelos “bancos fantasma” para mover o dinheiro à volta do mundo.

Numa economia globalizada, os mini-estados que oferecem segredo bancário tornaram-se o método preferido para manusear os rendimentos da corrupção dos piores governos do mundo, presidentes e déspotas como o Abacha da Nigéria, o Mobutu do Zaire e o Bongo do Gabão, os mais chegados ao presidente Santos de Angola e ao presidente russo Yeltsin, a União Democrática Cristã sob o Helmut Kohl, a empresa petrolífera francesa Elf-Aquitaine, e o chefe dos serviços secretos peruanos Montesinos, todos utilizaram o mesmo conjunto de jurisdições e mecanismos para branquear, como apropriado, os rendimentos de subornos, negócios de armas, fundos sujos, fundos para comprar o



© David Orr / Panos Pictures

silêncio de pessoas, e fundos roubados ao estado. Na verdade, cada um destes casos de corrupção passou pelo minúsculo principado europeu do Liechtenstein, descrito num fórum internacional sobre o crime financeiro na Universidade de Cambridge como “um bordel financeiro em que todos os criminosos do mundo encontram uma cama.”

Sob o sistema em existência, ditadores cleptocráticos como o presidente Abacha da Nigéria podem recrutar agentes nas Ilhas Virgem britânicas (IVB) ou nas Bahamas para estabelecer uma empresa internacional anónima. Pode então estabelecer um trust anónimo numa jurisdição mais respeitável como a Isle of Man que seria o proprietário da empresa das IVB ou das Bahamas. A empresa nas IVB poderia abrir uma conta através da Internet num banco na Látvia, Liechtenstein ou Vanuatu, e esse banco, por sua vez, pode fazer negócio para a empresa das IVB em grandes bancos em Nova Iorque, Londres, Hamburgo, Paris ou Zurique, através de contas “correspondentes”.

O problema não é simplesmente que os estados mais pequenos se venderam a ditadores corruptos e criminosos, mas que os bancos e fundos ilícitos têm tido o mesmo acesso aos mercados financeiros mundiais que os legítimos. Cada um dos escândalos anteriores tem um tema comum de dinheiro desaparecido juntamente com a incapacidade dos governos, entidades reguladoras, agências de implementação da lei e organizações prestigiosas internacionais de o encontrar quando algo corre terrivelmente mal. Quando os governos analisaram o problema, começaram a dar-se conta de que havia um número de factores que levavam ao problema mundial de dinheiro sujo, incluindo:

benefícios de fazer isto, mas por favor não nos empurrem para isto sozinhos, sem os mesmo critérios para as outras agências. Se fosse possível fazer com que outras agências nacionais seguissem em frente com isto, nós também o faríamos de bom agrado.”²²⁸

Sem um compromisso por parte das ECAs quanto à transparência, resulta uma situação obviamente perversa: a comunidade internacional através do FMI está efectivamente a fazer força para a transparência em Angola, enquanto muitos dos mesmos estados estão individualmente a debilitar tais esforços. Pior ainda, estão a fazer isto com receitas dos contribuintes nacionais, que na sua maioria não estão conscientes desta situação e, no fim, podem necessitar subsidiar a reconstrução devido à má gestão económica e à fuga de capitais de regimes

- Supervisão fragmentada, dentro dos países, por sector; e entre países, por jurisdição nacional;
- Leis para manter o segredo que impedem que se partilhe informação entre países e entre entidades reguladoras e autoridades de implementação da lei;
- Atenção inadequada dada aos pagamentos electrónicos na supervisão e implementação de leis existentes contra o branqueamento de dinheiro, incluindo regras de “conheça o seu cliente” concentradas principalmente na liquidez, mesmo na altura em que os negócios de serviços financeiros mundiais continuam a mover-se rapidamente para o E-dinheiro;
- A falta de padrões internacionais para administrar os mecanismos chave utilizados nas transacções financeiras entre nações, como empresas isentas, empresas fantasma, empresas de negócios internacionais, trusts offshore, empresas de seguros e resseguros offshore, veículos de fundos offshore, incluindo, mas não limitados a fundos de risco;
- Diligência inadequada por parte dos agentes de formação de empresas, advogados e instituições financeiras no processo de incorporação e emissão de licenças de novas instituições financeiras e empresas fantasma e trusts de propriedade das suas filiais.

Durante os anos 90, estes mecanismos foram expostos a uma série de investigações que começaram com tentativas nas Filipinas de recuperar os biliões roubados por Ferdinand Marcos, e incluíram esforços por parte da acusadora suíça Carla del Ponte para encontrar centenas de milhões de dinheiro da droga roubados por Raul Salinas, irmão do então presidente do México, Carlos Salinas. Os G-7 decidiram entrar em acção quando os esforços de recuperação de bens contra os Suhartos na Indonésia, Mobutu no Zaire e Abacha na Nigéria revelaram que tinham utilizado as mesmas jurisdições que os traficantes de cocaína na Colômbia e os terroristas Islâmicos.

Enormes perdas em rendimentos dos impostos, escândalos envolvendo líderes políticos desde países em transição como o México e a Rússia, a algumas importantes figuras na história moderna europeia, como o antigo Chanceler alemão Helmut Kohl, e receios de uma instabilidade financeira global, motivaram as nações mais industrializadas do mundo a criar, em 2000, uma lista negra de jurisdições “não cooperantes”. A lista incluía um Quem é Quem das jurisdições mais notórias em branqueamento de dinheiro, incluindo países como Israel e a Rússia que se pensava anteriormente eram intocáveis por razões políticas. Não houve sanções imediatas sobre os países na lista; no entanto, os países do G-7 deram instruções às suas instituições financeiras para verificar mais de perto todas as transacções vindas desses países, o que deu um incentivo a algumas jurisdições, incluindo a Antígua, Bahamas, Caymans, Liechtenstein e as Filipinas, para atenuar as leis do segredo bancário.

Ao mesmo tempo, os banqueiros das jurisdições reguladas como os EUA, Canadá, Japão, Suíça, e a EU, começaram a questionar o facto de minúsculos países no Sul do Pacífico tais como Nauru, Niue e Vanuatu, com populações de somente

governamentais corruptos e neo-autoritários, que estão inconscientemente a patrocinar.

A Global Witness urge fortemente que os governos nacionais insistam que as suas agências de financiamento à exportação pratiquem total transparência e que total transparência dos parceiros e destinatários do financiamento se torne num pré-requisito para o financiamento. A Global Witness não apela a estas agências para que parem de conceder empréstimos para financiar projectos de desenvolvimento de petróleo em Angola. Na falha de critérios de transparência se tornarem um pré-requisito para a provisão de futuros empréstimos, estas agências tornam-se elas próprias cúmplices da má gestão e do desvio de património do estado e da fragilização da sociedade civil.

20.000 pessoas, terem bancos que movem biliões de dólares de activos por ano. Estas jurisdições essencialmente sem regulamentos, pareciam ser pouco mais do que lavandarias financeiras que ofereciam sistemas para esconder dinheiro, em vez de serviços legítimos. Por isso mesmo, e para reduzir a ameaça à sua própria reputação, e a grande despesa para os seus accionistas, bancos como o Citibank nos EUA e o UBS na Suíça, recusaram-se a fazer negócio em 1999 e 2000 com bancos nessas jurisdições sem regulamentos.

Apesar dos primeiros passos terem sido dados para criar um processo de “nomear e envergonhar” para isolar as jurisdições que estão a esconder dinheiro sujo, muitos elementos essenciais para um sistema global que evite que os líderes corruptos roubem a riqueza das suas próprias nações ainda têm que ser postos em prática, incluindo:

- Fazer com que os mercados financeiros mais importantes impeçam o acesso às instituições financeiras dos “mini-estados” que se recusam a cooperar em investigações envolvendo casos de corrupção estrangeira. Deveriam sofrer sanções dos seus governos se se recusarem a fazê-lo.
- Decretar leis que permitam a apreensão de rendimentos de corrupção estrangeira e transformá-las em crimes de branqueamento de dinheiro em países como os EUA, que lidam com a corrupção a nível nacional como um crime mas não têm leis para combater a corrupção estrangeira;
- Continuar a luta para limitar o segredo bancário, assegurando que seja sempre levantado em casos que envolvem alegações de crime, corrupção, ou roubo;
- Alargar a partilha de implementação da lei e informação sobre regulamentos entre países envolvidos em investigar o crime financeiro como requisito de completa participação na utilização de infra-estruturas de serviços globais financeiros, como os sistemas de pagamento mundiais;
- Penalizar as instituições financeiras que facilitaram o branqueamento de dinheiro e crime financeiro, com multas substanciais ou fecho. Os EUA adoptaram este método para o banco japonês Sumimoto no fim dos anos 90, pedindo ao banco que deixasse o país depois de alguns dos oficiais do mesmo terem preparado documentos bancários fraudulentos num esforço para esconder perdas financeiras das entidades reguladoras;
- Fazer com que seja ilegal aceitar dinheiro cuja origem não pode ser explicada com actividades económicas legítimas. Nenhum banco que aceitou fundos da família Abacha da Nigéria, de Carlos Salinas do México, ou de Mobutu do Zaire, pode ter tido qualquer tipo de ilusão sobre se tinham sido adquiridos legitimamente;
- Repatriar os rendimentos da corrupção para o tesouro público do país roubado, sob a condição de que os fundos sejam gastos de modo transparente e democrático, preferivelmente em serviços sociais básicos como a educação e saúde.

13 Conclusão

OS ANGOLANOS comuns foram despojados dos seus direitos e desapropriados por mais de quatro décadas de guerra civil. O conflito tem sido deliberadamente explorado para proporcionar abusos económicos altamente organizados envolvendo apropriação em larga escala e branqueamento do património do estado através de orçamentos paralelos, negócios de armas com preços injustificadamente elevados e endividamento deliberado através da hipoteca da futura produção de petróleo. Este sistema de ganhos privados e perdas públicas não pode ser sustentado culpando a guerra pelos insucessos resultantes do estado. Os quadros militares e governamentais superiores parecem lucrar com o próprio processo de aprovisionamento militar e quase todos os itens que são consumidos na guerra contra a UNITA servem para enriquecer a elite regente de Angola e a sua rede de corretores, cobradores e vendedores de influência.

Esta “lógica operacional” de subornos e luvas largamente utilizada no estado sombra angolano é em parte a criação de uma política estrangeira do Norte que se tem mantido firmemente focada “duas milhas abaixo” nos campos de petróleo das águas profundas. No seu melhor, os governos do Norte têm tentado apaziguar a elite regente para evitar prejudicar os interesses de negócios nacionais. No seu pior, a França e outros têm vindo a tratar a Angola como uma “terra judicial de ninguém que, em nome de interesses políticos mútuos, deveria continuar para a eternidade como uma terra de crimes impunes”.²²⁹ Como resultado, os “homens dos presidentes” têm limpo os bolsos a Angola – um terço do orçamento estatal para 2001 parece ter desaparecido, e pode talvez ser encontrado em lavandarias offshore.

Das empresas petrolíferas a operar em Angola, só a BP tomou uma posição pública no que toca à transparência; a Shell, Norsk Hydro e Statoil concordaram com o conceito e demonstraram boa vontade para seguir em frente quanto a esta questão; a Chevron-Texaco, TotalFinaElf e ExxonMobil – os maiores (e os que estão prestes a ser os maiores) extratores de petróleo de Angola – têm, até agora, permanecido em negação.

A sociedade civil tem o direito de ser fornecida com informação adequada para poder responsabilizar o seu governo quanto à gestão dos “seus” recursos. Embora a paz tenha, sem surpresa, sido a principal prioridade da sociedade civil nascente de Angola, demonstrou um maior reconhecimento da necessidade da boa administração e transparência para encontrar uma solução permanente para a guerra. No ano 2000, as ONGs de Angola lançaram um debate ao nível da Assembleia Nacional para exigir a divulgação total do orçamento de estado. Embora um trabalho substancial de ficção, o orçamento completo foi publicado pela primeira vez em 2001. Na agenda, poderá seguir-se o acesso às despesas trimestrais do estado e exigir deste que gaste mais em saúde e educação e menos em defesa e segurança. Outros começaram já um processo para assegurar que as instituições estatais funcionam de forma transparente de acordo com a lei angolana.

Os apelos para a transparência surgiram mais recentemente do Arcebispo D. Zacarias Kamuenho, chefe



Perdas públicas, lucros privados! O nono mês de manifestações de protesto contra a corrupção e impunidade à saída da Angonave – uma empresa pública angolana; Maio de 2001, Luanda.

da igreja católica angolana e vencedor do prémio Sakharov pelo seu trabalho pela promoção dos direitos humanos e a paz em Angola. Durante a cerimónia de entrega do prémio no Parlamento Europeu em Dezembro último, o arcebispo D. Zacarias Kamuenho destacou o papel das indústrias extractivas na perpetuação da guerra e acentuou a necessidade premente de “se incrementar aquela transparência [que]... fomentaria a implementação de investimentos sociais com impactos na qualidade de vida dos cidadãos, e isto, por direito próprio e não por aparente benevolência”. A morte de Jonas Savimbi, o líder da UNITA, acrescenta a esta pressão. É cada vez menos realístico culpar-se a guerra por todas as falhas do governo angolano.

Embora o derradeiro desafio de responsabilização do governo conte fortemente com o papel da sociedade civil em Angola, sem acesso à informação esta só pode fazer até certo ponto. Ao recusar publicar o que pagam ao governo, as empresas petrolíferas criam uma condição necessária para o funcionamento da maquinaria de saque do estado porque, sem informação sobre o rendimento básico do estado, é impossível para os cidadãos comuns de Angola detectarem quando estão a ser enganados e apelar ao seu governo para prestar contas quanto à má gestão das rendas dos seus recursos. A falta de divulgação dos pagamentos é moralmente inaceitável em tempos de paz e demonstra um desprezo aparente quanto à situação desesperada do povo angolano. A transparência parece ser uma pré-condição necessária para práticas de negócio aceitáveis no hemisfério Norte, portanto, porque não no Sul?

É obvio que as técnicas de saque do estado aqui detalhadas são prontamente exportáveis para onde quer que a natureza predatória dos negócios internacionais petrolíferos e financeiros interaja com uma sociedade civil fraca e governos neo-autoritários não responsabilizados. Um relatório recente da Oxfam America sobre as “Indústrias extractivas e os pobres” identificou uma relação estatística clara entre estados dependentes de indústrias extractivas primárias e instituições estatais desresponsabilizadas ligadas a pobreza.²³⁰ Este “paradoxo da abundância” acontece porque os governos ricos em recursos tendem a utilizar taxas de juros baixas e o patrocínio para amortecer as pressões democráticas e gastam uma fracção invulgarmente elevada dos seus rendimentos com a segurança interna. Adicionalmente, as estruturas políticas que aderem em torno de uma economia de “bonança” geralmente não conseguem trazer alterações sociais e culturais que resultem no

investimento do desenvolvimento social a longo prazo. Os estados que estão dependentes da riqueza petrolífera e mineral também enfrentam uma oportunidade muito mais elevada de guerra e conflito civil.²³¹ A acusação de cumplicidade da indústria estende-se para todos os outros países – tais como o Azerbaijão, o Chade, o Camboja, a República Democrática do Congo, a Guiné Equatorial, o Gabão, o Kazaquistão, o Sudão e a Nigéria, para mencionar alguns – onde os recursos naturais fornecem uma fonte significativa do rendimento estatal, onde a corrupção associada com o rendimento estatal é preocupante, e onde tais empresas não são totalmente transparentes quanto aos seus pagamentos. Os riscos de cumplicidade com governos desresponsabilizados não são todos unilaterais: como observou *The Economist*, “as firmas que estão a fazer negócios em países com governos desagradáveis ... [estão] a por em perigo o mais precioso do seu património, o seu bom-nome.”²³²

Esta questão não pode ser tratada “voluntariamente”. A experiência da BP com a Sonangol demonstra que, mesmo que a empresa petrolífera queira ser transparente, pode ser ameaçada com o corte das suas concessões e estas podem ser redefinidas para concorrentes menos escrupulosos. Apesar dos princípios supostamente altruístas, a adesão ao resultado final dos lucros sem princípios tem, até agora, assegurado que os padrões de divulgação e de transparência em Angola permaneçam aqueles de denominador comum mais baixo. As empresas petrolíferas que actuam colectivamente podem quebrar este impasse – e enviar uma forte mensagem sobre a boa administração global – mas, até agora, a indústria tem tido falta de imaginação colectiva para fazer face a este problema.

Assim, existe uma necessidade óbvia duma abordagem reguladora paralela para fazer face ao insucesso da iniciativa voluntária quanto à transparência e estabelecer padrões mínimos de divulgação financeira entre empresas multinacionais para todos os países em que operam. A

Global Witness acredita que a maioria dos reguladores de títulos nacionais têm tanto o poder como o direito de efectuar alterações imediatas nas empresas que reportam e divulgam padrões para este fim. As agências de crédito à exportação do Norte devem impor critérios de transparência a todos os seus parceiros de investimento. O FMI, Banco Mundial, e Corporação Financeira Internacional – tendo como fundo melhorias genuínas na transparência das suas próprias operações – devem desenvolver e institucionalizar um modelo de transparência e gestão de receitas que possa ser exportado para as diferentes situações nacionais. Isto pode, por exemplo, ajudar a evitar o legado de atrasos que tem acompanhado o Diagnóstico de Petróleo decididamente *ad hoc* do FMI.

De igual modo, os trabalhos contra o branqueamento de dinheiro que acompanharam a nova “Guerra contra o Terror” têm demonstrado o que pode ser feito quando há vontade colectiva para enfrentar um problema: este esforço deve agora ser utilizado para tratar uma das causas da pobreza global, para localizar e repatriar os bens roubados pelos mais ricos a pessoas que se encontram entre as mais pobres do mundo. Compare, por exemplo, os US \$1,4 a US\$3,55 em receitas relacionadas com o petróleo e empréstimos não contabilizados durante o último ano e os US \$770 milhões não contabilizados no ano anterior, com a luta das Nações Unidas para angariar US \$200 milhões necessários para alimentar o milhão de pessoas deslocadas dentro do próprio país, dependentes de auxílio alimentar em Angola.

Os governos nacionais e os agentes económicos seus aliados já não se podem absolver da responsabilidade da desapropriação e dos padrões duplos da indústria mundial de extracção de recursos. A comunidade internacional terá que enfrentar o desafio de endossar e conseguir a transparência no sector ou terá, mais tarde, de resolver a situação.

Sem posses e à mercê do auxílio dos doadores. Sem transparência relativa às receitas obtidas através dos recursos naturais do país, os angolanos não têm qualquer hipótese!



Referências

1 'UNICEF appeals for \$18 million', *Integrated Regional Affairs Network*; 11 de Janeiro, 2002

2 'Mortality rates remain high', *Integrated Regional Affairs Network*; 3 de Setembro, 2001

3 Lei angolana n.º 13/78. Promulgada a 26 de Agosto 1978.

4 'Rich Nations Can Remove World Poverty as a Source of Conflict', *International Herald Tribune*, 6 de Outubro, 2001

5 'Trafic d'arme en Afrique', *L'Express*; 22de Fevereiro, 2001

6 Taxa de câmbio: Francos Franceses:US\$'s - <http://www.oanda.com>; a 1 de Dezembro, 2001.

7 Taxa de câmbio: Euros:US\$'s - <http://www.oanda.com>; a 31 de Janeiro, 2002

8 'Le juge Courroye déjuge?', *Nouvelles Observateur*; 24 -30 de Janeiro, 2002

9 Dennis Wagner, Jet-setter's life marked by intrigue', *Arizona Republic*, 12 de Janeiro, 2001

10 Ken Silverstein, 'The Arms Dealer Next Door', *In These Times*; Janeiro 2002

11 'Geneva probes further into Angola arms scandal', <http://www.swissinfo.ch>; 16 de Março, 2001

12 'Suisse: A Genève, la justice bloque un milliard de francs dans l'affaire de corruption de "L'Angolagate"', *Le Temps*; 27de Fevereiro, 2002.

13 'La renégociation de la dette de L'Angola envers la Russie ouvre une autre piste', *Le Monde*, 9 de Abril, 2001

14 'Israel: Yatom linked to arms entrepreneur', *Leshabat supplement of Yedi'ot Aharon*, Tel Aviv; Israel, Janeiro 2002

15 'L'autre affaire d'otages qui inquiète l'entourage de Charles Pasqua', *Le Monde*; 25 de Janeiro, 2002.

16 'Indicted, Marchiani denies all charges against him', *Le Monde*, 23 de Maio, 2001

17 Hodges, T., 'Angola from Afro-Stalinism to Petro-diamond Capitalism', *International African Institute*; Londres, 2001.

18 'Les Hommes de l'Angolagate', *Le Monde*, 13 de Janeiro 2001

19 Paul Barril, former military police head & Africa expert, in 'Former aide: Mitterrand case "Disaster for France"', *Reuters*; 23 de Dezembro, 2000

20 Investigações da Global Witness; 2000

21 Com. Pess, Arkadi Gaidamak; Setembro 2000

22 Une enquête sur une société de vente d'armes vis des personnalités politiques', *Le Monde*; 8 de Dezembro, 2000

23 Taxa de câmbio: Francos Franceses:US\$'s - <http://www.oanda.com>; a 1 de Dezembro, 1998.

24 Funcionário Governamental Francês; Anon.; 2001

25 'Grande oreilles françaises pour l'Angola', *Le Semaine, L'Express*; 25 de Maio, 2001

26 'The investigation into Angolagate reveals the sheer scale of the 'Falcone system'', *Le Monde*; 24 de Janeiro, 2001

27 'L'affaire Cie des Signaux', *Le Lettre du Continent*; Maio/Junho 2001

28 'Perquisitions dans la galaxie Mitterrand', *Libération*; 2/3 Dezembro, 2000

29 Falcone et Cie, armes en tous genres', *Libération*; 13 de Dezembro, 2000

30 Jacques Attali mis en examen dans l'affaire Falcone', *Libération*; 9 de Março 2001

31 'Pierre Falcone', *Libération*; 23/24 Dezembro 2000

32 Des marchands d'armes au secours d'EIF', *L'événement du Jeudi*; 5-11 Dezembro, 1996

33 Contrato ZTS-Osos - Osos Vrutky; 1996

34 US\$133 million Facility Agreement with Banque Paribas and Glencore International AG; 19 de Setembro, 1996

35 Com. Pess, Arkadi Gaidamak; Dezembro 2000

36 Investigações da Global Witness; 1999

37 'Russian arms company holds 44 percent shares in Osos Vrutky', *CTK Publications*; 22 de Janeiro, 2001

38 Com. Pess, Ivan Feranec, *CTK Publications*, República Checa; 2001

39 Relatórios financeiros das empresas Monarch Fiduciary, Mondiale Property e Mondiale Management, Companies House, Londres; 2001

40 Relatórios financeiros das empresas Sonus Limited & Europetx Limited, Companies House, Londres; 2001

41 'Tribunal de Grande Instance de Paris, No d'affaires: 002806517; 7 de Dezembro, 2001

42 'Me, Jean Christophe Mitterrand and friends', *Hi antez*; 7 de Janeiro, 2002

43 'Angling in an Angola', *Hi antez*; 4 de Janeiro, 2002

44 'The gifted diamond dealer and the Angolan comrades', *Securchemo Solvimo*, versão resumida e traduzida de *Courier International* 539; 18 -24 Janeiro, 2001

45 'L'affaire "Angolagate" met en cause l'ancien pouvoir russe', *Le Temps*; 5 de Março, 2002

46 'La contre-attaque d'Arkadi Gaydamak', *Le Parisien*; 18 de Fevereiro, 2002

47 'Changes in the top management of Rossiyskiy Kredit Bank', *Rossiyskiy Kredit Bank - News*; 22 de Dezembro, 2000

48 *Angolsé*; 31 de Julho a 7 de Agosto, 1999

49 Carta de André de Fiori, da ARGO dirigida a uma companhia da indústria alimentar, Anon.; 1998

50 Pedro Rosa Mendes, 'Ligações Perigosas de Luanda à Rússia e ao "Kremlingate"', *Público*; 14 de Janeiro 2000

51 Com. Pess, Empresa internacional de alimentação, Anon.; 2001

52 Companhia Angolana de Distribuição Alimentar, contabilidade de companhia limitada, Companies House, Londres; 2001, Companies House, London; 2001

53 Company accounts for: Brenco Ltd, Essante Ltd, Invest Time Ltd, Brenco Aviation Consulting Ltd, Companies House, London: 2001

54 Lista da Brenco Trading Ltd, Dunn & Bradstreet - Who owns whom; 1999/2000

55 Contabilidade da Companies House no Reino Unido para Clearhall Ltd & Invest Time Ltd; 2001

56 Investigações da Global Witness; 2001

57 Brenco France, Fiche identité RCS: 333749596, Registre National du Commerce et des sociétés; 8 de Março, 2002

58 Francis Christophe, 'TotalFina-Elf Merger: Starting over with a clean slate', *Gulfian Magazine*; Outubro 1999

59 Com. Pess, Francis Christophe; 2001

60 'Le Cameroun aurait également acheté des armes à Pierre Falcone', *Jeune Afrique*; 18 de Janeiro, 2001

61 'Cameroun: Achat d'armes à ZTS-Osos', *Le Lettre du Continent* #368; 18 de Janeiro, 2001

62 'Bank Menatep licence stripped', *The St Petersburg Times*; 21 de Maio, 1999

63 'Bank in laundering enquiry courted Russians zealously', *The New York Times*; 20 de Agosto, 2001

64 'Menatep shareholders vote to bankrupt bank', *The St Petersburg Times*; 24 de Setembro, 2001

65 'Congo-B: Quand Martin Mberri écrivait à ZTS-Osos', *Le Lettre du Continent*; #368; 18 de Janeiro, 2001

66 'Message du Président, website de Essanté: http://www.essante.com/about/pres_easanté.msg.cgi; imprimido a 14 de Agosto, 2001

67 'Lee Solters Company, About Us - web site da companhia, <http://www.solters.com/about.html>; imprimido a 14 de Agosto, 2001

68 'Biografias corporativas, web site da Essanté: <http://www.essante.com/about/bios.html>; imprimido a 14 de Agosto, 2001

69 Relatório financeiro da Essanté Ltd, Companies House, Londres; 2001

70 'Falcone firm gave \$100,000 to GOP', *Arizona Republic*; 24 de Janeiro, 2001

71 'As Enron scandal spreads, US starts to question cash for influence culture', *The Guardian*; 16 de Janeiro, 2002

72 'Greed is the Creed', *The Observer*; 13 de Janeiro, 2002

73 'Enron spotlight falls on Cheney', *The Observer*; 20 de Janeiro, 2002

74 'Power Politics', *FT.com*; 10 de Janeiro, 2002

75 'Enron Executives who dumped stock were heavy donors to Bush', *The Center for Public Integrity*; Janeiro 2002

76 'Bush, the corporations' flag-carrier - Enron's collapse exposes the folly of his cash-for-influence policy', *The Guardian*; 15 de Janeiro, 2002

77 'White House aided Enron in dispute', *The Washington Post*; 20 de Janeiro, 2002

78 <http://www.pierrefalcone.com/>

79 'Contacto por email com amigo do casal Falcone, Anon.; 17 de Janeiro, 2002

80 'France's scandal trail leads to US', *The Sunday Times*; 31 de Dezembro, 2000

81 'Une nouvelle mise en examen dans une enquête sur un trafic d'armes', *Le Monde*; 16 de Dezembro, 2000

82 'Le Figaro commenting on expanding investigations, quoted in *The Times*; 16 de Janeiro, 2001

83 Em francês, as acusações foram: 'Commerce illicite d'armes, fraude fiscale, abus de biens sociaux, abus de confiance et trafic d'influence.' - *Le Monde*; 8 de Dezembro, 2000

84 'De Londres, Arcady Gaydamak défie les juges français', *Le Monde*; 8 de Dezembro, 2000

85 'Thierry Imbot, a new mystery in the Affair Falcone', *Le Monde*; 11 de Janeiro, 2001

86 'L'héritage explosif de l'ère Mitterrand', *Libération*; 23 -24 Dezembro 2000

87 'Jean-Christophe Mitterrand: Le dossier s'alourdit', *Le Figaro*; 24 de Dezembro, 2000; em francês: 'Complicité de trafic d'armes, trafic d'influence par une personne investie d'une mission de service public, recel d'abus de biens sociaux, recel d'abus de confiance et trafic d'influence aggravé.'

88 'Les Coiteux conseillers d'un fils de président', *Le Figaro*; 23-24 Dezembro, 2000

89 'Pierre Falcone's self-motivated extravaganza towards Jean-Christophe Mitterrand and Jean-Noël Tassez', *Le Monde*; 24 de Janeiro, 2001

90 'Trafic d'armes en Afrique; Jean-Christophe Mitterrand écroué', *Le Monde*; 23 de Dezembro, 2001

91 'Jean-Christophe Mitterrand prêt à payer le prix de sa liberté', *Libération*; 10 de Janeiro, 2001

92 Comentários do *Le Monde* Editorial; 22nd December 2000, citados em 'Former Aide: Mitterrand case "disaster for France"', *Reuters*; 23 de Dezembro, 2000

93 'Mitterrand gets bail but can't pay', *BBC News homepage* - <http://www.bbc.co.uk/1/2000/01/00012300.shtml>; 23 de Janeiro, 2001

94 'A five Mitterrand opens the hostilities', *Libération*; 12 de Janeiro, 2001

95 'Sulitzer et le marchand d'armes', *Le Parisien*; 16 de Dezembro, 2000

96 'Jacques Attali est mis en examen dans l'affaire Falcone', *Le Monde*; 9 de Março, 2001

97 'Jacques Attali mis en examen dans l'affaire Falcone. L'ex-conseiller de Mitterrand aurait reçu des armes', *Libération*; 9 de Março, 2001

98 'Fonte na Indústria Bancária, Anon.; 2001

99 'Behind Attali, the Judges track Védrine', *Libération*; 10 -11 Março, 2001

100 'Perquisition au Quai d'Orsay dans l'affaire Falcone', *Le Monde*; 10 de Março, 2001

101 Ibid - Pessoal do Quai d'Orsay citado em francês: 'aucune consequence.'

102 Ibid - Declaração do advogado de Attali; em francês: 'pas de trace d'une intervention de M. Védrine dans le dossier fiscal de M. Falcone et pas de trace d'une intervention de M. Attali auprès de M. Védrine.'

103 'Le préfet Marchiani entendu sur des ventes d'armes', *Le Parisien*; 4 de Dezembro 2000

104 'Pasqua rattrapé par l'affaire Falcone', *Le Parisien*; 4 de Dezembro, 2000

105 'Mitterrand-Falcone: La Semaine décisive', *Le Figaro*; 8 de Janeiro, 2001

106 'Trafic d'armes vers l'Angola: les comptes de la liste de M. Pasqua aux européennes places sous seau', *Le Monde*; 7/8 de Janeiro, 2001

107 'L'Angola soupçonné d'avoir versé 450,000 dollars au parti de Charlie', *Le Canard Enchaîné*; 20 de Dezembro 2000

108 Ibid; citação original em francês: 'Un accord politique a été passé. Nous avançons à titre personnel 450,000 dollars. [...] L'attendriment encore 6 ou 7 millions de francs, soit environ 1 à 12 million de dollars. [...] Nous croyons savoir que cet argent devrait, dans sa totalité, être utilisé pour la campagne pour les élections au Parlement européen. Il serait donc très important de faciliter le déblocage de ces fonds, car cela nous assurerait le début d'un vrai lobby immédiatement opérationnel auprès le Parlement européen.'

109 'Un "accord politique" entre le RPF et l'Angola?', *Le Monde*; 24 de Janeiro, 2001

110 'Villiers prêt à charger Pasqua', *Le Figaro*; 8 de Janeiro, 2001

111 'Villiers Charge Pasqua', *Le Figaro*; 11th January 2001 - citação original em francês: 'Je veux confirmer de manière très explicite que l'affaire Mitterrand-Pasqua est une affaire grave, une affaire d'Etat avec des ramifications intercontinentales et des développements insoupçonnés.'

112 Bernard Guillet, conseiller de M. Pasqua, mis en examen dans l'affaire Falcone', *Le Monde*; 13 de Abril, 2001

113 'Angolagate: Marchiani mis en examen', *Le Figaro*; 23 de Maio, 2001

114 Ibid; mandato de interrogação de Bernard Guillet em francês: 'recel d'abus de biens sociaux.'

115 'French arms scandal closes in around ex-Interior Minister', *AFP*; 13 de Abril 2001

116 'Charles Pasqua's diplomat comes out of the dark and clarifies the Falcone affair', *Le Monde*; 38 de Abril 2001

117 'Charles Pasqua mis en examen dans l'affaire du trafic d'armes vers l'Angola', *AFP*; 29 de Maio, 2001 - acusações em francês, 'recel d'abus de biens sociaux' et 'trafic d'influence.'

118 'M. Pasqua mis en examen une deuxième fois par les juges de l'affaire Falcone', *Le Monde*; 30 de Maio 2001

119 'Monaco, le compte secret et les ventes d'armes', *Le Parisien*; 6 de Junho 2001

120 Comentários atribuídos a Jean-Christophe Mitterrand com respeito ao Juiz Courroye em francês: 'Sue la Haïne', in 'Vives protestations des magistrats après les attaques des Mitterrand', *Le Monde*; 14/15 Janeiro, 2001

121 Reação de Jean-Marie Coulon aos comentários de Mitterrand em francês: 'Les acts du juge impartial doivent être exposés et non sa personnalité, rouage de la démocratie, qui, elle, doit être protégée', em 'Vives protestations des magistrats après les attaques des Mitterrand', *Le Monde*; 14/15 Janeiro 2001

122 'Angolagate: le parquet requiert l'annulation du "trafic d'armes"', *Le Monde*; 14/15 Janeiro, 2001

123 'La cour de cassation annule les poursuites pour trafic d'armes dans l'affaire Falcone', *Le Monde*; 29 de Junho, 2001

124 Dennis Wagner, *Arizona Republic*; 28 de Junho, 2001

125 <http://www.aiterrec.gov/ci/histoire/minist/pasqua.htm>

126 'Le Figaro', Página 7; 9 de Janeiro, 2001

127 'De 1989 à 1997, M. Falcone s'est imposé en partenaire privilégié de la Sofremi', *Le Monde*; 17 de Janeiro, 2001

128 'Brane-bas de combat judiciaire en "Françafrique"', *Le Figaro*; 22 de Dezembro, 2000

129 Taxa de câmbio: Francos Franceses:US\$'s - <http://www.oanda.com>; US\$167,000 1 de Junho 1998.

130 'O Sofremi has never been involved in a deal for the sale of Russian weapons', *Le Monde*; 17 de Janeiro, 2001

131 'Le Patron de la Sofremi accuse', *Le Figaro*; 9 de Janeiro 2001

132 Guias Comerciais do País FY1999; Angola - Capítulo 8: Comércio e Financiamento de Projetos; web site do Departamento de Estado: <http://www.state.gov>

133 'Tipatouillages franco-russes pour armer l'Angola', *Libération*; 11 de Dezembro 1996

134 'BAI terá novo Presidente', *Agora*; 22 de Abril 2000

135 Informação sobre Fábricas de Cerveja, web site da Skol International: <http://www.skolinternational.com>

136 'Tráfico não oficial de 'Who conspired against Santos?', *O Independent*; 29 de Dezembro 2000

137 Contas Anuais, BAI; 1999, página 62

138 'Angola: BAI aposta em África', *Africa Hoj*; 1 de Março

139 Carta de Mário Palhares, Presidente do Conselho, BAI, a Global Witness; 29 de Agosto, 2001

140 Carta de Mário Palhares, Presidente do Conselho, BAI, a Global Witness; 7 de Setembro, 2001

141 'Quinze Ans de Présence d'Elf en Angola 1980 1995', *Elf Exploration Angola*; Julho 1995

142 Documentos do departamento: Affaires Juridiques, Paribas; 21 de Agosto 1998

143 *Un Dossier En*, Global Witness; 5 de Dezembro 1999; www.globalwitness.org

144 'Roc Oil's mysterious partners', *Africa Energy Intelligence*; 31 de Outubro, 2001

145 Discurso do presidente José Eduardo dos Santos ao receber as credenciais do novo embaixador francês, tradução não oficial de comunicado de imprensa, Embaixada de Angola, Londres; 23 de Fevereiro, 2001

146 *African Energy*; Número 43, Outubro 2001

147 Artigo 1 da lei do petróleo n.º 13/78; 26 de Agosto, 1978

148 Itálico: enfase da Global Witness

149 www.eia.doe.gov; *Africa Energy Intelligence*, 31 de Outubro, 2001

150 IMF Projection for 2000; Government of Angola - Memoranda of Economic and Financial Policies, Fevereiro 2001

151 '30% success rate in deep off-shore', *Africa Energy Intelligence*; 9 de Maio, 2001

152 'EIU Country Report Angola', *EIU*; Primeiro Trimestre 2000

153 *Africa Energy & Mining* No 462; 27 de Outubro, 1999

154 'EIU Country Report Angola - At a glance 2001-02', *EIU*; 7 de Novembro, 2000

155 Com. Pess, indústria petrolífera, anon.; 2001

156 'Block 17 Begins Production', *O Pasador Newsletter*, Angolan Embassy in Washington, DC; 19th de Dezembro, 2001(www.angola.org)

157 'Sonagol bares its teeth', *Africa Energy Intelligence*; 22 de Novembro, 2002

158 'Big oil gets slapped in the face in Angola', Marek Inc - News Features; 22 de Novembro, 2000 (www.marekinc.com)

159 'Wood Mackenzie - consulta Ad hoc', Outubro 2000

160 Investigações da Global Witness; 1999-2001

161 Consultor financeiro de empresa, anon.; Março 2001

162 BP-StatOil Anciane dados dos funcionários do Environmental Resources Management (ERM) Relatório sobre o Impacto Social; encomendado pela BP a finais de 1997

163 'Angola shares Block 34 pipé', *Upstream*; 7 de Junho, 2001

164 'Staff Report for the 2000 Article IV Consultation and Discussions on a Staff-Monitored Program', Departamento Africano do FMI; 15 de Junho, 2000

165 'Terms of reference Financial Diagnosis and Monitoring of State Petroleum Reserves'; 7 de Fevereiro, 2001 (www.angola.org/reports/oldindiaidng.html)

166 Fonte próxima do 'Diagnóstico do Petróleo'; Agosto 2001

167 'The Oil Diagnostic in Angola: an Update', *Human Rights Watch*; Março 2001

168 'Angola - Preliminary Conclusions of the IMF Mission', *FMI*; 14 de Agosto, 2001 (www.imf.org)

169 *Grupo de Acompanhamento da Implementação do Programa Monitorado*, Luanda 6 de Agosto, 2001

170 Carta da Global Witness ao PCA de empresa petrolífera; 24 de Janeiro, 2001

171 Carta da BP-Amoco Plc à Global Witness; 6 de Fevereiro, 2001

172 Angola Model Production Sharing Agreement for Deep Water Blocks; Artigo 40, p. 73; Fevereiro 1992

173 Carta da Statoil AS à Global Witness; 15 de Fevereiro, 2001

174 Conversão baseada na taxa de câmbio média: NOK:US\$ par 1999; www.oanda.com

175 *Reuters* (London); 14 de Fevereiro 2001

176 Carta da Shell (Londres) à Global Witness; 19de Fevereiro, 2001

177 Carta da BHP à Global Witness; 1 de Março, 2001

178 Carta da BHP à Global Witness; 14 de Maio, 2001

179 Carta da Petrobbras à Global Witness; 7 de Maio, 2001

180 Website da Petrobbras: <http://www.petrobras.com.br/ingles/financas/acao3/acio3/finacioc.htm>

181 'Exxon in Angola', *Exxon Exploration*; 13 de Março, 1998

182 Website da Chevron: www Chevron.com

183 Website da TotalFinaElf: www.totalfinalief.com

184 Com. Pess, indústria bancária e de investimento, anon.; 2001

185 Angola Model Production Sharing Agreement for Deep Water Blocks; Artigo 23, p. 63; Fevereiro 1992

186 Ver, por exemplo, Williams, C. 1996: 'SEC and Corporate Social Transparency', *Harvard Law Review* 112: 1196-1311

187 O uso de 'appropriate in the public interest' é geralmente considerado positivamente como uma interpretação mais vasta de que a inormação é 'necessária para o interesse público. Williams, C.1999, 'SEC and Corporate Social Transparency', *Harvard Law Review* 112: 1196-1311

188 Frankfurter, E., 'The Federal Securities Act II', *Fortune Magazine*; Agosto 1933

189 Taxa de câmbio média em 2000 no mercado formal (1 USD= 10.16108 Kz); Banco Nacional de Angola

190 Com. Pess, vários trabalhadores em desenvolvimento, anon.; 1999-2001

191 'Ver: What is Corporate Social Responsibility (CSR)?' http://europa.eu.int/comm/employment_social/social/csr/csr_whatiscsr.htm

192 About the GRI: <http://www.globalreporting.org/aboutGRI/index.htm>

193 'Sustainability Reporting Guidelines on Economic, Environmental and Social Performance'- Part C Report Content, ver Economic Indicators Nos. 6.37-6.42, and 6.51 p.40, *Global Reporting Initiative*; <http://www.globalreporting.org/guidelines>; Junho 2000.

194 dado que a Chevron se fundiu com a Tesaco, a posição da Chevron não é clara - seguirá a mesma cultura da Tesaco?

195 News update: www.globalreporting.org/news/march2001update

196 'Principles of Corporate Governance', p.19, *OECD*; Abril 1999 (www.oecd.org/pdf/M0008000/M00080299.pdf)

197 Ibid. Item IV(B), p.21

198 Ibid. Item IV(A), p.20.

199 'Global Compact Issues Dialogue - The Role of Private Sector in Zones of Conflict', *Global Compact*; 21/22 Março 2001

200 Ver: http://europa.eu.int/comm/employment_social/social/csr/greepaper.htm

201 'EU Green Paper Promoting a European framework for Corporate Social Responsibility', parágrafo 92.

202 Ibid. Parágrafo 54.

203 <http://www.wbcsd.ch>

204 Starting a new chapter; <http://www.tradefinancemagazine.com/>

205 Com. Pess, Arkadi Gaidamak; Dezembro 2000

206 Fontes na indústria bancária; 1999-2001

207 Investigações da Global Witness; 1999-2001

208 'Angola's Government has re-financed a \$450 million oil-backed loan...', *Reuters*; 26 de Março, 2001

209 'Angola secures loan from foreign banks', *Financial Times*; 27 de Março, 2001

210 'Sonagol - US\$535 million crude oil contract prepayment facility', *Standard Chartered*; comunicado de imprensa; 9 de Março, 2001

211 Imprimido de base de dados bancária detalhando o empréstimo de 455 milhões de dólares da Standard Chartered; 13 de Fevereiro, 2001

212 Por outros palavras, um empréstimo existente garantido com petróleo.

213 'StanChart structure for Sonagol given popular', *Trade Finance*; Maio 2001

214 'Bank loan may breach IMF limits', *African Energy*; Abril 2001

215 Imprimido de base de dados bancária detalhando o empréstimo de 455 milhões de dólares do Commerzbank; 8 de Março, 2001

216 *Voice of America*, serviço de língua portuguesa; 12 de Abril, 2001

217 'Angola has agreed loans worth \$441 million...', *Reuters*; 16 de Abril, 2001

218 Imprimido de base de dados bancária detalhando o empréstimo de 600 milhões de dólares do BNP-Paribas (e outros); 16 de Julho, 2001

219 Imprimido de base de dados bancária detalhando o empréstimo de 500 milhões de dólares do BNP-Paribas (e outros); 25 de Outubro, 2001

220 *Financings*; 4 de Outubro, 1999 (<http://www.the-lawyer.co.uk/>)

221 *Financings*; 11 de Outubro, 1999 (<http://www.the-lawyer.co.uk/>)

222 Base de dados bancária, lista de empréstimos recentes, estruturados no mercado londrino, garantidos pelos Trusts de Cabinda e Soyo-Palanca Trusts; Março 2001

223 'Leading international banks establish anti-money laundering principles', Comunicado de imprensa da Transparency International; 30 de Outubro, 2001 (<http://www.transparency.org>)

224 Sr. Marc Rich deixava a Glencore em 1994, então terá ainda estado envolvido com a empresa quando Falcone e Gaidamak organizaram os empréstimos garantidos com petróleo do Paribas em 1993.

225 'Clinton Pardons: Cast of Characters', *BBC News*; 22 de Fevereiro, 2001 (www.news.bbc.co.uk)

226 'The Marc Rich Case: A Primer', Time.com. (www.time.com/time/nation/article/0,8599,99302,00.html)

227 Fonte, excepto para a Coria do Sul: <http://www.ecd.org/programs/international/ECA/Africa.htm>

228 Reunião entre a Global Witness e funcionários de agência bilateral de crédito à exportação; Setembro 2000

229 Comentários do editorial do *Le Monde*; 22 de Dezembro, 2000, citados pela *Reuters*; 23 de Dezembro, 2000

230 'Extractive Sectors and the Poor', *Oxfam America*; Outubro 2001. O UNDP mede geralmente esta discrepância subtraindo o nível atrelado para um país no Human Development Index da sua posição a nível de GDP. Para Angola, o seu lugar a nível de GDP encontra-se cerca de 44 posições acima do seu nível no HDI, revelando-o como um país dos mais mal administrados do mundo.

231 'Greed and Grievance in Civil War', World Bank Development Research Group Policy Research Working Paper 2355; Maio 2000

232 'Business in difficult places: risky returns', *The Economist*; 20 de Maio, 2000

233 'Fueelling the war: Diamonds and oil', *BBC News*, 28 de Janeiro, 1999. http://news.bbc.co.uk/1/english/special_report/1999/01/99/angola/newsid_264000/26428.stm

234 Com. Pess, jornalista; Fevereiro 2002

a Testemunhos a uma ONG internacional humanitária a trabalhar em Angola, 2001

b Angola: Behind the facade of 'normalization' - Manipulation, violence and abandoned populations, Medecins Sans Frontieres; Novembro de 2000

Outras publicações da Global Witness

Disponíveis também no website: <http://www.globalwitness.org>

- “Branching Out – Zimbabwe’s Resource Colonialism in Democratic Republic of Congo”**
publicada em Fevereiro de 2002
- “O Controlo Funciona? Uma REVISÃO do Sistema de controlo dos diamantes angolanos”**
publicado em Dezembro de 2001
- “Taylor-made—The Pivotal Role of Liberia’s Forests and Flag of Convenience in Regional Conflict”**
publicado Setembro de 2001
- “The Credibility Gap — and the Need to Bridge It Increasing the pace of forestry reform”**
publicado Maio de 2001
- “Review of the Sierra Leone Diamond Certification System and Proposals and Recommendations for the Kimberley Process for a Fully Integrated Certification System (FICS)”**
publicado Abril de 2001
- “Conflict Diamonds — Possibilities for the Identification, Certification and Control of Diamonds”**
publicado Junho de 2000
- “Chainsaws Speak Louder Than Words”**
publicado Maio de 2000
- “Timber Takeaway — Japanese Over-consumption — the Forgotten Campaign”**
publicado Março de 2000
- “The Untouchables — Forest crimes and the concessionaires— can Cambodia afford to keep them?”**
publicado Dezembro de 1999
- “Um Despertar Cru — O papel das Indústrias Petrolíferas e Bancárias na Guerra Civil e na Pilhagem dos Bens Públicos”**
publicado Dezembro de 1999
- “Made in Vietnam — Cut in Cambodia How the garden furniture trade is destroying rainforests”**
publicado Abril de 1999
- “Crackdown or Pause — A Chance for Forestry Reform in Cambodia?”**
publicado Fevereiro de 1999
- “Um Negócio Brutal — O Papel das Companhias e dos Governos no Conflito Angolano”**
publicado Dezembro 1998
- “Going Places — Cambodia’s Future on the Move”**
publicado Março de 1998
- “Just Deserts for Cambodia — Deforestation & the Co-Prime Ministers’ Legacy to the Country”**
publicado Junho de 1997
- “A Tug of War — the Struggle to Protect Cambodia’s Forests”**
publicado Março de 1997
- “Cambodia, Where Money Grows on Trees — Continuing Abuses of Cambodia’s Forest Policy”**
Publicado Outubro de 1996
- “RGC Forest Policy & Practice — the Case for Positive Conditionality”**
publicado Maio de 1996
- “Corruption, War & Forest Policy — the Unsustainable Exploitation of Cambodia’s Forests”**
publicado Fevereiro de 1996
- “Thai-Khmer Rouge Links & the Illegal Trade in Cambodia’s Timber”**
publicado Julho de 1995
- “Forests, Famine & War — the Key to Cambodia’s Future”**
publicado Março de 1995

A Global Witness é uma organização não governamental sediada no Reino Unido, cujo trabalho se concentra nas ligações entre o meio ambiente e os abusos dos direitos humanos, e especialmente no impacto da exploração dos recursos naturais nos países e seus povos. Utilizando técnicas pioneiras de investigação, a Global Witness recolhe informações e provas que serão utilizadas em campanhas de lobby e sensibilização. A informação da Global Witness é partilhada com governos, organizações inter-governamentais, ONGs e imprensa.

Agradecimentos

As informações contidas neste relatório são uma integração de artigos de imprensa e de dados obtidos através de investigações extensivas, levadas a cabo durante os anos 2000 e 2001. A Global Witness gostaria de agradecer o apoio, informações e conselhos de muitos angolanos e pessoas de outras nacionalidades, prestados muitas vezes à custa de sérios riscos pessoais. Sem elas, este documento não teria sido possível – um imenso obrigado!

O Presidente dos Santos merece também agradecimentos por ter confirmado aspectos fundamentais do ‘Angolagate’, através do seu discurso de boas vindas ao novo embaixador francês em 2001.

Como sempre, nada seria possível sem a equipa dedicada de voluntários e funcionários da Global Witness.

Desenho The Plumbers.

Fotos © Global Witness excepto quando indicado.

Tradução : Mizé Anastácio e Henrique Nunes

Revisão: Mizé Anastácio e Margarida Trindade

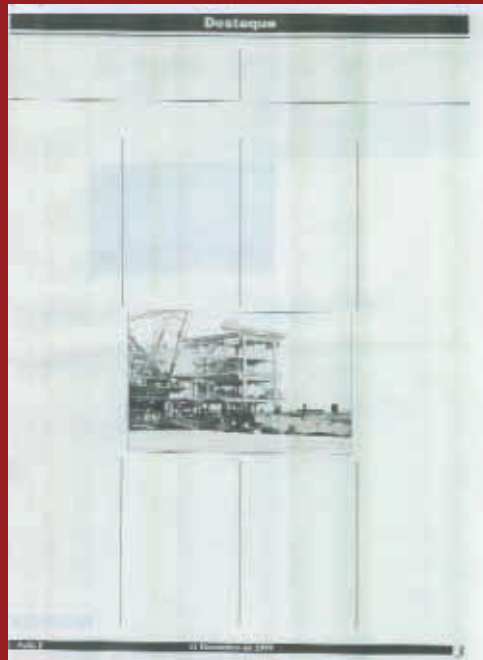
Imprimido em papel reciclado 100% cru.

ISBN 1 903304 06 7



global witness

Global Witness Ltd
P O Box 6042. Londres N19 5WP. Reino Unido
telefone: + 44 (0)20 7272 6731
fax: + 44 (0)20 7272 9425
e-mail: oil@globalwitness.org
<http://www.globalwitness.org/>



Liberdade de imprensa à moda angolana. Páginas 1-5 da tentativa da Folha 8 de discutir o lançamento do relatório da Global Witness *Um Despertar Cru*, em Dezembro de 1999



global witness

Global Witness Ltd
P O Box 6042, Londres N19 5WP,
Reino Unido

telefone: + 44 (0)20 7272 6731
fax: + 44 (0)20 7272 9425
e-mail: oil@globalwitness.org
<http://www.globalwitness.org/>

ISBN | 903304 06 7